



**PROGRAMA DE METAS
DA CIDADE DE SÃO PAULO**
VERSÃO FINAL PARTICIPATIVA



Diário Oficial

Cidade de São Paulo

Fernando Haddad - Prefeito

Ano 61

São Paulo, sábado, 31 de dezembro de 2016

Número 246

Prefeitura de São Paulo cumpre 82,3% do Programa de Metas 2013-2016

Mesmo em um período de grande instabilidade econômica e social a Prefeitura de São Paulo promoveu o maior ciclo de humanização e investimento da história recente

Reduzir as desigualdades em uma cidade do tamanho e da complexidade de São Paulo não é tarefa fácil. Compreender a gestão pública, em meio às conjunturas econômicas e políticas de nosso tempo, com a identificação das oportunidades e o enfrentamento das dificuldades, que se apresentaram ao longo da gestão, foi um desafio cumprido.

O Programa de Metas 2013-2016 reconheceu os limites de seu horizonte temporal para fazer frente a um histórico de ações desordenadas e concentradoras sobre o território paulistano. Ao mesmo tempo, propôs-se a dar os primeiros passos no sentido da construção de um processo de planejamento participativo e transparente que apontasse os eixos de superação das desigualdades sociais, econômicas e regionais.

O esforço de elaboração e execução do Programa de Metas 2013-2016 foi o de ir além da lista de metas, apontou objetivos estratégicos, eixos estruturantes e articulações territoriais sobre os quais se pretende alcançar resultados efetivos.

Tais objetivos, eixos e articulações, construídos em conjunto com a participação popular, são a verdadeira ponte para a construção de um projeto de cidade mais humana e acolhedora.

A possibilidade de concretização deste projeto passou pela execução das metas, ações estratégicas além das metas e também pelo contínuo acompanhamento desses aspectos estratégicos, pela capacidade de ajuste de percurso e, principalmente, pela apropriação deste projeto pela população.



Apresentação

O Programa de Metas é uma exigência da Lei Orgânica do Município de São Paulo desde 2008, ano no qual uma mobilização da sociedade civil conseguiu pressionar a Câmara Municipal a aprovar a obrigatoriedade do Programa de Metas. A partir daquele momento, todo prefeito eleito tem a obrigação de apresentar, em até 90 dias após a sua posse, um programa que descreva as prioridades de seu governo, com a explicitação das ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal. O Programa de Metas é, portanto, uma

maneira de o governo selar compromissos com a população em torno das principais iniciativas que serão implementadas ao longo da gestão.

Em março de 2013, a Prefeitura Municipal de São Paulo apresentou à população da cidade o Programa de Metas. Após a apresentação dessa proposta, foram realizadas, no mês de abril do mesmo ano, 35 audiências públicas, sendo uma em cada Subprefeitura, três audiências públicas temáticas – de acordo com os três eixos temáticos do Programa de Metas – e uma geral, na Câmara dos Vereadores de São Paulo. Em conformidade com o compromisso da atual gestão com a participação popular, foram recebidas propostas por meio de falas e por escrito nas audiências, além de propostas por e-mail. Todas as propostas foram sistematizadas, classificadas e passaram por avaliações sobre a possibilidade de sua incorporação. O resultado deste processo foi consolidado na Versão Final Participativa do Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016, lançado em outubro de 2013.

Em termos metodológicos, o caminho encontrado foi partir de objetivos estratégicos, aos quais as metas encontram-se associadas, e organizar as referidas metas segundo eixos temáticos e articulações territoriais. Os objetivos estratégicos traduzem-se em indicadores que permitem acompanhar os efeitos esperados do Programa de Metas na situação concreta de vida da população.



Metodologia

Para que o Programa de Metas 2013-2016 pudesse ser acompanhado de forma qualificada pela população, a Prefeitura Municipal de São Paulo disponibilizou um conjunto de informações e critérios de avaliação que juntos formaram uma plataforma de monitoramento, por meio do site - <http://planejasaampa.prefeitura.sp.gov.br/metas/>, que podia ser acompanhada e analisada a partir de diferentes níveis e olhares, utilizando conceitos descritos a seguir.

Os Níveis de Acompanhamento

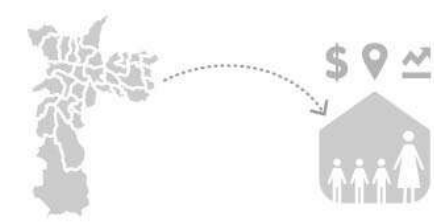


O Programa de Metas 2013-2016 pôde ser acompanhado e analisado a partir de diferentes níveis e olhares. Em primeiro lugar, as 123 metas foram agrupadas em 20 objetivos estratégicos, que refletem as principais áreas de atuação da gestão pública. Assim, foi possível avaliar o andamento a partir do

recorte de objetivos, com a utilização para isso de filtros apresentados na página inicial da plataforma. Ao selecionar, por exemplo, o tema educação, o usuário(a) podia visualizar o conjunto das metas a ele relacionadas e seu respectivo andamento.

Cada meta, por sua vez, subdivide-se em diversas entregas parciais, ou seja, produtos ou resultados esperados, que são chamadas de projetos. Com uma localização particular, podem ser visualizados em um mapa. Isso nos levava ao outro possível olhar sobre o Programa de Metas 2013-2016, o olhar territorial.

Sabendo da importância do acompanhamento dos investimentos próximos à residência e/ou ao trabalho dos cidadãos, por meio da plataforma, era possível selecionar diretamente os projetos por subprefeitura. Indicando a subprefeitura desejada, eram apresentadas todas as metas e as previsões de execução, bem como os projetos específicos já identificados naquele território.



Acompanhando o Andamento das Metas e Projetos

O acompanhamento das metas pode ser feito de duas maneiras:

- 1. Acompanhamento por entregas** de cada uma das metas. Isso é o mesmo que acompanhar o número de projetos concluídos para cada uma das metas. Ao entrar na página das metas, esse placar geral do andamento das entregas aparece no quadro “Andamento Quantitativo”.

Esse quadro “Andamento Quantitativo” apresentava o resumo dos projetos concluídos e também o status dos demais projetos que faziam parte da meta. Uma pergunta que pode surgir é: mas como está a implementação de um projeto específico? E os demais projetos que ainda não estão entregues, qual o seu nível de avanço? Quanto já foi feito? Para responder a essas perguntas, foi criado, em debate com os Conselhos e as entidades sociais que atuam com o Programa de Metas, um segundo mecanismo de acompanhamento das metas e projetos, o acompanhamento por processo.
- 2. Acompanhamento por processo** para saber como está o andamento geral da meta, considera-se os projetos já concluídos e tudo o que já foi feito naqueles que ainda estavam sendo desenvolvidos. Esta forma de acompanhamento surgiu a partir de debates realizados com os Conselhos e as entidades sociais que atuavam com o Programa de Metas.



Para garantir o acompanhamento por processo, foram estabelecidas oito categorias de classificação dos projetos contidos em cada uma das 123 metas. São eles:

Construção de Equipamento; Obra de Infraestrutura; Equipamento em Imóvel Alugado; Readequação de Equipamento; Novo Órgão ou Nova Estrutura Administrativa; Novo Sistema; Ato Normativo; Novo Serviço ou Benefício																															
Os pesos para essas fases, em cada categoria, foram pactuados da seguinte maneira:																															
<table><tr><th colspan="2">Tipo 1 - Construção de Equipamento</th></tr><tr><td>Fase 1</td><td>Definição e Titularidade do Terreno (10%)</td></tr><tr><td>Fase 2</td><td>Projeto Básico (5%)</td></tr><tr><td>Fase 3</td><td>Garantia da fonte de financiamento (10%)</td></tr><tr><td>Fase 4</td><td>Licenciamento (5%)</td></tr><tr><td>Fase 5</td><td>Licitação da obra (10%)</td></tr><tr><td>Fase 6</td><td>Obras - Fase 1 (20%)</td></tr><tr><td>Fase 7</td><td>Obras - Fase 2 (35%)</td></tr><tr><td>Fase 8</td><td>Estruturação para funcionamento (5%)</td></tr></table>	Tipo 1 - Construção de Equipamento		Fase 1	Definição e Titularidade do Terreno (10%)	Fase 2	Projeto Básico (5%)	Fase 3	Garantia da fonte de financiamento (10%)	Fase 4	Licenciamento (5%)	Fase 5	Licitação da obra (10%)	Fase 6	Obras - Fase 1 (20%)	Fase 7	Obras - Fase 2 (35%)	Fase 8	Estruturação para funcionamento (5%)	<table><tr><th colspan="2">Tipo 4 - Readequação de Equipamento</th></tr><tr><td>Fase 1</td><td>Projeto de Readequação (10%)</td></tr><tr><td>Fase 2</td><td>Garantia da fonte de financiamento (10%)</td></tr><tr><td>Fase 3</td><td>Licitação da obra (10%)</td></tr><tr><td>Fase 4</td><td>Obras de readequação (45%)</td></tr><tr><td>Fase 5</td><td>Implantação de estrutura (25%)</td></tr></table>	Tipo 4 - Readequação de Equipamento		Fase 1	Projeto de Readequação (10%)	Fase 2	Garantia da fonte de financiamento (10%)	Fase 3	Licitação da obra (10%)	Fase 4	Obras de readequação (45%)	Fase 5	Implantação de estrutura (25%)
Tipo 1 - Construção de Equipamento																															
Fase 1	Definição e Titularidade do Terreno (10%)																														
Fase 2	Projeto Básico (5%)																														
Fase 3	Garantia da fonte de financiamento (10%)																														
Fase 4	Licenciamento (5%)																														
Fase 5	Licitação da obra (10%)																														
Fase 6	Obras - Fase 1 (20%)																														
Fase 7	Obras - Fase 2 (35%)																														
Fase 8	Estruturação para funcionamento (5%)																														
Tipo 4 - Readequação de Equipamento																															
Fase 1	Projeto de Readequação (10%)																														
Fase 2	Garantia da fonte de financiamento (10%)																														
Fase 3	Licitação da obra (10%)																														
Fase 4	Obras de readequação (45%)																														
Fase 5	Implantação de estrutura (25%)																														
<table><tr><th colspan="2">Tipo 2 - Obra de Infraestrutura</th></tr><tr><td>Fase 1</td><td>Projeto Básico (5%)</td></tr><tr><td>Fase 2</td><td>Garantia da fonte de financiamento (20%)</td></tr><tr><td>Fase 3</td><td>Licitação da Obra (5%)</td></tr><tr><td>Fase 4</td><td>Licenciamento (5%)</td></tr><tr><td>Fase 5</td><td>Desapropriação (25%)</td></tr><tr><td>Fase 6</td><td>Obras de Infraestrutura Fase 1 (10%)</td></tr><tr><td>Fase 7</td><td>Obras de Infraestrutura Fase 2 (30%)</td></tr></table>	Tipo 2 - Obra de Infraestrutura		Fase 1	Projeto Básico (5%)	Fase 2	Garantia da fonte de financiamento (20%)	Fase 3	Licitação da Obra (5%)	Fase 4	Licenciamento (5%)	Fase 5	Desapropriação (25%)	Fase 6	Obras de Infraestrutura Fase 1 (10%)	Fase 7	Obras de Infraestrutura Fase 2 (30%)	<table><tr><th colspan="2">Tipo 5 - Novo órgão ou Nova Estrutura Adm.</th></tr><tr><td>Fase 1</td><td>Construção de Instrumentos normativos e/ou do modelo de gestão (30%)</td></tr><tr><td>Fase 2</td><td>Aprovação dos instrumentos normativos e/ou do modelo de gestão (35%)</td></tr><tr><td>Fase 3</td><td>Infraestrutura e equipamentos (35%)</td></tr></table>	Tipo 5 - Novo órgão ou Nova Estrutura Adm.		Fase 1	Construção de Instrumentos normativos e/ou do modelo de gestão (30%)	Fase 2	Aprovação dos instrumentos normativos e/ou do modelo de gestão (35%)	Fase 3	Infraestrutura e equipamentos (35%)						
Tipo 2 - Obra de Infraestrutura																															
Fase 1	Projeto Básico (5%)																														
Fase 2	Garantia da fonte de financiamento (20%)																														
Fase 3	Licitação da Obra (5%)																														
Fase 4	Licenciamento (5%)																														
Fase 5	Desapropriação (25%)																														
Fase 6	Obras de Infraestrutura Fase 1 (10%)																														
Fase 7	Obras de Infraestrutura Fase 2 (30%)																														
Tipo 5 - Novo órgão ou Nova Estrutura Adm.																															
Fase 1	Construção de Instrumentos normativos e/ou do modelo de gestão (30%)																														
Fase 2	Aprovação dos instrumentos normativos e/ou do modelo de gestão (35%)																														
Fase 3	Infraestrutura e equipamentos (35%)																														
<table><tr><th colspan="2">Tipo 3 - Equipamento em Imóvel Alugado</th></tr><tr><td>Fase 1</td><td>Identificação do Imóvel (25%)</td></tr><tr><td>Fase 2</td><td>Contrato de Aluguel (5%)</td></tr><tr><td>Fase 3</td><td>Garantia da fonte de financiamento (15%)</td></tr><tr><td>Fase 4</td><td>Obras - Reforma (25%)</td></tr><tr><td>Fase 5</td><td>Implantação de estrutura (30%)</td></tr></table>	Tipo 3 - Equipamento em Imóvel Alugado		Fase 1	Identificação do Imóvel (25%)	Fase 2	Contrato de Aluguel (5%)	Fase 3	Garantia da fonte de financiamento (15%)	Fase 4	Obras - Reforma (25%)	Fase 5	Implantação de estrutura (30%)	<table><tr><th colspan="2">Tipo 6 - Novo Sistema</th></tr><tr><td>Fase 1</td><td>Definição de escopo (5%)</td></tr><tr><td>Fase 2</td><td>Garantia da fonte de financiamento (10%)</td></tr><tr><td>Fase 3</td><td>Desenvolvimento de Sistema Etapa 1 (25%)</td></tr><tr><td>Fase 4</td><td>Desenvolvimento de Sistema Etapa 2 (40%)</td></tr><tr><td>Fase 5</td><td>Definição do Modelo de Gestão/do Funcionamento (5%)</td></tr><tr><td>Fase 6</td><td>Homologação (15%)</td></tr></table>	Tipo 6 - Novo Sistema		Fase 1	Definição de escopo (5%)	Fase 2	Garantia da fonte de financiamento (10%)	Fase 3	Desenvolvimento de Sistema Etapa 1 (25%)	Fase 4	Desenvolvimento de Sistema Etapa 2 (40%)	Fase 5	Definição do Modelo de Gestão/do Funcionamento (5%)	Fase 6	Homologação (15%)				
Tipo 3 - Equipamento em Imóvel Alugado																															
Fase 1	Identificação do Imóvel (25%)																														
Fase 2	Contrato de Aluguel (5%)																														
Fase 3	Garantia da fonte de financiamento (15%)																														
Fase 4	Obras - Reforma (25%)																														
Fase 5	Implantação de estrutura (30%)																														
Tipo 6 - Novo Sistema																															
Fase 1	Definição de escopo (5%)																														
Fase 2	Garantia da fonte de financiamento (10%)																														
Fase 3	Desenvolvimento de Sistema Etapa 1 (25%)																														
Fase 4	Desenvolvimento de Sistema Etapa 2 (40%)																														
Fase 5	Definição do Modelo de Gestão/do Funcionamento (5%)																														
Fase 6	Homologação (15%)																														
	<table><tr><th colspan="2">Tipo 7 - Ato Normativo</th></tr><tr><td>Fase 1</td><td>Estudos e diagnósticos iniciais (15%)</td></tr><tr><td>Fase 2</td><td>Elaboração da minuta inicial (15%)</td></tr><tr><td>Fase 3</td><td>Consultas públicas (20%)</td></tr><tr><td>Fase 4</td><td>Aprovação técnica e elaboração da minuta final (20%)</td></tr><tr><td>Fase 5</td><td>Análise e aprovação (30%)</td></tr></table>	Tipo 7 - Ato Normativo		Fase 1	Estudos e diagnósticos iniciais (15%)	Fase 2	Elaboração da minuta inicial (15%)	Fase 3	Consultas públicas (20%)	Fase 4	Aprovação técnica e elaboração da minuta final (20%)	Fase 5	Análise e aprovação (30%)																		
Tipo 7 - Ato Normativo																															
Fase 1	Estudos e diagnósticos iniciais (15%)																														
Fase 2	Elaboração da minuta inicial (15%)																														
Fase 3	Consultas públicas (20%)																														
Fase 4	Aprovação técnica e elaboração da minuta final (20%)																														
Fase 5	Análise e aprovação (30%)																														

Diário Oficial

CIDADE DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Gestão
Rua Líbero Badaró, 425 - 2º Andar - Centro

Journalistas Responsáveis:
Paulo Roberto Dutra – Mtb 20.045
Selma Berezutchi – Mtb 73.652
Angelo Antônio Tibúrcio Mota - Mtb 73.653

LEIA O DIÁRIO OFICIAL NA INTERNET

Consulte os contratos firmados pelo Tribunal de Contas e Câmara Municipal, através da INTERNET*:

www.tcm.sp.gov.br
www.camara.sp.gov.br

*cumprimento à Lei nº 13.381 de 25.06.2002

Horário de transmissão de matérias para publicação até 18 horas.

Fale conosco:
diariooficial@prefeitura.sp.gov.br

www.prefeitura.sp.gov.br

Esta classificação permitia a padronização de fases de execução para o conjunto das metas que apresentavam similaridades em seu processo de implementação. As fases representavam as etapas percorridas por cada um dos projetos (ou de como estava a evolução da oferta de cada novo serviço ou benefício), que tornou mais clara e simples a tarefa de identificar sua evolução ao longo do tempo.

Para dar transparência aos critérios de evolução de uma fase para outra, foram definidos eventos específicos que marcam o início e o fim de cada uma delas.

De modo a permitir uma avaliação comparativa do andamento de diferentes projetos, foram atribuídos pesos (percentuais) para cada fase, com a indicação de quanto ela representa em dificuldade e tempo de realização. Os pesos de cada fase foram disponibilizados por meio de um gráfico de andamento dos projetos, embaixo do nome da fase.



Durante a execução, os projetos permanecem por algum tempo em cada fase. Assim, aplicaram-se os seguintes conceitos para as fases: **Não Iniciada** (no qual o valor do peso daquela fase não é computado no andamento do projeto); **Em Andamento** (no qual apenas metade do valor do peso da fase é computado no andamento do projeto); e **Concluída** (caso em que o valor do peso da fase é integralmente computado no andamento do projeto).

A partir da soma das fases, tinha-se o andamento de cada projeto, que é totalizado e disponibilizado na página principal da meta. Para saber como está o andamento da meta por essa metodologia de processo, bastava somar os percentuais de cada um dos projetos que fazem parte daquela meta e dividir pelo total de projetos. É esse valor de avanço geral da meta que aparece nos gráficos circulares apresentados nas fichas de cada uma.



Há uma exceção. Para a categoria “Novo Serviço ou Benefício”, a apuração era feita com a medição de quanto a soma de novos benefícios e/ou serviços representava sobre o total da meta – e a apresentação, ainda, de gráficos e tabelas que indicam a evolução do atendimento ao longo do tempo e/ou distribuído nas 32 Subprefeituras.

Cada meta podia ter projetos classificados em um ou mais tipos, sendo que o critério para a soma final era o mesmo. Os projetos também podiam ter pesos diferentes, considerando o grau de dificuldade e benefício esperado de sua realização. Por exemplo, para a realização da Meta 69 – Desenvolver campanha de conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa, foram planejadas a realização de seminários de conscientização e campanhas publicitárias anuais. Considerando o alcance das campanhas e seu custo relativo, optou-se por atribuir a elas um peso de 70% na composição geral da meta, deixando os outros 30% para os seminários.

O peso do projeto para o total da meta estava indicado na página de cada um deles.

Andamento Qualitativo

Além de indicar o status de cada projeto e de cada meta a partir de critérios objetivos e padronizados, a plataforma disponibilizava informações descritivas, o valor de investimento e a localização geográfica do equipamento, benefício ou serviço na cidade, quando aplicável.

A ferramenta de monitoramento do Programa de Metas 2013-2016 permitiu também que cada usuário(a) pudesse apontar as metas que mais lhe interessam para receber atualizações periódicas.

Selos de Transversalidade

Uma cidade que apresenta múltiplos desafios precisa de uma gestão preparada para superá-los, capaz de articular as políticas públicas transversais e atuar conjuntamente para o alcance dos objetivos. Na gestão municipal, muitos são os planos e os programas que requerem a atuação de diversas secretarias e órgãos públicos para promover a garantia de direitos e o bem-estar da população. Para que essa integração possa ser vista e acompanhada, a plataforma desenvolveu os selos de transversalidade.

Os selos indicavam metas em que há alto grau de interação entre o seu andamento – e de seus projetos – e a promoção de benefícios para políticas estruturantes. Visualizar o selo permitia identificar uma meta que, além de atender ao objeto específico para o qual foi destinada, também interferia positivamente em outra(s) política(s) municipais.

Os selos eram:



Metodologia Adotada

Como explicitado acima a Prefeitura de São Paulo permitiu que o acompanhamento realizado pela população fosse feito por três metodologias: Metas concluídas, Entregas e Processos.



Por entregas, temos o seguinte retrato:



O critério mais adequado para o acompanhamento de qualquer ação de governo e em especial o Programa de Metas é a metodologia por processo.

A metodologia por processo permite que o cidadão entenda como a administração pública funciona e, entendendo seu funcionamento, possibilita uma interação efetiva, com menor assimetria de informação entre sociedade e governo.

Aliás, um dos desafios enfrentados por essa gestão foi radicalizar uma política de transparência ativa ao disponibilizar desde contratos assinados por toda a administração até dados do IPTU e áreas públicas cedidas o que permitiu que a população pudesse compreender os meandros da administração pública e seus desafios. Compreensão fundamental para a apropriação por parte da sociedade para efetiva participação nos rumos futuros da cidade.

Por exemplo, é fundamental compreender que a meta de construir três hospitais (a mais de uma década que a cidade não construía um desde suas fundações) não pode ser lida simplesmente como não cumprida, uma vez que o hospital foi entregue, e os outros 2 estão em obras (o de Parelheiros em fase final de acabamento).

Reconhecer o cumprimento parcial das metas permite que as gestões eleitas realizem compromissos mais ambiciosos em seus Programas de Metas.

No caso da atual gestão e considerando os cumprimentos parciais das metas, o Programa de Metas atingiu 82,3% de cumprimento, tendo apenas 15 metas abaixo de 50% de cumprimento, conforme tabela a seguir:

Categoria	Número de metas
Maior ou igual a 100%	71
Entre 75% - 100%	10
Entre 50% - 75%	27
Entre 25% - 50%	11
Menor que 25%	4
TOTAL	123

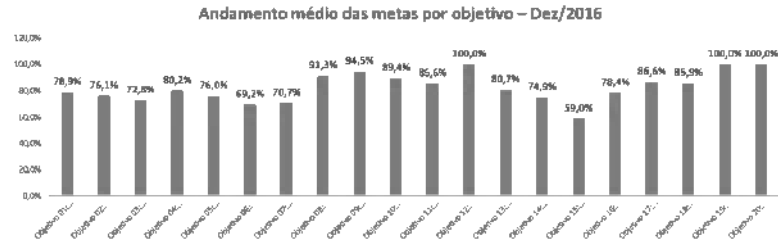
Do contrário, a cidade corre o risco de ter futuros Programas de Metas tímidos, pautados não pela necessidade de transformação da realidade, mas, principalmente, pelas condições de segurança de execução ao fim de um mandato. Se isto ocorrer, entendemos que a ferramenta criada perderá seu principal objetivo, de tentar materializar as transformações vocalizadas pelos processos eleitorais.

Quadro Geral

Quando olhamos para o Programa de Metas e sua estrutura, observa-se a seguinte execução por eixo:



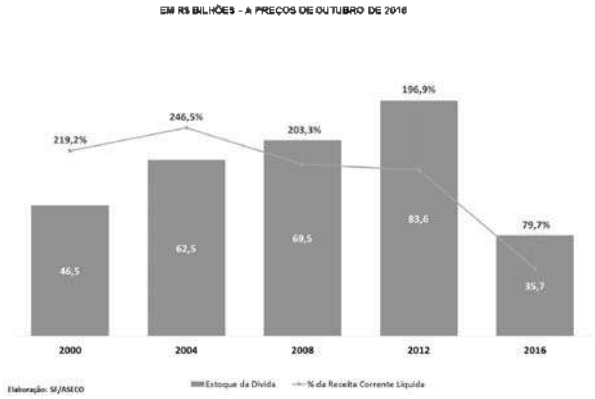
Quanto aos objetivos, tem-se o seguinte quadro:



Esses resultados somam-se com a gestão saneadora da gestão financeira da prefeitura que, junto com a revisão dos principais consórcios regulatórios da cidade (Plano Diretor, diversos Planos Municipais setoriais, dentre outros), consolidam um sólido planejamento de longo prazo para São Paulo.

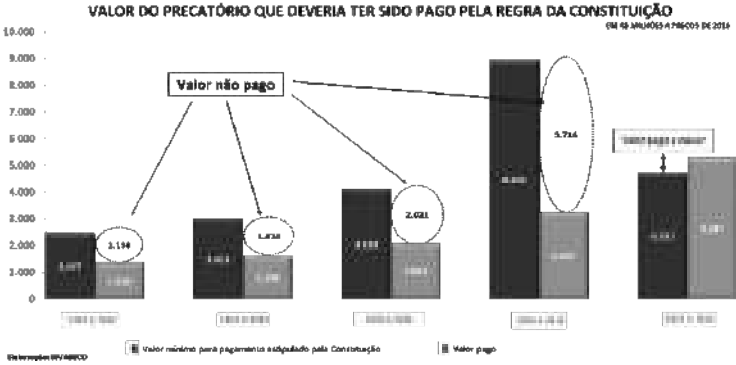
A renegociação da dívida de São Paulo, assinada em fevereiro de 2016, tornou o nível de Dívida Consolidada Líquida do Município de São Paulo em cerca de 79,7% da Receita Corrente Líquida, ante 182,3% ao final de 2015. Uma redução de mais R\$ 47,9 bilhões de reais, que permitiu que a cidade inclusive adquirisse rating de investimentos de agencias internacionais. O gráfico abaixo demonstra a importância desta negociação para o futuro da cidade.

Evolução da Dívida Consolidada Líquida



Ao mesmo tempo, foi nos últimos quatro anos que São Paulo conseguiu, pela primeira vez na história recente efetivar o pagamento de precatórios em índices acima do estipulado pela Constituição em cerca de R\$ 560 milhões, com o enfrentamento do histórico estoque de precatórios da municipalidade, conforme observamos no gráfico abaixo.

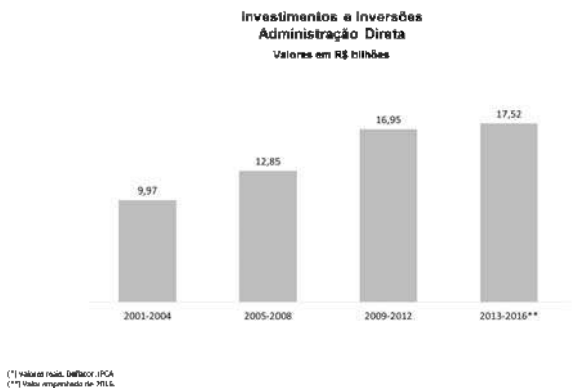
Evolução dos Precatórios



E foi exatamente nesse período que enfrentamos uma forte recessão econômica com avanço inflacionário, além de contratempos imprevisíveis na perspectiva de 2013, quando da elaboração do

Programa de Metas que podemos exemplificar com o congelamento da tarifa de ônibus e o suspensão por um ano do reajuste do IPTU. Mesmo assim, foi nesse mesmo período que tivemos o maior ciclo de investimento da história recente de São Paulo tendo sido investido na cidade R\$ 17,52 bilhões conforme demonstra o gráfico abaixo com valores corrigidos pelo IPCA.

Investimentos



Antes de passarmos para o balanço por meta, incluindo as realizações realizadas para além das metas, é oportuno frisar que este balanço não contempla, obviamente, todas as ações, programas e atividades empreendidas nos últimos quatro anos, mas dialoga de maneira setorial e recortada com a proposta do Programa de Metas. Assim, os balanços setoriais preparados pela maioria das pastas deve sempre ser consultado para uma análise mais detalhada da gestão.

EIXO 1: COMPROMISSO COM OS DIREITOS SOCIAIS E CIVIS

Objetivo 1: Superar a Extrema Pobreza na Cidade de São Paulo, elevando a renda, promovendo a inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos

A Meta 1 foi executada em 236 % - Meta está Superada

META 1 - Inserir aproximadamente 280 mil famílias com renda de até meio salário mínimo no Cadastro Único para atingir 773 mil famílias cadastradas

Relato da Meta 1

Foram 661.055 novas famílias inseridas no Cadastro Único desde janeiro de 2013.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social lançou o Atlas Socioassistencial da Cidade de São Paulo que pode ser consultado online no site da Secretaria.

350 entrevistadores foram contratados em novembro de 2013 para a realização dos novos cadastros. 200 Agentes de Saúde e 22 Agentes de Gestão de Políticas Públicas de Unidades Básicas de Saúde (UBS) capacitados como entrevistadores para a realização de novos cadastros.

Segundo orientações técnicas da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, nº 488 de 15 de Janeiro de 2014, estão contabilizados como supra regionais os casos de cadastros desatualizados há mais de quatro anos, para garantir a série histórica.

Houve uma prioridade para a implementação das ações nas Subprefeituras com maior concentração de famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, com uma busca ativa apoiada pelas áreas de interface e sociedade civil, disponibilizando os espaços públicos e equipamentos municipais para ações cadastrais.

Definição de termos técnicos para a meta

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único): é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda (renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos). Ele é utilizado por mais de 15 programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, PRONATEC, Tarifa Social de Energia Elétrica, Brasil Carinhoso, etc. Busca Ativa: estratégia do Plano Brasil Sem Miséria que tem como objetivo levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público. Um dos grandes desafios do Brasil Sem Miséria é alcançar aqueles que não acessam os serviços públicos e vivem fora de qualquer rede de proteção social.

A Meta 2 foi executada em 376 % - Meta está Superada

META 2 - Beneficiar 228 mil novas famílias com o Programa Bolsa Família

Relato da Meta 2

Foram 856.329 novas famílias beneficiadas pelo Bolsa Família na cidade desde janeiro de 2013.

O Programa Bolsa Família integra o Plano Brasil sem Miséria do Governo Federal e seu financiamento é realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para calcular o total de novas famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, utiliza-se a metodologia de concessão acumulada, tendo como referência o marco zero (janeiro de 2013) e subtraindo os demais períodos de levantamento da informação. Para o total de famílias incluídas, soma-se os incrementos.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social fez toda a mobilização necessária e executou o cadastramento que viabilizou o pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família (articulação com outras Secretarias e agentes, capacitações, divulgações etc).

Definição de termos técnicos para a meta

Programa Bolsa Família: O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Linha da extrema Pobreza: renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais. Linha da pobreza: renda familiar per capita entre R\$ 70 e R\$ 140 mensais.

A Meta 3 foi executada em 24 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 3 - Implantar 60 Centros de Referência da Assistência Social - CRAS

Relato da Meta 3

5 novos CRAS entregues: Campo Limpo (CRAS Vila Andrade), Itaim Paulista (CRAS Itaim Paulista II), Cidade Ademar (CRAS -Cidade Ademar II) e M’Boi Mirim (Cras Jd. Ângela I e Cras Jd. São Luiz).

Foi homologado o concurso e 100 Assistentes Sociais foram chamados para viabilizar o funcionamento das novas unidades.

Os CRAS serão construídos ou adaptados em imóveis alugados ou cedidos. Eles serão dotados de estrutura física com garantia de acessibilidade, estrutura administrativa e recursos humanos, e cada unidade terá a capacidade de referenciar até 5 mil famílias.

Hoje falta de equipe na Secretaria, devido ao aumento das aposentadorias, mesmo tendo sido realizado concurso e nomeados 100 servidores.

Definição de termos técnicos para a meta

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS: unidade estatal de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que tem o objetivo de assegurar a proteção integral à famílias em situação de vulnerabilidade social.

A Meta 4 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 4 - Implantar 7 Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS

Relato da Meta 4

7 unidades entregues nas subprefeituras de Pinheiros, Butantã, Cidade Tiradentes, Vila Prudente, São Miguel, Ermelino Matarazzo e Guaianases.

Foi realizado e homologado um Concurso Público para contratação de 100 Assistentes Sociais , que já foram chamados e capacitados para viabilizar o funcionamento das novas unidades.

Os CREAS foram construídos ou adaptados em imóveis alugados ou cedidos. Eles tem estrutura física adequada para acolher e garantir o atendimento e condições de privacidade, sigilo e dignidade (recepção, sala de atendimento individual e em grupo, sala para administração, banheiros, copa, espaço externo, almoxarifado). A capacidade de atendimento é de aproximadamente 80 famílias/indivíduos mês por unidade.

Definição de termos técnicos para a meta

Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS: unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, dentre outros).

A Meta 5 foi executada em 54 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 5 - Garantir 100.000 vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

Relato da Meta 5

São 54.101 vagas e 38.167 matrículas efetivadas em 2013 e 2015.

De 2015 a 2016, a SDTE efetivou através dos CATE’s, 588 matrículas referentes a Cursos ofertados pelo Sistema S, pelas ETECs, pela Fundação Paulistana e pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais.

A SDTE enviou no dia 21 de março de 2016 o Formulário de Demanda Identificada do Pronatec São Paulo 2016 para o Ministério do Trabalho com a proposta de 109 cursos, para o Mapa de Demanda Identificada do MEC, totalizando 16.340 vagas para o município de São Paulo a serem ofertados em 2016.

Foram 3067 vagas homologadas para 2015, sendo: 1617 IF-SP; 536 FUNDAÇÃO PAULISTANA; 465 SENAC; 349 Centro Paula Souza / ETECs; e 100 SENAT.

Em abril de 2014 foi instituído o Comitê Gestor Intersecretarial do PRONATEC.

Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, ofertante pública municipal dos cursos do PRONATEC, ficou vinculada à Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

Publico-alvo: Beneficiários dos programas de transferência de renda, alunos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) inscritos no Cadastro Único e beneficiários do Seguro Desemprego. Um Grupo de Trabalho intersecretarial definirá diretrizes de execução levando em conta as necessidades específicas de populações mais vulneráveis como: juventude (observando os critérios de territórios prioritários do Plano Juventude Viva, descrito em meta específica sobre o tema), mulheres vítimas de violência, negros, índios, transsexuais, população de rua e pessoas com deficiência. O planejamento já prevê 4.000 vagas para famílias em situação de rua, conforme explicado em meta específica sobre o tema.

Dificuldades: A redução da oferta de vagas pelo governo federal, em decorrência da crise orçamentária, reduziu o interesse das insituições ofertantes devido a atrasos nos pagamentos. Além disso, houve alta taxa de evasão e concentração da oferta de vagas na região central (instituições do sistema S), dificultando acesso.

Definição de termos técnicos para a meta

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

A Meta 6 foi executada em 102 % - Meta está Superada

META 6 - Formalizar aproximadamente 22.500 microempreendedores individuais

Relato da Meta 6

São 23.445 Microempreendedores Individuais (MEI) formalizados de janeiro de 2013 até o momento.

É importante destacar a atuação da ADE SAMPA, juntamente com o MEI móvel, na estratégia de desenvolvimento local para a formalização de microempreendedores.

Desde 2013 os CATE’s oferecem ao cidadão o serviço de formalização como MEI, efetuado através do Portal do Empreendedor.

Foram 5.825 formalizações em 2013, 5.706 em 2014 e 7.208 em 2015 e 4.160 até julho de 2016.

A 2ª Semana do Trabalho, Emprego e Renda, realizada no Vale do Anhangabaú entre os dias 7 a 13 de novembro de 2015, proporcionou 464 atendimentos aos microempreendedores individuais e interessados, mediante oficinas, orientação técnica e formalizações.

O Centro de Apoio ao Trabalho (CAT) realizou sobretudo atendimentos relacionados à intermediação de mão de obra. Porém, dentro da perspectiva de geração de renda, a formalização de micro empreendedores individuais se configura em uma nova modalidade de formalização de agentes econômicos, direcionada aos trabalhadores autônomos e que não se enquadram nos vínculos empregatícios estipulados pela CLT. Esta nova modalidade tem por objetivo a formalização e a promoção de cursos e palestras nos CAT. O público atendido prioritariamente nesses espaços refere-se àquele considerado de alta vulnerabilidade. Foram definidas diretrizes específicas para definição de público-alvo, levando em conta recortes de gênero, juventude, étnico-racial e pessoas com deficiência.

Definição de termos técnicos para a meta

Microempreendedor Individual (MEI): é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. É necessário faturar no máximo até R\$ 60 mil por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

A Meta 7 foi executada em 54 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 7 - Ampliar em 20 mil o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos e implantar 3 novos Centros Integrados (CIEJA)

Relato da Meta 7

Até o momento foram criadas 253 turmas de Educação de Jovens e Adultos na Cidade de São Paulo.

De janeiro de 2013 até o momento houve um aumento de 8.267 vagas oferecidas na Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se que esta modalidade de ensino enfrenta flutuações nas matrículas devido as suas especificidades.

Por primeiro, cumpre esclarecer que há grande variação mensal do número de vagas criadas, bem como no número de matrículas efetuadas. Tal situação se dá por conta das especificidades da modalidade de ensino EJA-MOVA, a saber: a grande ocorrência de desistências, ocasionadas por faixa etária, dificuldades de compatibilizar estudo e emprego, dentre outros fatores.

Nessa esteira, é possível observar que há meses em que as ofertas de vagas e matrículas crescem, a exemplo do que é observável nos dados referentes aos meses de agosto e outubro. Em outros períodos do ano, os números costumam cair.

Assim, a depender do mês de referência utilizado como base para o cálculo do número de vagas criadas no ano, o resultado final pode apresentar variações. Há de se diferenciar, ainda, os dados relativos à oferta de vagas dos dados relativos às matrículas efetuadas.

Está em elaboração uma proposta de reorientação curricular que articule a educação escolar com o mundo do trabalho, da cultura e a pratica social, bem como os diferentes atendimentos oferecidos na modalidade EJA: Noturno, modular, CIEJA, CMCT e MOVA. O custo da meta apresentado refere-se à instalação dos 3 novos CIEJAs e o custo das 20 mil novas vagas no período de 1 ano.

Apesar do número de 250 mil analfabetos em 2016 (estimativa CENSO) a Secretaria de Educação tem hoje a demanda cadastrada completamente atendida. Não há mobilização de jovens e adultos na busca de vagas. Há necessidade de busca ativa e campanhas de incentivo/mobilização. A implantação do 3 CIEJA tem um custo em torno de 5 ou 6 milhões de custeio, e devido à falta de demanda já citada, a secretaria prefere priorizar o investimento do recurso em outras ações.

Definição de termos técnicos para a meta

EJA: Educação de Jovens e Adultos CIEJA: Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos MOVA: Movimento de Alfabetização CMCT: Centro Municipal de Capacitação eTreinamento

A Meta 8 foi executada em 85 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 8 - Implantar 5 Centros de Referência Especializados para a população em situação de rua (Centros POP)

Relato da Meta 8

4 unidades entregues para atendimento à população em situação de rua e em funcionamento: 1 unidade na Vila Maria/Vila Guilherme, 1 em Santana/Tucuruvi, 1 Santo Amaro e 1 na Mooca.

Os Centros PopRua fazem parte do Plano Municipal da Política da População em Situação de Rua. O conjunto integrado de ações e entregas desse Plano, incluindo a implantação dos 5 Centros PopRua serão monitorados pelo Comitê Intersetorial criado pelo Decreto n. 53.795/2013.

As unidades Vila Mariana está em processo de locação e a unidade Santo Amaro está em obras.

Definição de termos técnicos para a meta

População em situação de rua: grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (definição dada pelo Decreto Presidencial nº 7053/2009). Centros PopRua: Centro de Referência Especializado com rede de atendimento socioassistencial voltado à população adulta, oferecendo: abordagens sistemáticas nas ruas e encaminhamentos para os núcleos de serviços de convivência e centros de acolhida.

A Meta 9 foi executada em 150 % - Meta está Concluída

META 9 - Implantar 2 restaurantes comunitários

Relato da Meta 9

As unidades da Moóca e Sé estão em funcionamento.

A implantação dos restaurantes comunitários visa garantir segurança alimentar à população em situação de rua e faz parte do Plano Municipal da Política da População em Situação de Rua. Essa ação, assim como o conjunto integrado de ações e entregas do Plano é monitorada pelo Comitê Intersetorial criado pelo Decreto n. 53.795/2013.

Definição de termos técnicos para a meta

Restaurante comunitário: tem a finalidade de servir refeições adequadas para pessoas adultas em situação de rua de forma continuada. Deverá oferecer refeições prontas, saudáveis e de qualidade. Com atendimento prioritário aos grupos da população que se encontram em situação de insegurança alimentar contribui para a melhoria da saúde e qualidade de vida.

A Meta 10 foi executada em 105 % - Meta está Superada

META 10 - Implantar 22 Serviços de Acolhimento Institucional à população em situação de rua

Relato da Meta 10

23 unidades de Acolhimento entregues em diferentes modalidades, nas seguintes subprefeituras: 1 na Capela do Socorro, 1 na Casa Verde/Cachoeirinha, 6 na Moóca, 2 na Penha, 6 na Sé, 2 em Santana/Tucuruvi, 1 em São Miguel Paulista e 3 na Vila Maria/Vila Gui

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) expõe os resultados do Censo da População em Situação de Rua 2015 em seu site, no campo de Pesquisa do Observatório Social.

A implantação dos serviços de acolhimento compõe o Plano Municipal da Política da População em Situação de Rua e é monitorado em conjunto com as demais ações do Plano pelo Comitê Intersetorial criado pelo Decreto n. 53.795/2013, em consonância com a Política Nacional de População de Rua. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização de

serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. Serão 12 serviços para atendimento às famílias, 8 para atendimento a adultos de ambos os sexos e 2 para carroceiros.

Definição de termos técnicos para a meta

Serviço de Acolhimento Institucional: acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos, raça/etnia, gênero e orientação sexual.

A Meta 11 foi executada em 117 % - Meta está Superada

META 11 - Implantar 12 novos Consultórios na Rua com tratamentos odontológicos e relacionados ao abuso de álcool e outras drogas

Relato da Meta 11

Meta superada: 14 consultórios entregues, 16.6% a mais que o previsto, além dos 4 em funcionamento.

As unidades foram entregues nos distritos: Barra Funda, Bela Vista, Belém, Brás, Lapa, Mooca, Pari, Pinheiros, República (2), Santa Cecília (5), Santana e Sé (2).

Definição de termos técnicos para a meta

Consultório na rua: equipes de saúde móveis para atender à população em situação de risco e vulnerabilidade social, principalmente crianças e adolescentes e usuários de álcool e outras drogas.

A Meta 12 foi executada em 64 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 12 - Promover ações para a inclusão social e econômica da população em situação de rua

Relato da Meta 12

Programa De Braços Abertos realiza, atualmente, o atendimento a 501 pessoas, sendo que 320 trabalham em atividades de varrição e Fábrica Verde, 22 pessoas trabalham em emprego formal e 42 retornaram para seus familiares.

Pesquisa participativa, em parceria com Instituto Sur, foi entregue e subsidia a construção do Plano Municipal da Política para População em Situação de Rua, junto ao Comitê PopRua.

Convênio com Organização Auxílio Fraterno para promoção e reflexão dos direitos humanos junto à população em situação de rua e representantes da rede de proteção especial.

Implementação de outros 2 projetos de inclusão social e econômica da PopRua: parceria com CEDECA Interlagos para realização de oficinas de direitos humanos e cidadania no centro de acolhida Zaki Narchi; parceria com o CIEE para formação complementar visando à inserção da PopRua no mercado de trabalho.

Até o momento já foram disponibilizadas 1.430 vagas para cursos de formação específicos à população em situação de rua. As vagas são ofertadas para cursos de capacitação profissional do PRONATEC, em parceria com SENAI, em cursos de gratuidade com SENAC, e

A política de garantia de direitos da população em situação de rua será tratada como uma das prioridades da gestão na ótica da garantia de direitos humanos. Para isso, foi criada no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania a Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua que tem por objetivo articular a gestão transversal das ações públicas voltadas a esta comunidade, pautada na ampliação do diálogo com organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Assim, a necessidade da criação de um colegiado, o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua) para contribuir na criação do Plano Municipal desta políticas com ênfase na promoção da cidadania, no respeito dos direitos

humanos, combate a todas as formas de discriminação e preconceito e à valorização da diversidade. O Plano Municipal da Política da População em Situação de Rua e seu conjunto integrado de ações e entregas serão monitorados por esse Comitê Intersetorial, criado pelo Decreto n. 53.795/2013. No custo total dessa meta não estão incluídos os dados de custo das Unidades Habitacionais e das vagas do PRONATEC. Tais custos estão incorporados nas fichas específicas de cada uma dessas metas.

A meta também previa 2 mil unidades habitacionais para a população em situação de rua. Porém, a lei não permite que unidades habitacionais sejam garantidas exclusivamente para um grupo social, mas somente priorizadas no Cadastro Social da Habitação. Dessa forma, foram criados critérios de priorização no cadastro social da habitação que favoreceriam essa população, mas mudança na legislação federal tirou o direito das cidades de elegerem seus próprios critérios.

Definição de termos técnicos para a meta

População em situação de rua: Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória* (definição dada pelo Decreto Presidencial nº 7053/2009).

A Meta 13 foi executada em 45 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 13 - Implementar 4 Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolver ações de apoio à agricultura urbana e periurbana

Relato da Meta 13

Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo, localizado na Vila Maria, concluído e inaugurado no mês de junho de 2015.

O CRSAN do Butantã foi transferido da Secretaria do Verde e Meio Ambiente para a SDTE e está em processo de adequação de sua infraestrutura para torná-lo com as mesmas características do CRESAN-Vila Maria, compondo o segundo CRSAN da cidade.

Patrulha Agrícola em operação na região rural do município, disponibilizando aos produtores rurais serviços de mecanização agrícola para preparo e conservação de solo e recuperação ambiental. Estimulo à comercialização de produtos oriundos do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – PRÓ-AGRIURBE, através de chamamento público para feiras livres orgânicas ou produtos orgânicos ou em Transição Agroecológica e reestruturação das feiras de produtos orgânicos existentes (Modelódromo, Parque do Carmo e CERET).

Ampliação do estoque do viveiro de mudas florestais e estímulo a adequação ambiental das propriedades na região de Parelheiros, Zona Sul. Estímulo à entidades sócio assistenciais a instalação de hortas para consumo próprio.

Equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social reestruturada, apoiando a retomada do Protocolo de Boas Práticas Agroambientais e o processo de Transição Agroecológica, assim como apoio às organização de agricultores (associações e cooperativas),

Implantação da política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN no Município por meio da reestruturação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN, criação da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAIS

Os Centros de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional são equipados com cozinha experimental, biblioteca, espaços multimídia (salas de aula) e anfiteatro.

O CRSAN do Butantã foi transferido da Secretaria do Verde e Meio Ambiente para a SDTE e está em processo de adequação de sua infraestrutura para torná-lo com as mesmas características do CRESAN-Vila Maria, compondo o segundo CRSAN da cidade.

Definição de termos técnicos para a meta

Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRSAN): equipamento público onde se desenvolvem atividades de formação e assessoria para pessoas que atuam em programas relacionados aos Direitos Humanos e à Alimentação Adequada como merendeiras, nutricionistas, assistentes sociais, agentes comunitários de saúde e entidades assistenciais.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de Superar a Extrema Pobreza na Cidade de São Paulo, elevando a renda, promovendo a inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos.

Programa De Braços Abertos (SMADS)

Programa De Braços Abertos: política municipal voltada para população em extrema vulnerabilidade, em situação de rua e uso abusivo/indevido de substâncias psicoativas, propondo como alternativa o tratamento em meio aberto e inserido na sociedade. Regulamentado pelo decreto nº 55.067, de 28 de abril de 2014, instituído em 15 de janeiro de 2014. É uma Política inclusiva por ofertar às pessoas assistência social, moradia, alimentação, trabalho, renda, cuidado em saúde e respeito aos seus direitos humanos. O Programa De Braços Abertos tem como Ponto de Apoio os orientadores socioeducativos e agentes da saúde que atuam na região da Luz, um espaço de convivência, sendo a porta de entrada no Programa. Trabalha na lógica da Redução de Danos cujo conceito traz a perspectiva da saúde e o cuidado para o foco central da questão das drogas. A partir desta compreensão, parte-se para ações que visam melhorar a qualidade de vida, resgatar a dignidade e a cidadania dos usuários do Território da Luz e reduzir os danos do uso de substâncias psicoativas tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Os usuários beneficiários são atendidos pelo Programa Consultório na Rua, dados preliminares de 2015, registram 40 mil abordagens realizadas na "Cena de Uso" pelos agentes de saúde e 16 mil atendimentos da equipe de saúde.

Programa Autonomia em Foco (SMADS)

Programa Autonomia em Foco oferece abrigo para famílias ou pessoas sozinhas em situação de rua que já têm renda e estão próximas da autonomia plena. A iniciativa surgiu após agentes da Smads e da SMDHC verificarem que o espaço era ocupado prioritariamente por famílias com problemas habitacionais, com pouca ou nenhuma dependência química. O projeto começou com a transferência de 186 pessoas que ocupavam um terreno próximo à alça de acesso à avenida no Parque Dom Pedro, na região central. Para o hotel no Pari (Rua Edu Chaves, 164) foram encaminhadas 119 pessoas, sendo 36 famílias com 88 adultos e 31 crianças e adolescentes, além de 19 solteiros. Para o Glicério (Rua dos Estudantes, 505) foram 67 pessoas, sendo 40 famílias com 57 adultos, seis crianças, dois adolescentes e dois recém-nascidos. O custo mensal da locação dos imóveis onde vão funcionar os abrigos é de R\$ 110 mil. Já o investimento aplicado em cada convênio é de R\$ 122 mil mensais para o atendimento permanente das famílias, 24 horas por dia.

Agente SUAS (SMADS)

Criação do Programa Agentes SUAS para melhoria e desafoamento do sistema de atendimento nas unidades de atendimento. 420 novos agentes SUAS contratados e capacitados. Parceria com a SDTE como parte do Programa Brasil Sem Miséria (BSM), fazem qualificação profissional para o público do CadUnico, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho. Piso salarial das assistentes sociais foi dobrado (em 2012/2013 era de R\$ 3.151,66 e foi para R\$ 6.106,33 agora em 2016). Foi feito concurso esperado para Assistentes Sociais e foram chamadas 100, contratadas 96 que já estão ativas, serão chamadas outras 50 até o fim do ano.

Programa Quinta da Economia (SDTE)

Lançado o programa Quinta da Economia. A iniciativa tem como objetivo oferecer à população alimentos saudáveis com preços mais baixos aos encontrados em mercados localizados em diferentes regiões da cidade. A Quinta da Economia acontece nos sacolões municipais Avanhandava, Bela Vista, Brigadeiro, Butantã, Cidade Jaraguá, Cidade Tiradentes, Cohab Adventista, Estrada do Sabão, Jaguaré, João Moura, Lapa, Piraporinha, São Miguel Paulista e Santo Amaro, além dos mercados municipais de Pinheiros, Sapoemba e Teotônio Vilela.

Objetivo 2: Melhorar a qualidade da Educação e ampliar o acesso à Educação infantil com a expansão da rede de equipamentos e a criação de 150 mil novas vagas

A Meta 14 foi executada em 149 % - Meta está Superada

META 14 - Valorizar o profissional da educação por meio da implantação de 31 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Relato da Meta 14

Através do Decreto nº 56.877 (17.03.2016) que dispõe sobre a organização e funcionamento dos Polos da Rede, instituiu-se a Universidade nos Centros Educacionais Unificados – UniCEU.

A UniCEU surge como uma parceria estratégica da Prefeitura de São Paulo

De 2013 até o momento são 327 cursos ofertados em 47 polos, sendo 60 de aperfeiçoamento, 193 de especialização, 62 de licenciatura e 12 de bacharelado. Os cursos são de Engenharia, Pedagogia, Matemática, Língua Portuguesa, Química, Física, Biologia, Educação Física e de pós-graduação em diversas áreas.

Os pólos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados à distância pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do Sistema UAB. Mantidos por Municípios ou Governos de Estado, os pólos oferecem a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos a distância. Os CEUs Rosa da China e Sapoemba (jurisdicionados à Subprefeitura de Sapoemba) atenderão também o público da Subprefeitura da Vila Prudente que não conta com unidades CEU.

Definição de termos técnicos para a meta

Universidade Aberta do Brasil (UAB): Sistema UAB funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, com o objetivo de atender às demandas locais por educação superior.

A Meta 15 foi executada em 72 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 15 - Ampliar a jornada escolar de 100 mil alunos da Rede Municipal de Ensino

Relato da Meta 15

No biênio 2013/2014 foram cadastrados mais de 72 mil estudantes para a ampliação da jornada escolar por meio do Programa Mais Educação MEC, superando a meta prevista para o respectivo período. Em 2015/2016, entretanto, não foram abertas novas adesões.

A Prefeitura Municipal de São Paulo atendeu, em 2015, 135.674 educandos em atividades de expansão de jornada por meio de programas como o Mais Educação MEC e o Mais Educação São Paulo. Desse total, 135.674 estudantes frequentaram ao menos uma atividade por semana.

Os módulos do Programa Mais Educação são voltados à educação básica e visam a ampliação da permanência do aluno na escola participando de atividades de acompanhamento pedagógico ligadas ao meio ambiente, lazer e esporte, cultura e artes, cultura digital e outras áreas. Cada módulo atende a 230 alunos que passam a contar com o período estendido da jornada escolar em suas unidades de ensino. A adesão ao programa depende da aprovação do plano de trabalho apresentado pelas Unidades Escolares na MEC. As atividades previstas nos

planos de trabalho visam a extensão da jornada escolar diária para 7 horas, com atividades complementares vinculadas à proposta pedagógica. O custo total da meta representa o valor necessário para manter o Programa Mais Educação para 100 mil alunos durante o período de um ano.

O Programa Mais Educação do Governo Federal funcionaria em 2 etapas, com meta de inscrição de 50 mil alunos em cada uma delas, totalizando os 100 mil alunos. Na primeira etapa (2013/2014) foram cadastrados 72.047 alunos da Rede Municipal (ultrapassando a meta em 20.047 alunos). Entretanto, na segunda etapa (2015/2016) o programa foi descontinuado pelo governo federal e não abriu novas adesões. Sendo assim, não foi possível cadastrar novos alunos.

Definição de termos técnicos para a meta

Programa Mais Educação: instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Módulo: O programa é desenvolvido em módulos, sendo que cada módulo atenderá um grupo de 230 alunos.

A Meta 16 foi executada em 57 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 16 - Ampliar a Rede CEU em 20 unidades, expandindo a oferta de vagas para a educação infantil

Relato da Meta 16

Foi entregue o CEU Heliópolis inaugurado em abril de 2015 e temos hoje 8 unidades com obras avançadas, sendo: Freguesia do Ó, Novo Mundo, Carrão, José de Anchieta, São Miguel, Jose Bonifácio, Parque do Carmo e Vila Prudente

São 6 unidades com licitação concluída e obras iniciadas: Pinheirinho D Água, Taipas, Cidade Tiradentes, Joamar/Tremembé, Campo Limpo/Piracuma e Grajaú/Petronita.

Cada nova unidade da Rede CEU contará com 1 CEMEI, quadra poliesportiva, teatro, playground, piscinas abertas, um bloco esportivo com quadra e piscina coberta e aquecida, biblioteca e salas de uso múltiplo a serem utilizadas por atividades dos diferentes programas educacionais tais como a UAB, CIEJA, Pronatec, e atividades de contraturno escolar para a implementação da educação em tempo integral.

Sobre os obstáculos, podemos apontar a busca de áreas apropriadas, o recurso (tanto federal quanto municipal) e as especificidades do processo licitatório que atrasaram o processo.

Detalhes específicos/informações internas: Fase 1 – os projetos foram entregues a EDIF ainda em julho 2014, para dar início ao processo de qualificação das empresas. O processo de qualificação demorou a ser concluído, em função de ajustes nos orçamentos e em função de questionamentos do TCM Fase 2 – a licitação de gerenciamento foi suspensa pelo TCM; precisamos contar com o apoio de EDIF para a análise de projetos, o que atrasou o processo (em função do acúmulo de serviços de EDIF); além disso, uma das empresas não entregou os projetos a contento. O lançamento da licitação de obras previsto para setembro acabou acontecendo em dezembro/2015.

Definição de termos técnicos para a meta

Rede CEU: Centro Educacional Unificado que se constitui em um complexo educacional, esportivo e cultural caracterizado como espaço público múltiplo.

A Meta 17 foi executada em 50 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 17 - Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 243 Centros de Educação Infantil

Relato da Meta 17

Desde 2013, foram implantadas 425 novas creches na Cidade de São Paulo. As creches são implantadas em imóveis construídos pela Prefeitura e em imóveis próprios ou locados pelas organizações da sociedade civil que mantêm parceria com a Prefeitura para o atendimento.

Foram construídos até o momento 45 novos CEI (28 em parceria com o Governo do Estado, 2 em parceria com o MEC e 15 com recursos municipais). Outros 53 CEI encontram-se em obras (4 em parceria com o Governo do Estado, 30 em parceria com o Ministério da Educação e 19 com recursos municipais).

A meta será atingida com a construção de novos equipamentos com recursos do município e de parcerias com o Governo do Estado de São Paulo e com o Governo Federal. A política de expansão de vagas em creches é estruturada como um direito das crianças e das mulheres, articulada ao Programa Brasil Carinhoso e a um projeto educacional comprometido com uma educação não-sexista, não-racista e não-homofóbica. O cumprimento da meta gerará aproximadamente 53 mil novas vagas.

Dadas as dificuldades de encontrar terrenos públicos que viabilizassem a constuição de novas unidades, de desapropriação de áreas particulares, e de recursos federais para aporte nas construções, a secretaria de Educação optou por atender a necessidade adicional de vagas (além daquelas já atendidas via construções que foram viabilizadas) através da rede conveniada.

Definição de termos técnicos para a meta

Centro de Educação Infantil: unidade de educação municipal para crianças de 0 a 3 anos de idade

A Meta 18 foi executada em 77 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 18 - Construir 65 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI)

Relato da Meta 18

Desde 2013, foram implantadas 34 novas EMEIs na Cidade de São Paulo. As EMEIs integram a Rede Direta e são majoritariamente instaladas em prédios construídos pela Prefeitura

São 34 Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI - concluídas e 22 unidades com obras em andamento.

A meta será atingida com a construção de novos equipamentos com recursos do município e em parceria com o Governo do Estado de São Paulo. A política de expansão de vagas em creches é estruturada como um direito das crianças e das mulheres, articulada ao Programa Brasil Carinhoso e a um projeto educacional comprometido com uma educação não-sexista, não-racista e não-homofóbica. O cumprimento da meta gerará a abertura de cerca de 30 mil novas vagas.

Definição de termos técnicos para a meta

EMEI: Escola Municipal de Educação Infantil: unidade de educação municipal para crianças de 4 a 5 anos de idade. CEMEI: Centro Municipal de Educação Infantil: unidade de educação municipal para crianças de 0 a 5 anos de idade.

A Meta 19 foi executada em 154 % - Meta está Superada

META 19 - Expandir a oferta de vagas para educação infantil por meio da rede conveniada e outras modalidades de parcerias

Relato da Meta 19

A missão da Secretaria Municipal de Educação é não deixar nenhuma criança fora da escola.

Entre 01.01.2013 (início da gestão) e 30.11.2016, a Educação Infantil na cidade de São Paulo aumentou em 99.229 o número de matrículas garantidas (Dados do EOL, de 30/11/2016) e mais 7.514 movas vagas. Do total de matrículas garantidas na Educação Infantil, 82.896 (80.274 rede conveniada e 2.622 rede direta) são destinadas ao atendimento em creche e 16.333 ao atendimento em pré-escola. Desde 2013, foram implantadas 459 novas unidades de educação infantil, sendo 425 novas creches e 34 novas EMEIs. As creches são implantadas em imóveis cosntruídos pela Prefeitura e em imóveis próprios ou locados pelas organizações da sociedade civil que mantêm parceria com a Prefeitura para atendimento em creche. As EMEIs integram a Rede Direta e são majoritariamente instaladas em prédios construídos pela Prefeitura. Esta é a maior expansão já registrada na Cidade de São Paulo.

A Rede Municipal de Ensino tem atualmente 2.067 Centros de Educação Infantil (CEIs), sendo 2.048 em funcionamento, que garantem matrículas para 284.918 em creche. As Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIIs – pré-escolas) garantem matrículas para ou

A universalização da pré-escola está bem próxima. Em 30 de novembro de 2016, a demanda por pré-escola foi de apenas 2.314 crianças.

A demanda cadastrada por creche foi de 162.009, também a menor já registrada para o mês de novembro. Em novembro de 2012, a demanda cadastrada era de 203.072; no mesmo mês em 2013, era de 182.175; em 2014, era de 187.535; e, em 2015, era 166.289.

Considera-se matrículas garantidas as matrículas efetivamente realizadas e aquelas matrículas em processo, ou seja, a matrícula da criança está assegurada, aguardando a formalização.

A Rede Conveniada representa os convênios firmados com instituições não governamentais para operação e manutenção das unidades municipais. Pretende-se ainda firmar acordos e parcerias com empresas privadas, em observância ao estabelecido no art. 389 § 2º da CLT, e ainda outras parcerias como PPPs. A política de expansão de vagas em creches é estruturada como um direito das crianças e das mulheres, articulada ao Programa Brasil

Carinhoso e a um projeto educacional comprometido com uma educação não-sexista, não-racista e não-homofóbica. O custo total da meta refere-se à manutenção de 52 mil vagas para educação infantil por meio da rede conveniada e outras modalidades de parcerias durante o período de 1 ano.

Definição de termos técnicos para a meta

Rede Conveniada: Instituições não governamentais que oferecem o serviço de educação infantil. Parcerias: Convênios e acordos com empresas privadas e Parcerias Publico Privadas- PPP.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de Melhorar a qualidade da Educação e ampliar o acesso à Educação infantil.

São Paulo Carinhosa (SME)

A Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância (0 a 6 anos de idade), instituída pelo programa São Paulo Carinhosa, coloca a educação infantil em lugar de destaque. De forma transversal, o programa articula diversas secretarias (Educação, Saúde, Cultura, Assistência, entre outras) visando ao desenvolvimento infantil integral, nas dimensões cognitiva, motora, emocional e social. O foco está nos bebês e crianças que vivem em territórios de alta e altíssima vulnerabilidade. Como uma iniciativa inovadora, os 138 Parques Sonoros implementados nas Unidades Educacionais dos CEU, CEI e EMEI, promovem vivências e experiências sonoras às crianças, incentivando-as a brincar, construir, desconstruir, ressignificar objetos sonoros (cotidifónos), dando oportunidade de realizarem suas descobertas e composições e produzindo as culturas infantis.

Gestão compartilhada dos CEU's - Decreto nº 54.823/2014 (SME – SMDU – SMC - SEME)

A proposta incial de gestão compartilhada dos CEUs entre SMC/SME/SEME foi rompida em 2005. Buscou-se reestabelecer a gestão compartilhada por meio do decreto no 58.823/2014. A partir de então, algumas medidas buscam reintegrar a gestão dos CEUs pela cultura, através, sobretudo, da realização de programação nos teatros em eventos como a Virada Cultural e o Mês do Hip Hop e por meio do Circuito Municipal de Cultura.

Ações de fortalecimento dos CEU (SME)

Dentre as ações de fortalecimento dos CEUs, podemos destacar: a formação dos "500 dos CEU", com a realização de 10 encontros, envolvendo cerca de 3.500 profissionais e visando à reestruturação do conceito de

CEU; cerca de 300 contratações artísticas por mês no Circuito das Artes nos CEUs; cinema de qualidade em 18 CEUs, por meio de parceria com a SPCine; 45 mil ingressos para espetáculos teatrais distribuídos no Programa Plateia SME, destinados aos profissionais de Educação; e o programa “Canta São Paulo”, por meio dos qual 300 professores formados sob orientação do Coral Paulistano Mário de Andrade, para orientação musical de prática coral de conjunto nas Unidades Educacionais. Gestão Compartilhada dos CEU, via Decreto nº 54.823/2014.

Alimentação Escolar de qualidade (SME)

A alimentação saudável nas escolas é fundamental para a melhoria das aprendizagens. Atualmente são servidas diariamente mais de 2,2 milhões de refeições para quase 1 milhão de educandos. A SME investiu na melhoria constante da qualidade nutricional dos alimentos, com a introdução de novos alimentos no cardápio como carne suína, fubá, farinha de mandioca, alimentos integrais e frutas in natura, provenientes da Agricultura Familiar (gastos com compras diretas passou de 1% em 2012 para 22% em 2015), redução de açúcar e sódio e introduzindo produtos orgânicos (sanção da Lei nº 16.140/15 que incentiva a compra de produtos de origem agroecológica) na alimentação escolar. É o poder de compra do Estado sendo utilizado para assegurar alimentos saudáveis para os alunos e renda para os pequenos agricultores. Investe-se, ainda, na Educação Alimentar e Nutricional, por meio de diversas ações, tais como as hortas nas escolas e o Programa “Na Mesma Mesa”, o qual promove compartilhamento de refeição entre educadores e educandos visando a construção de hábitos alimentares saudáveis.

Apoio ao Estudante (transporte, uniforme e material escolar) (SME)

Para assegurar a permanência dos estudantes e melhorar a qualidade das aprendizagens, a SME investiu fortemente no apoio aos educandos. São mais de 630 mil educandos beneficiados com o Passe-Livre. No transporte escolar gratuito (programa Vai e Volta) foi implantado um novo modelo jurídico que, além de ser mais estável e seguro, garante o direito da família de escolher qual condutor atenderá seu filho/sua filha. São mais de 2 mil ônibus e vans convencionais, e 200 veículos adaptados destinados a crianças com mobilidade reduzida ou algum tipo de deficiência. São mais de 77 mil educandos e educandas transportados diariamente. Todos os educandos receberam uniforme completo e kit com todo o material escolar. Foram entregues aos educandos da Rede cerca de 630 mil kits de uniforme escolar e cerca de 900 mil kits de material escolar por ano. Só em 2016, foram distribuídos quase 1 milhão de kits, com a inclusão de agendas para todos os CEIs (berçários I e II), pela primeira vez na RME. As entregas foram realizadas no início do ano letivo, sem atrasos.

Cabe destacar que o Vai e Volta é um instrumento que favorece o processo de inclusão nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino. Há mais de 11 mil educandos e educandas com diferentes deficiências sendo transportados paras as escolas regulares, as Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – SAAI e as escolas especiais.

Canta SP – Coral Paulistano Mario de Andrade SMC/SME (SME)

A Secretaria Municipal de Educação lançou em 2015 o Projeto Canta São Paulo publicando a portaria que institui o programa em 2016. A iniciativa pretende promover a formação de corais em Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e é uma parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, sob a orientação do Coral Paulistano Mario de Andrade. O projeto oferta vagas para os professores da rede municipal de ensino interessados em participar do curso de formação para orientadores musicais com prática coral de conjunto. Os capacitados pela Fundação Teatro Municipal poderão em 2016 desenvolver o "Projeto de Coral" nas escolas.

Mais Educação São Paulo (SME)

Foi implementado, para melhoria da qualidade de aprendizagem dos educandos e educandas, o programa “Mais Educação São Paulo”, reorganizando o Ensino Fundamental em três ciclos, revisando o currículo e acabando com a aprovação automática na Rede Municipal de Ensino.

Dessa forma, com foco no currículo, na formação, na avaliação e gestão pedagógica, o programa visa à melhoria da qualidade da educação paulistana e à expansão das possibilidades de aprendizagens. Dentre as ações realizadas, podemos destacar:

A reorganização do Ensino Fundamental em três ciclos: Ciclo de Alfabetização, Ciclo Interdisciplinar e Ciclo Autoral.

O Ciclo de Alfabetização – que compreende o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental – concebe a alfabetização na perspectiva do letramento. Nesse sentido, além da aquisição do sistema de escrita, é necessária a prática de vivências culturais diversas, que considere a criança como sujeito produtor de cultura. O objetivo principal é aliar cognição e ludicidade, para que a criança esteja alfabetizada até o 3º ano.

A interdisciplinaridade remete à integração dos componentes curriculares, e não à compartimentação deles. É desse modo que o Ciclo Interdisciplinar, abrangendo o 4º, 5º e 6º ano do Ensino Fundamental, é concebido. Pensando nessa integração, há a docência compartilhada e os projetos interdisciplinares, envolvendo professores e professoras polivalentes e especialistas, como possibilidade de articulação entre todas as áreas do conhecimento, proporcionando uma melhor transição das crianças com respeito aos seus ritmos de aprendizagem. Ao educador, atuar de forma interdisciplinar requer autonomia, autoria e disposição ao coletivo.

O Ciclo Autoral – que abarca o 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental – enfatiza a construção de conhecimento a partir de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social. Em outras palavras, leitura, escrita, resolução de problemas, análise e produção críticas devem, por meio das múltiplas linguagens, dialogar com a realidade dos estudantes, do ponto de vista espaço-temporal, social, cultural e histórico. Ao longo deste ciclo, será desenvolvido pelos educandos o Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA). Articulando saberes consolidados durante o Ensino Fundamental, o TCA – comprometido com a intervenção na comunidade – se pretende fruto de um processo educativo caracterizado pela formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos. Os educandos e educandas assumem responsabilidade social, e atuam mais intensamente como pesquisadores e autores. O TCA é um projeto inovador, que incentiva o protagonismo juvenil e o trabalho coletivo.

Valorização dos profissionais da Educação (SME)

Para melhoria do ensino e uma educação de qualidade foram realizados concursos públicos para contratação de novos profissionais, aumento dos salários da categoria e formação continuada.

De forma inédita promoveu-se a maior quantidade de concursos públicos da história da cidade. Ao todo, foram sete novos concursos, para a nomeação de mais de 19 mil novos profissionais da educação , com direito a um plano de carreira digno.

Outro fato importante: desde 2013 os concursos municipais observam a nova Lei de Cotas. Dentre os nomeados e nomeadas, 948 são professores e professoras negros, negras e afro-descentesntes; até o final do ano serão mais de 1.200 educadores/as cotistas. Em 2015, a Prefeitura realizou o primeiro concurso de Diretor(a) e Supervisor(a) com respeito à Lei de Cotas.

O piso salarial dos docentes passou de R\$ 2.600,00 para R\$ 3.550,00; um dos maiores pisos salariais do Brasil, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Mesmo com o agravamento da crise econômica, foram assegurados reajustes salariais em 2013 (10,37%), 2014 (13,43%) e 2015 (5,54%). Os aumentos estão acima da inflação medida para o período. Para 2016, estão assegurados dois reajustes, que somam 9,33%. Também foram previstos reajustes em 2017 (8,90%) e 2018 (8,66%). Isso representa um reajuste acumulado de 70,66%. O Prêmio de Desempenho Educacional – PDE também teve 10% de aumento, após oito anos congelado, passando de R\$ 2.400,00 para R\$ 2.640,00.

Outro ganho importante da categoria foi o aumento de duas referências no plano de carreira dos quadros de pessoal da educação, incentivando e prestigiando os educadores e educadoras que já tenham alcançado 23 anos na carreira. Dessa forma, a Prefeitura demonstra a esses profissionais e aos que estão chegando o quanto são importantes para nossos bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal.

Além disso, a gestão Haddad vem valorizando seus profissionais investindo na formação como elemento central para a melhoria da qualidade social da educação. A formação em serviço foi oferecida diretamente aos professores e professoras e não apenas às equipes gestoras, possibilitando um contato direto do processo de formação com as questões da sala de aula.

Em iniciativa inédita na Rede Municipal de Ensino, foi sancionada a Lei nº 16.415/16 que cria a bolsa mestrado e doutorado, prevendo auxílio financeiro de R\$ 1.500,00 para mestrado e de R\$ 1.700,00 para doutorado. Destaca-se, ainda, o curso de Mestrado Profissional para 40 Coordenadores Pedagógicos, junto à PUC/SP, e a formação continuada realizada pela UniCEU - Universidade nos CEUs.

A criação do Sistema de Formação de Educadores (CEU-FOR), em 2014, estabeleceu um compromisso com uma política de formação continuada. Por meio do CEU-FOR foram oferecidas 452 mil vagas em formação. Na Educação Infantil, por exemplo, foram oferecidas 11 mil vagas de formação para o trabalho a partir dos documentos de referência produzidos com a participação dos educadores e educadoras para apoiar e consolidar o Programa “Mais Educação São Paulo”.

Sistema de Negociação Permanente - convênio entre representantes do Poder Público Municipal e as Entidades Sindicais fortalecido. No início de 2015, o governo retomou a Mesa de Negociação Sindical Setorial de Educação, com uma intensa agenda de reuniões do coletivo dos sindicatos representativos das categorias dos profissionais da educação (APROFEM, SEDIN, SINDSEP, SINESP e SINPEEM) e outras tantas reuniões bilaterais entre a Secretaria e cada um dos sindicatos. Um dos primeiros resultados foi a assinatura do Protocolo de Negociação

entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e as Entidades Representativas dos Servidores da Educação Municipal, com dezenove pontos que visam à melhoria das condições de trabalho dos profissionais de Educação.

Programa Educação Integral em Tempo Integral (SME)

A SME lançou o programa Educação Integral em Tempo Integral, que se institui, enquanto política pública municipal, com o Programa São Paulo Integral, que garante à Rede Municipal de Ensino a expansão qualificada da jornada dos educandos e educandas nas escolas do município. O programa foi implantado em 111 escolas em 2016, por adesão, sendo 73 EMEFs e 38 EMEIs. O Ciclo de Alfabetização é priorizado, em jornada igual ou superior a 8 horas-aula, dando continuidade ao atendimento que já é feito nos Centros de Educação Infantil (10 horas diárias) e nas Escolas Municipais de Educação Infantil (em, no mínimo, 6 horas diárias). A Secretaria Municipal de Educação oferece a estas escolas complementação financeira, de recursos e de apoio ao educando e educanda, com alimentação de qualidade e materiais necessários, consolidando o Programa de forma estruturada.

São mais de 100 experiências pedagógicas propostas pelos educadores e educadoras da Rede, como a criação de hortas e incentivo à alimentação saudável, atividades artísticas e esportivas, robótica, educomunicação, xadrez, mancala e tantas outras sem diminuir o tempo de estudo nos componentes curriculares da Base Nacional Comum, como português e matemática, ao contrário, expande o currículo e cria condições para experiências interdisciplinares, para a autoria e aprendizagem significativa.

Os novos Ciclos do Ensino Fundamental são acompanhados pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, pelo Portal Interativo “Tá na Rede” e pela articulação da educação com a Rede de Proteção Social, por meio do Núcleo de Apoio e Acompanhamento à Aprendizagem (NAAPA), presente em todas as Diretorias Regionais de Educação (DREs). Ainda, para assegurar a permanência dos estudantes e melhorar a qualidade das aprendizagens, a SME tem investido fortemente no apoio aos educandos. Além de garantir o Passe-livre para mais de 600 mil alunos, o Transporte Escolar Gratuito – Vai e Volta atende mais de 77 mil.

Reorientação Curricular e Administrativa (SME)

Em consonância com o Programa Mais Educação São Paulo – Programa de Reorientação Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP), a Diretoria de Orientação Técnica – Educação Infantil (DOT-EI) vem trabalhando em parceria com a Rede o conceito de Currículo Integrador da Infância Paulistana, a partir do fortalecimento das concepções expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Orientação Normativa nº 01/2013 “Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares”. Tais documentos defendem que as propostas pedagógicas das Unidades Educacionais devem ter como um de seus princípios a valorização das múltiplas linguagens infantis como formas de expressão e não como disciplinas escolares e/ou áreas do conhecimento, subsidiando as educadoras e os educadores no fortalecimento das práticas pedagógicas que utilizam os recursos tecnológicos e midiáticos em ambientes híbridos, de modo a democratizar o acesso, provocando discussões sobre a presença, o papel e a potencialidade destes recursos nas Unidades de Ensino.

Alfabetização na Idade Certa (SME)

A medida faz parte do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. A participação dos professores alfabetizadores na formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi por adesão. Por isso, outras ações formativas se fizeram necessárias para atingir todos os professores que atuam no Ciclo de Alfabetização. O Programa Mais Educação São Paulo prevê a Reorganização Curricular do Ensino Fundamental de 9 anos com a sua estruturação em 3 Ciclos – Alfabetização, Interdisciplinar e Autoral, cada um com 3 anos de duração. O primeiro ciclo - Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) - objetiva garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do Ciclo, no máximo, aos 8 (oito) anos de idade. Está centrado nos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento, descritos no documento Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental, do Ministério da Educação

Programa Paz na Escola (SME)

O Programa Escola Aberta incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceira entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno. Em complementação ao programa, foi lançado em 2016 o programa Paz nas Escolas, que incentiva ações de mediação de conflitos nas unidades da rede municipal de educação. O objetivo é prevenir situações de violência e estimular o desenvolvimento do tema da cultura de paz no currículo escolar. Cada escola terá uma Comissão de Mediação de Conflitos, com a participação de estudantes, educadores e pais. Dentre as ações do Programa “Paz nas Escolas” estão: a formação dos integrantes dos Grupos e das Comissões de Mediação de Conflitos em todas as Diretorias Regionais de Educação e unidades educacionais da Rede, o Programa de Proteção Escolar e a constituição do Grupo Permanente de Pesquisa, Formação e Intervenção Social. Além destas, outras ações complementares como, por exemplo, Infância Cordial, Justiça Restaurativa e Escola Aberta também são desenvolvidas.

PROJOVEM Urbano (SME)

Em 2016, a SME implantou o PROJOVEM Urbano, programa de elevação da escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever, visando à conclusão do Ensino Fundamental e à qualificação profissional inicial. São 11 núcleos e 55 turmas em que mais de 1.200 jovem podem completar o ensino fundamental. A partir da busca ativa realizada de forma intersecretarial, o programa atende a juventude vive em situação de alta ou altíssima vulnerabilidade, sobretudo as mulheres negras. Além do passe livre, essas/es educandas e educandos recebem estímulo financeiro, alimentação e apoio para seguir nos estudos. E para a mãe/pai, o programa garante um espaço de acolhimento para deixar os filhos e filhas durante as aulas. São quase 500 bebês e crianças atendidos.

Implantação de Política de Saúde para os profissionais da educação. (SME)

Estruturação de GT Instersecretarial constituído para analisar causas os problemas de saúde que levam às situações de afastamento de professores por motivo de licença médica ou readaptação funcional, bem como propor medidas preventivas ou ações tendentes a prevenir ou minimizar tais situações.

- SME /SMG (antiga SEMPLA)
- Reestruturação e ampliação do Programa Municipal de Saúde Vocal

• Curso EAD “Promovendo o Bem Estar Vocal do Professor”

• Distribuição da Cartilha “Manual do Bem Estar Vocal” para todos os professores da rede (produzido pela SME 80.000 exemplares)

• Reorganização das CIPAs nas Escolas (formação nas DREs)

• Projeto Piloto “Saúde dos servidores da Educação”

• SME/DESS-SMG/SMS: Redução do tempo de espera entre as datas de agendamento e as de realizações de perícias médicas em servidores municipais

GT Intersecretarial: SME/SMG-DESS/SMS/SMPM/SMDHC

• Projeto Piloto do Programa de Promoção a Saúde com Práticas Integrativas e Complementares – PROSPIC (medicina tradicional chinesa)

• Fase final de tratativas para ampliar o PROSPIC para a RME.

Projeto Colar da Vida: ação intersetorial de prevenção ao câncer de mama, tem por objetivo oferecer subsídios para que os educadores(as) pratiquem o autocuidado

Incentivo aos passeios ciclísticos: Professor Muda o Mundo

Objetivo 3: Ampliar o acesso, aperfeiçoar a qualidade, reduzir as desigualdades regionais e o tempo de espera e fortalecer a atenção integral das ações e serviços de saúde

A Meta 20 foi executada em 112 % - Meta está Superada

META 20 - Instalar 32 unidades da Rede Hora Certa distribuídas em cada uma das Subprefeituras

Relato da Meta 20

Em novembro de 2016, o município conta com 35 unidades em funcionamento sendo: 16 unidades fixas/permanentes do Hospital dia da Rede Hora Certa nas regiões das subprefeituras da Freguesia/Brasilândia, Itaim Paulista, Ipiranga, Lapa, M’Boi Mirim I, M’Boi Mirim II, Penha, São Miguel Paulista, Campo Limpo, Mooca, Vila Maria, Vila Prudente, Cidade Ademar, São Mateus, Butantã e Capela do Socorro. 10 unidades modulares: Lapa, Santo Amaro 1, 2 e 3, Tucuruvi, Perus, Carrão, Itaquera, Cidade Tiradentes e Guaianases. 9 unidades hospitalares: Cidade Tiradentes, M’Boi Mirim, Vila Guilherme (Storopoli), Jabaquara (Vila Santa Catarina), 02 no Centro (Menino Jesus, ICAVC), Cachoeirinha e Penha (Santo Antônio), Sé (HSPM).

A Rede Hora Certa compõe a atenção ambulatorial especializada definida como um conjunto de ações e serviços que visam atender aos principais problemas de saúde e agravos da população. É necessária a disponibilidade de profissionais especializados de nível superior e médio para a realização dos procedimentos tais como: cirurgia ambulatoriais, procedimentos traumato-ortopédicos, ações especializadas em odontologia, citopatologia, radiodiagnóstico, exames ultrassonográficos e outros. O principal objetivo da Rede Hora Certa é conseguir reduzir o tempo de espera para exames, consultas e procedimentos especializados, incluindo as cirurgias eletivas.

Definição de termos técnicos para a meta
Rede Hora Certa: serviços de atenção ambulatorial especializada com recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico e procedimentos cirúrgicos de pequeno e médio porte.

A Meta 21 foi executada em 93 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 21 - Desenvolver o processo de inclusão do módulo do prontuário eletrônico do paciente (PE) na rede municipal de saúde, integrada ao Sistema SIGA

Relato da Meta 21

Já está finalizada a elaboração da arquitetura do sistema e codificação, bem como aprovados os protótipos e projeto piloto. Em fase de implantação do Prontuário Eletrônico em 100 unidades de saúde.

Utiliza o Cartão Nacional de Saúde como elemento integrador dos diversos níveis do sistema que será implantado progressivamente à medida que cada consultório clínico/cirúrgico for informatizado. O Prontuário Eletrônico integra as atividades administrativa.

A meta não foi concluída devido ao desafio de implementar a tecnologia em toda a rede municipal de saúde. O objetivo principal, que é a elaboração do sistema foi cumprido, agora estão em fase de implantação.

A inclusão do módulo prontuário eletrônico do paciente no SIGA disponibiliza as informações em tempo real para o planejamento e acompanhamento de atividades para a implantação de novos modelos assistenciais; aperfeiçoa a organização do processo de trabalho assistencial, possibilitando subsídios para a agilização de tomadas de decisão clínica e melhoria na qualidade assistencial; integra as atividades administrativas e assistenciais, permitindo redução de custos; utiliza o Cartão Nacional de Saúde como elemento integrador dos

diversos níveis do sistema. O prontuário eletrônico deve estar de acordo com as orientações e determinações da Resoluções CFM Nº 1821/2007, 1638/2002.

Definição de termos técnicos para a meta
Prontuário eletrônico do paciente: é o repositório de informações a respeito da saúde do indivíduo, de forma processável eletronicamente. SIGA: Sistema Integrado de Gestão e Assistência à Saúde.

A Meta 22 foi executada em 76 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 22 - Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 3 novos hospitais, ampliando em 750 o número de leitos do sistema municipal de saúde

Relato da Meta 22

Hospital Municipal de Parelheiros está em fase de acabamento interno. Serão 250 leitos em 2017.

Hospital Municipal Dr. Gilson de Cassia Marques de Carvalho (Vila Santa Catarina) com 271 leitos em funcionamento desde janeiro de 2016 (entregue em substituição ao Hospital Municipal Alexandre Zaio).

Hospital Municipal Brasilândia está em fase de execução de superestrutura e vedações. Serão 250 leitos para 2017.

Hospital Municipal Alexandre Zaio (zona leste) com abertura do edital de licitação em 24/11/2016 para execução de serviços e obras para as novas instalações, e com suspensão da sessão de abertura da licitação em 01/12/2016 em face à necessidade de readequação do Edital.

Com essas construções busca-se aumentar o número e a qualidade dos atendimentos à população, através de ambientes mais propícios a um atendimento acolhedor e humanizado.

Definição de termos técnicos para a meta
Hospital: unidade de saúde que busca oferecer atendimento à população no diagnóstico e tratamento em ambientes de internação acolhedores e humanizados.

A Meta 23 foi executada em 89 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 23 - Recuperar e adequar 16 hospitais municipais, com a ativação de 250 leitos

Relato da Meta 23

Foram readequados 9 Hospitais Municipal: Dr. Ignácio Proença de Gouveia (Mooca), Waldomiro de Paula (Itaquera), José Soares Hungria (Pirituba), Arthur Ribeiro Saboya (Jabaquara), Alípio Correia Neto (Ermelino Matarazzo), Tide Setubal (São Miguel), Carmino Caricchio (Mooca), Fernando Mauro P. Rocha (Campo Limpo) e Mario Degni (Butantã) todos com recursos municipais. Os demais não foram recuperados por falta de recursos e dificuldades de execução.

A contratação de recursos humanos contribuiu para que fossem ativados 294 leitos (65 psiquiátricos e 29 UTI), superando a meta.

A recuperação dos hospitais, com ativação de leitos, inclui:

- reformas na estrutura física
- renovação de equipamentos e mobiliário
- adequação do quadro de pessoal

Através de reformas, ampliações e adequações necessárias a serem realizadas busca-se:

- Garantia de segurança aos trabalhadores e usuários destas unidades;
- Melhores condições de trabalho e atendimento, criando ambientes mais propícios a um atendimento acolhedor e humanizado;
- Cumprimento integral das normas do Ministério da Saúde, adequando estas unidades ao preconizado pela RDC Nº 50;
- Atender os apontamentos da Lei Federal nº 10.098 de 19/12/2000 Art.11.

A Meta de leitos, que garante o atendimento, foi superada.

Definição de termos técnicos para a meta
Recuperação: envolve os aspectos físicos e estruturais das instalações e dos equipamentos. Adequação: garantir que a estrutura e funcionamento dos hospitais estejam de acordo com as normas vigentes.

A Meta 24 foi executada em 68 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 24 - Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar 43 novas Unidades Básicas de Saúde - segundo o modelo da UBS Integral

Relato da Meta 24

Foram 16 UBS entregues; e outras 14 novas UBS em obras outras, sendo uma delas no térreo de um Conjunto Habitacional pela Secretaria da Habitação. Já temos 20 estão em fase final de projeto e aguardam serem licitadas. Sendo que 12 delas estão em funcionamento: Jardim Edith, Jardim Mirian II, Jardim Vera Cruz e Maringá/Talarico, Nova Pantanal, São Remo, Cantinho do Céu, Gleba do Pêssego, Jd. Silveira, UBS Jd. Orion Guanhembu, União de Vila Nova e Vila da Paz. E outras 4 foram tiveram o prédio entregue, e o serviço deve iniciar em 2017: Jardim Helena, São Nicolau, Pró-Morar e Itaquera Corre Corre.

Para cumprimento da meta houve dificuldades nas etapas preliminares à obra, como a obtenção do terreno e a elaboração de projeto básico. Também houve durante esse período cenário de restrição orçamentária.

Apesar das dificuldades, 20 Unidades estão em finalização do projeto executivo e ficarão organizadas para licitar a execução de serviços e obras para construção.

Diretrizes: integração da atividade programática com o atendimento não agendado; promoção da saúde de forma intersetorial e com a comunidade; organização das condições para coordenar a continuidade do cuidado com os outros pontos de atenção da rede, quando necessário.

Houve congelamento de recursos e restrições do Ministério da Saúde, situação que impactou no cumprimento completo da meta. A SMS pretende deixar as UBS restantes licitadas, ou seja, prontas para serem iniciadas.

Definição de termos técnicos para a meta
Unidade Básica de Saúde Integral: é a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS). Contempla princípios de clínica ampliada, integralidade de ações, resolubilidade, acolhimento, humanização, gestão qualificada do cuidado e atendimento de demanda espontânea, além de apropriação e participação efetiva da comunidade, particularmente em atividades de colegiado de gestão.

A Meta 25 foi executada em 54 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 25 - Reformar e melhorar 20 Prontos Socorros utilizando o modelo conceitual da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e implantar 5 novas UPAs

Relato da Meta 25

Foram entregues 3 unidades: UPA Campo Limpo em 12/04/2014, UPA Vila Santa Catarina em 24/01/2015, UPA 26 de Agosto - Itaquera em 25/08/2016. E temos 12 unidades em obras.

As UPA foram implantadas em locais estratégicos para a atenção às urgências funcionando ininterruptamente, 24horas por dia, todos os dias da semana. Serão constituídas por equipe multiprofissional interdisciplinar compatível com seu porte e as necessidades assistenciais da região. Sua estrutura garantirá retaguarda às urgências atendidas pela Rede de Atenção Básica e também como local de estabilização de pacientes atendidos pelo SAMU 192.

A meta eram 5 UPAs novas e 20 reformas, porém gestão entregará 15 novas, tendo um custo até maior para executar a meta.

Definição de termos técnicos para a meta

Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h: são estruturas de complexidade intermediária entre as UBS e as portas de urgência hospitalares.

A Meta 26 foi executada em 32 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 26 - Implantar 30 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)

Relato da Meta 26

Foram 6 CAPS entregues: CAPS AD II transformados em CAPS AD III (24 horas) em Itaquera e São Mateus; CAPS Adulto II: Santo Amaro e São Mateus reclassificado em CAPS Adulto III (24h); CAPS Infantil São Remo e CAPS AD III Heliópolis.

Meta não foi concluída em virtude do cenário de restrição orçamentária, entretanto houve reclassificação de 10 CAPS II para III (4 CAPS AD, 3 CAPS Adulto e 3 CAPS Infantil) ampliando o atendimento para 24 horas e

inauguração de 14 Serviços de Residência Terapêutica (SRT), possibilitando que as pessoas que moravam em hospitais psiquiátricos sejam inseridas nesses serviços.

O CAPS AD, importante benefício para a comunidade, funciona 24h por dia e se propõe a realizar atividades relacionadas ao acompanhamento médico, reinserção social pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Os CAPS são constituídos por equipe multiprofissional que atuam na ótica interdisciplinar. O cuidado no âmbito dos CAPS é desenvolvido por intermédio de Projeto Terapêutico Singular, envolvendo em sua construção a equipe, o usuário e sua família. Os atendimentos são: acolhimento inicial, acolhimento diurno e/ou noturno, atendimento individual, atenção às situações de crise, atendimento em grupo, práticas corporais, práticas expressivas e comunicativas, atendimento para a família, atendimento domiciliar e ações de reabilitação psicossocial, promoção de contratualidade, fortalecimento do protagonismo de usuários e familiares, ações de articulação de redes intra e intersetoriais, matriciamento de equipes dos pontos de atenção da atenção básica, urgência e emergência e dos serviços hospitalares de referência e todas as ações de redução de danos.

Meta será cumprida parcialmente, havia um plano de locação de imóveis para suprir a demanda, mas com o alto custo da Secretaria não ficou definido para este ano.

Definição de termos técnicos para a meta

CAPS: são pontos de atenção estratégicos para o atendimento das pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e também com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, de todas as faixas etárias.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de Ampliar o acesso, aperfeiçoar a qualidade, reduzir as desigualdades regionais e o tempo de espera e fortalecer a atenção integral das ações e serviços de saúde.

Desburocratização das UBS e do Programa Saúde da família para o grande centro urbano – “adscrição sem proibição”, com a opção de trabalhadores e estudantes optarem pela UBS de mais fácil acesso. (SMS)

As ações implementadas constam nas diretrizes da Atenção Básica para sua rede, sendo que as UBS atuam na perspectiva da atenção integral, devendo se constituir como serviços com porta aberta, que resolvem a maioria dos problemas de saúde e que organizam as condições para coordenar a continuidade do cuidado com os outros

pontos de atenção da rede. Todos os munícipes que procurem as UBS deverão ter suas necessidades atendidas, por meio de um acesso com qualidade, integralidade das ações. O acolhimento à demanda espontânea nas UBS deve estar contextualizado na gestão do processo de trabalho e implementado no cotidiano dos serviços.

Implementação de ações importantes na Vigilância Sanitária de São Paulo. (SMS)

A Coordenação de Vigilância em Saúde, as Supervisões de Vigilância em Saúde e CRSTS são órgãos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde – SMS, tem trabalhado, juntamente com a Secretaria na elaboração de proposta de reestruturação organizacional, a estrutura da COVISA está sendo pensada dentro dessa proposta de reestruturação da SMS, visto que a vigilância em saúde não constitui uma área independente do sistema municipal de saúde. Vale salientar que a estrutura organizacional do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde, incluindo áreas de abrangência, atribuições e responsáveis está definida atualmente no Decreto Municipal nº 50.079/08 e na Portaria Municipal nº 861/16. Salientamos que em 2010, a Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à COVISA – Processo RDP nº 08-46/2010. Transcrevemos abaixo trecho do relatório final da comissão responsável pela CPI que dispõe sobre a estrutura da COVISA. “Atualmente, a COVISA possui a maior parte de suas atribuições regulamentadas através de portaria, o que por si só demonstra fragilidade. Em razão disso há em tramitação nessa casa o PL 557/2010 de autoria do Vereador Paulo Frange que dispõe sobre a Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA. No entanto há ainda que se destacar que a COVISA por ser um órgão que recentemente assumiu uma série de funções carece de maneira evidente de uma reestruturação. Restou demonstrado em todas as reuniões, oitivas e documentos que foram colhidos e apresentados que a COVISA concentra uma série de atribuições, sendo que a estrutura que ela tem não lhe permite cumprir fielmente todas elas. Assim, é visível a carência de recursos humanos e financeiros para a COVISA, de modo que é imprescindível que se pense em uma nova estrutura para COVISA, aparelhando-a para cumprir os fins para os quais ela foi instituída”. (Relatório Final – CPI COVISA – 2010).

O plano visa elaborar e implantar estrutura de cargos gerenciais, técnicos e de apoio, compatíveis com a estrutura organizacional da vigilância em saúde. Tal como indicado acima, o estabelecimento de cargos compatíveis com a estrutura organizacional da vigilância em saúde está sendo pensado na proposta de reestruturação da SMS. Com a promoção a inserção no trabalho e o aperfeiçoamento profissional do quadro de trabalhadores da vigilância em saúde, de modo a capacitá-los para as ações de gerenciamento, técnicas e de apoio. Em 2015, a Secretaria Municipal de Saúde iniciou o Curso de Aprimoramento da Gestão em Vigilância em Saúde, voltado para os gestores e profissionais relacionados à gestão das unidades que compõem o Sistema Municipal de Vigilância em Saúde, com 270 inscritos. Entre 2013 até o momento, foram promovidos 158

eventos de capacitação para profissionais que atuam no sistema municipal de vigilância em saúde, nos quais foram abordados aspectos relativos às ações de gerenciamento, técnicas e de apoio. A articulação interinstitucional entre os órgãos que devem integrar o Sistema Municipal de vigilância em Saúde. Os órgãos que compõem o Sistema Municipal de Vigilância em Saúde estão indicados no Decreto Municipal nº 50.079/08 e na Portaria Municipal nº 861/16. Conforme estabelecido na Lei Municipal nº 13.725/04 (Código Sanitário Municipal), constitui um dos preceitos da atuação da Vigilância em Saúde a articulação intra e interinstitucional, mediante o trabalho integrado e articulado entre os diversos órgãos que atuam ou se relacionam com a área da saúde. Nesse sentido, diversos programas e projetos relacionados à vigilância em saúde têm envolvido

articulação interinstitucional nesta gestão, como por exemplo: Projeto Vida no Trânsito; Campanha Nacional de Hanseníase, Geo-helmintíase e Tracoma junto à Secretaria Municipal de Educação; Comitê Intersecretarial de Enfrentamento do Transtorno de Acumulação; Comitês Regionais de Combate ao Aedes; Articulação com a Secretaria de Direitos Humanos - Política Municipal para a População Imigrante, Ações para enfrentamento do Ebola; Eventos de massa como Fórmula 1, Parada LGBT, Carnaval, dentre outros; Jornada Mundial da Juventude; Participação em comissões coordenadas por outros órgãos: Comissão: Plano Preventivo Chuva de Verão; Comissão Municipal para o Transporte de Cargas e Produtos Perigosos; Subcomissão Estadual de Estudos e Prevenção de Acidentes no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos da Região Metropolitana de São Paulo Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia; CADES - Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Sala Nacional da Coordenação e Controle para o enfrentamento à Dengue, Chikungunya e Zika.- Grupo Técnico de Saneamento; Grupo de Vigilância Estadual de Desastres Naturais; Comitê Intersecretarial de Implementação da Política Municipal de Resíduos Sólidos; Comitê Municipal da Copa do Mundo – 2014; Comitê Municipal das Olimpíadas de 2016; Operação Baixas Temperaturas.

Ainda não foi concluído o processo de municipalização da vigilância em saúde, incluindo as ações de vigilância sanitária em serviços de saúde de alta complexidade, da indústria de medicamentos, de produtos correlatos (produtos médicos), de cosméticos e de saneantes. A última descentralização de ações de vigilância sanitária do Estado para o Município de São Paulo ocorreu em 2012, conforme publicação do Comunicado Conjunto - GVS 1 Capital e COVISA, de 27/02/2012. No momento há um processo de capacitação técnica em curso para a descentralização das ações de vigilância sanitária relacionadas a: Indústria de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumes: CNAE 1742-7/01 - Fabricação de fraldas descartáveis; CNAE 1742-7/02 - Fabricação de absorventes higiênicos; CNAE 2063-1/00 - Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal CNAE 3291-4/00 - Fabricação de escovas, pincéis e vassouras; Prestação de Serviços de Saúde: CNAE 8640-2/12 - Serviços de Hemoterapia (hemocentros e bancos de sangue autônomos).

Como forma de qualificar o atendimento foram contratados mediante concurso público: com nomeações de 2013 a 2016: 17 Auxiliares de Enfermagem, 34 Biólogos, 50 Enfermeiros, 19 Farmacêuticos, 4 Fisioterapeuta, 5 Fonoaudiologia, 25 Médicos, 21 Médicos Veterinários, 19 Nutricionista, 5 Dentistas, 1 Psicólogo, 2 Químicos, 15 Técnicos de Laboratório, 8 Terapeutas Ocupacionais.

Redução do tempo de espera para exames, consultas e procedimentos especializados, incluindo as cirurgias eletivas, aproximando o tempo de espera nos serviços municipais de saúde do padrão admitido nos planos privados de saúde, reduzindo em uma primeira fa (SMS)

Para reduzir a fila de espera, que não parava de crescer – eram 810 mil em 2012 e chegaria a 1,2 milhão de pedidos em 2014 se nada fosse feito – a Secretaria adotou diferentes medidas. A Atenção Especializada teve grande destaque nesta gestão, como investimento financeiro, novos equipamentos e recursos humanos. Eles são responsáveis pela oferta de consultas, exames de apoio diagnóstico e de cirurgias eletivas. Para reduzir a fila de espera, a Secretaria além de adotar o Call Center Hora Certa, que avisa com antecedência de 15 dias sobre a data do agendamento, implantou 34 Hospitais Dia, da Rede Hora Certa. As unidades realizaram mais de 15.348 mil cirurgias por ano, aumento de 1080%, mais de 386.076 mil consultas e exames, com aumento de 59% comparado à média anual de 2012. Para 2016 outros 09 Hospitais Dia, da Rede Hora Certa, estão em fase final de implantação.

Reestruturação da ouvidoria do SUS (SMS)

A Ouvidoria SUS do Município de São Paulo é o espaço de interação do cidadão com a administração pública, através de suas manifestações (sugestões, reclamações, solicitações, denúncias, elogios) de forma célere, responsável e ética. Nosso compromisso é com a construção de um padrão de atenção através da escuta humanizada, reforçando a participação popular e o controle social para o fortalecimento da gestão participativa do SUS. Rede de Ouvidorias SUS da Cidade de São Paulo: uma estratégia democrática e participativa de compromisso ético, que permite avaliar e monitorar as políticas públicas de saúde, buscando relações dialógicas e transparentes. Para reduzir a fila de espera, a Secretaria além de adotar o Call Center Hora Certa, que avisa com antecedência de 15 dias sobre a data do agendamento. Tem sido muito elogiada a agenda de regulação da saúde com diminuição de filas para consultas, exames e internações.

Retomada da Gestão de Saúde com o Plano Municipal de Saúde. (SMS)

O Plano Municipal de Saúde (PMS), que abrange o período de 2014 a 2017, expressa a responsabilidade municipal com a saúde da população de São Paulo e a intenção de construir a Política Municipal de Saúde de forma democrática e ascendente. Trata-se de um importante instrumento de gestão e de controle social que orientará o papel estratégico da Secretaria Municipal de saúde (SMS) como gestora do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de São Paulo (MSP).A publicação do PMS é um marco importante do processo de retomada da gestão de políticas públicas no âmbito da SMS na cidade de São Paulo e representa um avanço a ser compartilhado. Está em sintonia com o que foi previamente apontado em outros documentos construídos em processo participativo e pretende, em última instância, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que vivem na cidade de São Paulo.

Retomada da Gestão com implementação de um novo modelo de gerenciamento com as Organizações Sociais (O.S). (SMS)

A Gestão foi retomada com implementação de um novo modelo de gerenciamento com as Organizações Sociais (O.S), a partir da reorganização territorial e definição de novas metas e indicadores com controle e transparência social para melhoria da utilização dos recursos públicos e da qualidade de serviço assistencial de Saúde. Além disso, houve uma reestruturação da carreira dos Servidores Públicos Diretos da área de saúde e abertura de concursos para garantir o serviço público de qualidade.

Objetivo 4: Ampliar o acesso da população à cultura, por meio de equipamentos e ações, a partir da sua descentralização no território

A Meta 27 foi executada em 87 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 27 - Construir, requalificar ou reformar 16 equipamentos culturais

Relato da Meta 27

Foram requalificados 12 equipamentos: Teatros Paulo Eiró, Arthur Azevedo e Flávio Império, além dos equipamentos Casa do Bandeirante, Torre da Memória, Edifício Ramos de Azevedo, as Bibliotecas Cora Coralina, Vinícius de Moraes e Camila Cerqueira Cesar, o Centro Cultural da Juventude, além de Casas de Cultura Vila Guilherme e São Rafael.

As requalificações contemplaram desde as instalações prediais, fiação elétrica, instalações técnicas, ampliações físicas e de capacidade, até melhoria da segurança dos funcionários, artistas e público, adequação da acessibilidade, restauração de patrimônio histórico e paisagística, com destaque para a construção de edifício anexo ao Teatro Arthur Azevedo, onde será instalado o Clube do Choro, escola de música dedicada ao ensino do Choroinho.

A Torre da Meória, edifício anexo ao Arquivo Histórico Municipal (Edifício Ramos de Azevedo), abriga a área técnica-administrativa e que passará a abrigar o valioso acervo de documentos históricos da Prefeitura Municipal de São Paulo . O espaço também é utilizado para pesquisas, realização de exposições e oficinas de capacitação.

No Teatro Arthur Azevedo, as intervenções resultaram na ampliação do teatro com capacidade para 376 espectadores, instalações adequadas para a apresentação de espetáculos cênicos, com conforto, segurança e fácil acessibilidade aos frequentadores. A ampliação inclui a construção de edifício anexo onde será instalado O Clube do Choro, escola de música dedicada ao ensino do Chorinho.

Na Museu Casa do Bandeirante foi realizada intervenção paisagística e recuperação do Rancho que abriga o Moinho do conjunto histórico da Casa do Bandeirante que representa um dos exemplares típicos das habitações rurais paulistas construídas entre os sécu

O Teatro Flávio Império foi praticamente reconstruído, com capacidade para 211 espectadores e instalações adequadas para a apresentação de espetáculos cênicos, com conforto e acessibilidade. Possui auditório externo com acentos para 100 frequentadores e palco reversível para apresentações ao ar livre no parque onde foram implantados projetos de paisagismo e lazer.

Serão priorizadas as áreas localizadas nas regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica, alta densidade demográfica e carência de equipamentos culturais públicos, mas estratégicas para a produção e difusão cultural da cidade.

Finalizar os seguintes equipamentos: Tendal da Lapa, Biblioteca Thales Castanho de Andrade, Edifício Sampaio Moreira, Biblioteca Rubens Borba de Moraes, Biblioteca Mário de Andrade, Centro Cultural São Paulo

Definição de termos técnicos para a meta
Construção: edificação integral de equipamento com finalidade cultural, desde a seleção do terreno até a finalização total da obra.
Requalificação: adaptação de edificação já existente, através de reforma, ou alteração de seu uso para atender a finalidade cultural.
Reforma: restauro ou retificação de edificação existente, caracterizada como de finalidade cultural, através de obra parcial.

A Meta 28 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 28 - Alcançar um calendário anual de programação cultural que incluia uma virada cultural no centro, duas descentralizadas e outros pequenos e médios eventos em diferentes temáticas e regiões da cidade

Relato da Meta 28

A Criação do SP Cultura, que se trata, de um plataforma livre, gratuita e colaborativa de mapeamento sobre o cenário cultural paulistano para conhecer as opções culturais que a cidade oferece: shows musicais, espetáculos teatrais, sessões de cinema, saraus, entre outra. Além de conferir a agenda de eventos, é possível colaborar na gestão da cultura da cidade, a partir da criação de um perfil de agente cultural. No 461º aniversário da cidade a Prefeitura promoveu diversas atividades gratuitas durante o final de semana com a presença de Daniela Mercury, Jorge Ben Jor, Gilberto Gil entre outros. Em 10 dias o Carnaval de 2016 levou para as ruas mais de 145 mil pessoas para aproveitar os 355 blocos que desfilaram pela cidade. Além do aumento do número de blocos que foi de 35% em relação ao ano passado, a Secretaria de Cultura montou 5 palcos fixos no Largo da Batata, Vale do Anhangabaú, M’ Boi Mirim, Taipas e Itaquera com a apresentação de grandes artista renomados. Outro destaque foi o Bailinho de Carnaval com atividades voltadas ao público infantil que aconteceu no Parque Mário Covas.

Alguns dos eventos realizados em 2013: Virada Cultural em maio com a participação de 4 milhões de pessoas e a Festa de São João no Vale do Anhangabaú e em mais 6 bairros com a participação de 1 milhão de pessoas; Festa de São João; 4 Quebradas Culturais; 2 Territórios Funk; Mês da Cultura Independente; Semana do Samba.

Também em 2013, foram realizados 4 Quebradas Culturais entre os meses de novembro e dezembro; 2 Territórios Funk em junho com a participação de 150 mil pessoas; Mês da Cultura Independente em outubro, com um público estimado em 200 mil pessoas; Semana do Samba realizada em dezembro.

Alguns dos eventos realizados em 2014: Aniversário da cidade com 24h de shows e outras atividades culturais; Virada Cultural em maio com mais de mil atrações em todas as regiões da cidade; Mês da cultura independente; Carnaval de Rua; Carnaska; Dia do Circo; Semana do Hip Hop; Arraial de São Paulo; Mês das Crianças; Consciência Negra; 23: Arte de Rua; Mês do samba; SP na Rua e Inauguração da programação cultural do Clube Tietê.

Alguns eventos realizados em 2015: Aniversário da cidade com 24 h de shows e outras atividades culturais; Virada Cultural no mês de junho com mais de mil atrações em todas as regiões da cidade e incluindo as atrações do Arraial de São Paulo; Mês da Cultura Independente; Carnaval de Rua; Semana do HipHop; SP na Rua; Semana da Amamentação; Dia da Música; Co-Cidade.

Definição de termos técnicos para a meta
Calendário de eventos culturais: sistematização de agendas periódicas ou fixas de festivais, bienais feiras, fóruns e encontros, abrangendo todo o território e todos os segmentos culturais.
Evento cultural: Atividade cultural temporária com o objetivo de difundir manifestações, estimular a criatividade e expressões populares e artísticas, ou promover debates em torno do assunto.
Evento cultural de pequeno porte: para até 300 pessoas.
Evento cultural de médio porte: para até 4 mil pessoas.
Evento cultural de grande porte: para mais de 4 mil pessoas.

A Meta 29 foi executada em 53 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 29 - Viabilizar três Centros Culturais de Referência

Relato da Meta 29

Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes (CFCCT) readequado e em funcionamento: programação cultural e mais de 20 tipos de cursos - teatro, cinema, dança, atividades físicas, entre outros.

Vila Itororó em obras, cujo processo de requalificação pretende desenvolver o trabalho presente da história do local, através de mecanismos transparentes por meio da criação de um centro cultural temporário no próprio canteiro de obras onde são realizadas

Cada Centro Cultural deverá ser construído em módulos distintos e independentes, de maneira que sua utilização possa ser iniciada enquanto a construção ainda se realiza. A previsão é de atendimento de um público estimado de 85 mil pessoas/mês, através da realização de programação cultural específica e da oferta de outros programas já desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura, como o Programa Vocacional e o Programa de Iniciação Artística (PIÁ). A implantação dos equipamentos leva em conta a necessidade de ampliar a oferta de equipamentos em duas regiões que concentram grande número de atores e iniciativas culturais, a zona sul e a zona leste. A viabilização do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes também foi incorporada à meta. Por viabilização entende-se a criação de condições técnicas, orçamentárias e institucionais para a implementação de cursos e atividades culturais previstos em seu projeto, permitindo o amplo aproveitamento do espaço e do potencial formativo ali existentes.

Centro Cultural M’Boi Mirim com projeto finalizado em análise na Caixa Econômica Federal, na zona Sul (financiamento PAC Mananciais - 10 milhões).

Centro Cultural Vila Itororó em obras na zona Central (financimaneto Lei Rouanet). Processo de requalificação pretende desenvolver o trabalho presente da história do local, através de mecanismos transparentes por meio da criação de um centro cultural temporário no próprio canteiro de obras onde são realizadas oficinas, num diálogo inédito entre a renovação de um bem público e as demandas da sociedade.

Centro Cultural Chácara do Jockey, recentemente repassada para a Prefeitura de São Paulo está em fase de estudos de viabilidade técnica.

Definição de termos técnicos para a meta
Centro Cultural: equipamento cultural que contará com área para produção cultural para utilização dos grupos e coletivos culturais da cidade, cinema, área expositiva, centro de memória, biblioteca, centro de estudo de idiomas, espaço para arte e cultural digital e teatro.

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de ampliar o acesso da população à cultura, por meio de equipamentos e ações, a partir da sua descentralização no território.

Isenção de IPTU para teatros e espaços culturais - Lei nº 16.173/2015 (SF)

Teatros de rua e espaços culturais voltados para artes cênicas podem agora solicitar isenção do IPTU. A medida atende a uma demanda histórica do setor e tem como objetivo valorizar preferencialmente os pequenos espaços culturais que contribuem de forma contínua para o teatro na cidade de São Paulo. Muitos destes espaços enfrentam dificuldades para manter sua atividade, entre a maior delas a especulação imobiliária, que constantemente ameaça suas sedes.

Circular Turismo Sightseeing (SMC)

Assim, como em outras partes do mundo, São Paulo ganhou uma linha de ônibus especial que passa por vários pontos turísticos e históricos da cidade. O veículo é de combustão híbrida, com dois andares, vista panorâmica, WiFi, e aplicativo com informações turísticas em três idiomas.

Circuito SPCultura (SMC)

A SMC criou o Circuito Municipal de Cultura, uma política integrada para oferta de programação cultural em todas as regiões ao longo de todo ano, que visa à democratização cultural ao oferecer programação artística e valorizar os equipamentos culturais da SMC e também as ruas da cidade com atividades voltadas ao público de todas as idades. Desde o início do Circuito, a programação passou a ser decidida por meio de uma curadoria formada por programadores de cultura dos diversos equipamentos da Secretaria. A partir do início de 2016, todas as atrações foram escolhidas a partir de um chamamento público de propostas.

Para obter maior racionalidade na gestão, as ações do Circuito são planejadas para pulverizar os recursos financeiros, materiais e humanos. Uma das estratégias usadas é a definição de que cada grupo ou artista contratado se apresenta em mais de um equipamento, o que diminui custos, facilita a negociação de cachês, favorece a repercussão do artista e a oferta de programação nos diferentes locais da cidade, ampliando as oportunidades de acesso do público.

Em 2015, o Circuito começou a atuar também em regiões da cidade em que não havia equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura. Para tal, foram realizadas atividades com uma programação em palcos externos. No primeiro semestre de 2016, foram realizados 17 palcos externos infantis e 7 palcos adultos, por exemplo.

No primeiro ano do programa, equipamentos localizados no centro e na periferia, como os Centros Culturais Olido e Penha e os teatros municipais, tiveram aumento de 45% em sua frequência de público. O ritmo de crescimento nos anos seguinte desacelerou, porém a taxa de ocupação continua crescendo. Em 2015, a taxa de ocupação média foi de 57,8%.

Circuito SPCultura/Aldeias/Jovem Monitor (SMC)

O Circuito SPCultura foi criado em 2014 com o objetivo de integrar todas as regiões da cidade com atrações gratuitas de música, dança, teatro, circo e eventos infantis. Outros projetos Programa Aldeias e o Programa

Jovem monitor também oferecem além de programação, oficinas e cursos na área da cultura. - Programa Aldeias: O Programa Aldeias visa o fortalecimento das culturas Guarani de povos indígenas do município de São Paulo, residentes das aldeias Tekoa Krukutu, Tekoa Tenonde Porã, Tekoa Kalipety e Tekoa Yyrexakã - distritos de Parelheiros e Marsilac; e Tekoa Pyau, Tekoa Ytu e Tekoa Itakupe - distrito do Jaraguá. O Programa Aldeias surge a partir do desdobramento do Programa “Vocacional Aldeias”, realizado de 2008 a 2013. Os diálogos instaurados no âmbito do programa com as lideranças indígenas apontaram para a necessidade de uma mudança de objetivos e ações em consonância com a Cultura Tradicional Guarani Mbya. O novo Programa Aldeias passou a integrar o Núcleo de Cidadania Cultural, que já tinha uma forte relação com as aldeias em razão de projetos fomentados pelo Programa VAI.

Em maio de 2014, a SMC estabeleceu convênio com a organização não governamental Centro de Trabalho Indigenista, com reconhecida atuação na área, para viabilizar as atividades próprias da cultura guarani, no sentido do fortalecimento cultural e político. Em 2015 o programa se expande, principalmente na participação de indígenas atuando como agentes e coordenadores, possibilitando sensível protagonismo dos próprios indígenas na implantação e execução da política pública. - Programa Jovem Monitor: O programa Jovem Monitor Cultural tem se consolidado nos últimos anos como uma iniciativa orientada à experimentação profissional no campo da gestão, casando a formação teórica nos temas da cultura com a atuação prática dos jovens junto aos equipamentos e departamentos da Secretaria Municipal de Cultura.

Inicialmente restrito ao Centro Cultural da Juventude (CCJ), o programa Jovem Monitor Cultural (PJMC) foi expandido nesta gestão a partir de 2013, quando o CCJ passou a coordenar sua expansão para outros equipamentos. Criado pela Lei nº 14.968/09 e regulamentado pelo Decreto nº 51.121/09, o programa tem como foco a formação de jovens com idade entre 18 e 29 anos, incluindo jovens de todas as regiões de São Paulo, do centro às periferias.

Nos últimos anos, o programa passa a ser implementado por meio de convênio e se expande para outros equipamentos culturais da SMC, como bibliotecas, casas de cultura, centros culturais, museus, teatros, entre outros.

Jornada do Patrimônio Paulistano (SMC)

Criada em 2015, a Jornada do Patrimônio transformou em celebração o patrimônio histórico da cidade, integrando-se ao calendário de eventos da cidade de forma a fazer um apelo à sensibilidade e ao reconhecimento de suas tradições e imóveis históricos.

Como ação inédita, inspirada em iniciativas semelhantes como as Journées Européennes Du Patrimoine, na França, a Jornada trouxe a proposta de reconhecimento do patrimônio entre os casarões, edifícios, parques e praças da cidade com o objetivo de apresentar aos cidadãos e turistas o patrimônio cultural, artístico, arquitetônico e afetivo da cidade de São Paulo. Coordenada pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), o evento foi realizado por meio de um chamamento público, através do qual foram credenciados imóveis históricos públicos e privados, criando, em muitos casos, oportunidades únicas de visita a estes locais. Com isso, cerca de 40 mil cidadãos puderam fazer visitas guiadas a cerca de 80 imóveis históricos, acompanhar roteiros de memória, assistir debates e palestras, participar de oficinas e ver apresentações artísticas ligadas a nosso

patrimônio imaterial. Em 2016, em sua segunda edição, a Jornada do Patrimônio foi instituída por meio da Lei nº 16.546, de 21 de setembro.

Regulamentação de ZEPEC/APC - Decreto nº 56725/2015 (SMC)

Regulamentadas disposições da Lei no 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico relativas às Zonas Especiais de Preservação Cultural - Área de Proteção Cultural - ZEPEC/APC. O Decreto estabelece que poderão ser enquadrados como ZEPEC/APC “os locais destinados à formação, produção e exibição pública de conteúdos culturais e artísticos, como teatros e cinemas de rua, circos, centros culturais, residências artísticas e assemelhados, abertas ao público, assim como espaços com significado afetivo, simbólico e religioso para a comunidade, por meio de atividades ali exercidas por período igual ou superior a 7 (sete) anos, cuja proteção é necessária para a formação e manutenção da identidade e memória do Município de São Paulo e seus habitantes, assim como para a dinamização da vida cultural, social, urbana, turística e econômica da cidade.

Regulamentação do Carnaval de Rua pelo Decreto Nº 56.690/2015 (SMC)

Em 2013 iniciou-se o planejamento sobre a volta do Carnaval de Rua na cidade de São Paulo. A postura inicial foi a de liberação dos blocos, sem repressão ou imposições e à partir dos outros anos pode-se abrir um canal de diálogo com representantes de grupos carnavalescos e associações de moradores dos bairros para diálogos sobre a formatação de uma política pública para a celebração do carnaval na cidade de São Paulo. Desde então o número de blocos inscritos no carnaval tem crescido ano a ano com 169 blocos em 2014, 323 em 2015 e 384 em 2016. A consolidação e o sucesso de blocos de rua e o fortalecimento do Carnaval das escolas de samba são exemplos do crescimento que a capital teve durante as festividades dos últimos anos. Cada vez mais, São Paulo se torna um destino competitivo para turistas e uma opção atraente para os próprios paulistanos, que permanecem na cidade, mesmo durante o feriado.

Regularização dos artistas de rua pela Lei nº 15.776/2013 (SMC)

Decreto regulamenta Lei 15.776/2013 que garante a liberdade para a apresentação de artistas de rua na cidade, substituindo o Decreto 54.948 de 20 de março, feito para coibir comerciantes ilegais que se utilizavam da lei para vender produtos de contrabando como se fossem artesões. Além disso no mesmo ano a Prefeitura também regulamentou a questão da comida de rua e dos parklets, que são as praças em vagas de estacionamento e de Zona Azul.

Virada Cultural (SMC)

No ano 2015 onde a Virada completou 10 anos, o seu grande diferencial foi a descentralização territorial dos eventos para além do centro histórico, com mais de 1500 atividades realizados em 31 pólos em toda a cidade. A programação também foi ajustada para que além de música o evento se tornasse mais plural, abrangendo o teatro, o circo, a dança e outras intervenções artísticas. Os quatro palcos voltados ao Funk e a chamada

Viradinha, que contou com diversos eventos voltados para o público infantil pela cidade, foram outros destaques desta realização. A virada cultural teve algumas modificações que geraram grandes avanços. A principal foi criar núcleos descentralizados de programação dentro e fora do centro expandido, com alguns palcos com programação mais reduzida e outros com a programação normal de 24h. Ambas medidas aumentaram a segurança reduzindo as ocorrências, além de levar programação para as zonas periféricas. Outra medida foi garantir a diversidade de manifestações e linguagens culturais na virada, além de dar preferência aos artistas nacionais. É desta gestão ainda uma das principais inovações no âmbito da programação das Viradas: a criação da Viradinha, dedicada exclusivamente ao público infantojuvenil. O sucesso da experiência levou à ampliação e diversificação da programação ganhando horários específicos, programação para diversas faixas etárias e palcos em locais pensados para garantir a segurança da criança. Em 2016, a Virada trouxe como novidade um happy hour na região central, que aconteceu na sexta-feira, 20 de maio, entre 17h e 23h.

Mesmo com toda a sua diversidade e com as alterações para torná-la ainda mais plural e descentralizada, a Virada Cultural já não era suficiente para ocupar os espaços públicos com atividades culturais. Era preciso um calendário de eventos que se estendesse por todo o ano e por todas as regiões da cidade, ampliando as oportunidades para fruição cultural.

Programa de Ludicidade (SMC)

Em 2013 foi criado o Programa de Ludicidade que tem objetivo de estimular as manifestações do patrimônio lúdico-cultural. A intenção é traduzir valores, costumes, formas de pensamento, incentivo à espontaneidade e criatividade da criança, valorizando as experiências coletivas. Além disso, o programa também é voltado para a reapropriação dos espaços públicos por parte da população.

O programa é composto pelos projetos: Brinquedotecas nos Clubes da Cidade, Encontros para formação de ludo-educadores, Brinquedoteca Itinerante - Ônibus Brincalhão, Tenda do Brincar e Brincando nos Parques e Praças.

Plano Municipal de Cultura (SMC)

Em 2016 foi elaborado o Plano Municipal de Cultura que é um instrumento de planejamento que além de realizar um diagnóstico atual da cidade, orienta a implantação das políticas culturais no município de São Paulo pelos próximos dez anos. Construído a partir de um amplo processo de participação social, o Plano Municipal de Cultura indicará as prioridades para a cultura na cidade, a partir da aprovação de diretrizes, ações e metas a serem efetivadas no próximo decênio.

Plataforma SPCultura (SMC)

Os equipamentos culturais e os patrimônios históricos foram georreferenciados resultando no mapa dos equipamentos culturais da cidade de São Paulo. Foi criada também a Plataforma SPCultura, uma plataforma online e colaborativa, onde são divulgadas em formato de mapa toda e qualquer atividade artística na cidade, podendo mapear a diversidade cultural da cidade. Criada a SP Cultura, uma plataforma livre, gratuita e

colaborativa de mapeamento do cenário cultural paulistano com destaques para a programação cultural ofertada não só pela SMC, mas como também de qualquer agente cultural cadastrado.

Pro-Mac Lei nº 15.948/2013 (SMC)

O Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais - Pro-Mac, consistente em uma modalidade de financiamento público originário de renúncia fiscal para realização de projetos culturais, a serem concedidos a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município promovendo a diversidade cultural, patrocinando ações artístico-culturais e ampliando o acesso e fruição da população à cultura. Publicada em dezembro de 2013, a lei que originou o Pro-Mac estabelece que os contri-buintes do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) poderão utilizar o valor destinado a projetos culturais até o limite de 20% do valor devido a cada incidência dos tributos. Atualmente, a lei que cria o Pro-Mac encontra-se em processo de regulamentação.

Sistema Municipal de Cultura (SMC)

Para a implantação do Sistema Municipal de Cultura a Prefeitura de São Paulo vem demandando ações políticas e administrativas desde 2015, como a descentralização da programação artística (criação do Sistema Municipal de Programação Cultural), a decisão de dividir a cidade em macrorregiões administrativas ampliação significativa da oferta de atividades e, ao mesmo tempo, a criação do Fundo Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Cultura, que solidificam um importante arcabouço legal e administrativo para a política de cultura da cidade de São Paulo.

Política para Artistas de Ruas e Artesões - Lei nº 15.776 (SMC)

A lei nº 15.776 autorizou e regulamentou a atividade artística em locais públicos, assim como a comercialização de produtos artísticos, incluindo artes plásticas e peças artesanais produzidas pelos artistas de rua. Além disso, foi aberto o Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários, no bairro do Cambuci, que incentivam esse tipo de atividade. Na primeira fase, em 2014, foram realizadas mais de 80 atividade de mobilização e formação, das quais participaram cerca de 3.370 pessoas, 312 empreendimentos econômicos solidários e 108 instituições de apoio e fomento à economia solidária. A segunda fase, em 2015, mobilizou 1.066 pessoas e 186 empreendimentos na constituição de seis redes de atuação sediados no município. Foi realizada a 1ª Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar, evento que ocorreu entre 05 e 07 de maio de 2015 e reuniu cerca de 80 expositores com artigos de artesanato, vestuário, comidas típicas, serviços de ecoturismo e alimentos da agricultura familiar.

Prêmio Zé Renato - Lei nº 15.951/2014 (SMC)

Instituído em 2014 o Prêmio Zé Renato é uma modalidade de apoio ao desenvolvimento teatral, que homenageia o diretor teatral paulistano José Renato Pécora (1926 – 2011) e foi criada para apoiar produção e

desenvolvimento da atividade teatral para a cidade de São Paulo, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. Cada selecionado recebe, por meio de aportes financeiros, até R\$ 200 mil para cada, totalizando o montante de R\$ 4 milhões.

Reabertura do Cine Belas Artes (SMC)

O prefeitura de São Paulo estabeleceu um acordo com a Caixa Econômica Federal e o Grupo Caixa Seguros para a reabertura do Cine Belas Artes. A retomada do espaço era um desejo da população desde 2011, quando encerrou suas atividades. Na parceria com patrocinador, proprietário e exibidor, a Prefeitura atuou para estabelecer contrapartidas para garantir a ampliação do acesso ao cinema e o fortalecimento de política de exibição que amplie a diversidade e a presença do cinema nacional.

São Paulo Film Commission (SMC)

Através da criação do órgão São Paulo Film Commission que irá centralizar e agilizar autorizações para produtores de audiovisual a cidade deve se firmar como cenário de produções nacionais e internacionais de cinema, publicidade e de televisão, estimulando a produção audiovisual na cidade. Após a solicitação de autorização por meio de um cadastro na internet, a comissão tem até uma semana para emitir a autorização. No caso de peças de publicidade, o prazo é reduzido para até dois dias úteis.

Cinemas nos CEUs – Circuito SP Cine (SMC)

O projeto da Prefeitura de São Paulo, realizado por meio de uma parceria da Spcine com as Secretarias Municipais de Cultura e de Educação, estabelecerá o maior circuito público de salas de cinema do Brasil, com equipamentos de projeção digital, sistema de som Dolby 5.1 e um pacote variado de filmes, com estreias internacionais a produções históricas e recentes da cinematografia brasileira.

As sessões nos CEUs são às quintas, domingos e quartas, seguindo a lógica do mercado de exibição que renova as estreias sempre no quinto dia da semana, e respeitando a programação cultural já consolidada nesses locais. A entrada nas sessões realizadas nos CEUs será gratuita. Das 20 salas, 15 estão localizadas em CEUs da capital paulista. As outras cinco serão no Cine Olido, Biblioteca Roberto Santos, Centro Cultural São Paulo (Salas Lima Barreto e Paulo Emílio) e no Centro de Formação Cultural Tiradentes.

SPCine - Lei nº 15.929/2013 (SMC)

A Spcine é a empresa de cinema e audiovisual de São Paulo, criada por iniciativa da Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Cultura. Atua como um escritório de desenvolvimento, financiamento e implementação de programas e políticas para os setores de cinema, TV, games e web. O objetivo é reconhecer e estimular o potencial econômico e criativo do audiovisual paulista e seu impacto em âmbito cultural e social.

Clube do Choro (No Theatro Arthur Azevedo) (SMC)

O Teatro Arthur Azevedo foi reinaugurado em 2015 e além de intensa reforma e requalificação recebeu também o Clube do Choro, espaço destinado a receber as rodas de Choro da cidade e eventualmente, o curso de formação em Choro, além de outras atividades ligadas ao gênero musical.

Reconhecimento do Samba urbano como patrimônio imaterial (SMC)

Em 2013 a Prefeitura de São Paulo reconheceu o Samba como um patrimônio cultural imaterial em meio à semana do Samba.

Biblioteca Mário de Andrade aberta 24h (SMC)

Desde o dia 09/10/2015 a Biblioteca Mário de Andrade abre suas portas 24 horas por dia, também diversificando suas atividades, a fim de reinserir a biblioteca no cotidiano da vida do paulistano. O novo modelo demonstra é necessário que exista uma demanda significativa por este serviço para que haja manutenção das atividades, visto que em período noturno é necessário garantir segurança ao público presente. No caso da Biblioteca Mário de Andrade o modelo contribui para que o espaço bata o recorde de visitação a cada ano.

Transferência das Casas de Cultura - Decreto nº 55.547/2014 (SMC)

À partir do dia 26/09/2014 as Casas de Cultura voltam a integrar a rede municipal de equipamentos culturais, as Casas de Cultura funcionarão de acordo com diretrizes da política cultural da Prefeitura de São Paulo, que abarcam programação e orçamento.

23 de Maio/projeto “Raízes e Identidade da Freguesia do Ó” (SMC)

O Grafite foi incentivado de diversas formas. A Av. 23 de Maio é agora também a sede do maior mural de grafite a céu aberto da América Latina. Com 15 mil metros quadrados em 70 muros entre a passarela Ciccilio Matarazzo, em frente ao Museu de Arte Contemporânea (MAC) e os arcos da Praça dos Artesões Calabreses, as obras reuniram os trabalhos de 200 artistas. Além de apoio material, a Prefeitura auxiliou ainda na segurança dos artistas com a Guarda Civil Metropolitana (GCM), na limpeza dos muros, ampliação da iluminação e corte de grama com a SMSP. A Casa de Cultura Salvador Ligabue, na Freguesia do Ó em 2014 selecionou três projetos de grafites para serem realizados no Largo da Matriz de Nossa Senhora do Ó. A seleção faz parte do projeto “Raízes e Identidade da Freguesia do Ó”, uma parceria entre o CCI e a Casa de Cultura. Inclusive o grafite fez parte da programação de inauguração do Parque Chácara do Jockey, foi realizado um mutirão de grafite reunindo artistas locais e convidados de várias regiões da cidade para pintar o muro de arrimo da Avenida Monsenhor Manofredo Leite, que ladeia a área verde.

Objetivo 5: Garantir acesso a Moradia Adequada

A Meta 35 foi executada em 58 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 35 - Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e produzir 55 mil unidades habitacionais

Relato da Meta 35

Foram viabilizadas 55.627 unidades habitacionais: 14.951 unidades habitacionais foram entregues, 21.608 unidades habitacionais estão em obras, 19.068 unidades habitacionais foram licenciadas e estão prontas para iniciar obras.

As seguintes subprefeituras já receberam unidades habitacionais: Aricanduva, Butantã, Campo Limpo, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Freguesia do Ó, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Lapa, M Boi Mirim, Penha, Pinheiros, Pirituba/Jaraguá, Santana, Santo Amaro, São Mateus, Sé e Vila Prudente.

De janeiro de 2013 a dezembro de 2016 foram viabilizadas 71.375 unidades habitacionais, ou seja, estas unidades foram entregues, estão em obras ou foram licenciadas para execução e aguardam somente a liberação de recursos federais para iniciar obras. O Governo federal suspendeu os contratos de unidades habitacionais licenciadas com obras não iniciadas, especialmente para o faixa I.

Engloba a desapropriação de terrenos, a construção de unidades e a entrega destas às famílias demandantes, tendo como algumas das diretrizes de priorização o recorte de gênero, idade (5% para idosos) e a presença de pessoas com deficiência na família. Além dessas diretrizes gerais, o planejamento prevê 2.000 unidades habitacionais para famílias em situação de rua, conforme explicado em meta específica sobre o tema. Para

garantir a entrega de 55.000 Unidades Habitacionais no prazo do Programa de Metas, é necessário a elaboração e execução de projetos para além da meta estabelecida, de forma a se antecipar a eventuais imprevistos. Por esse motivo, a regionalização que aqui se apresenta é superior ao quantitativo da meta.

De 2013 a dezembro de 2016 foram viabilizadas 55 mil unidades habitacionais, ou seja, essas unidades foram entregues, em construção ou prontas para iniciar obras (licenciadas). O início das obras depende de recursos federais (MCMV). O Governo Federal suspendeu os contratos das unidades licenciadas, epecialmente as que atendem faixa I (renda menor)

Definição de termos técnicos para a meta
Unidades Habitacionais de Interesse Social: unidades habitacionais definidas pelo inciso XIII do Art. 146 da Lei nº 13.430/02 (PDE) construídas em terrenos desapropriados ou em áreas públicas desafetadas.

A Meta 36 foi executada em 70 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 36 - Beneficiar 70 mil famílias no Programa de Urbanização de Favelas

Relato da Meta 36

Há 60.494 famílias beneficiadas por obras de Urbanização de Favelas, sendo que 14.114 famílias foram atendidas por obras já concluídas e 46.380 por obras em andamento

Os Perímetros do Renova foram revistos: finalização dos projetos básicos para licitação de novas obras, beneficiando 82.985 famílias.

As intervenções abrangem os seguintes serviços: abertura de vias para permitir implantação de infraestrutura urbana e facilitar acessos, inclusive de ônibus, ambulâncias e de limpeza pública, coleta de lixo e resíduos; sistema de drenagem, incluindo a canalização de córregos; consolidações geotécnicas em áreas de risco (encosta), através da execução de taludes, coberturas vegetais para estabilização e remoção dos imóveis em situações de risco; execução de redes de abastecimento de água e redes coletoras de esgoto, inclusive as ligações domiciliares; criação de áreas públicas de lazer, parques lineares e implantação de Equipamentos Públicos.

O projeto de cada intervenção é previamente discutido com a população do assentamento precário, inclusive em reuniões periódicas com os Conselhos Gestores. O trabalho social atua no acompanhamento das obras, no reassentamento das famílias a serem removida

Engloba a implantação de infraestrutura urbana nos assentamentos precários, possibilitando o acesso dos moradores aos serviços urbanos, a consolidação geotécnica e/ou remoções em áreas de risco. A regionalização aqui descrita é parcial. Outras 20.000 famílias serão beneficiadas em locais ainda a definir.

Os Perímetros do Renova foram revistos: finalização dos projetos básicos para licitação de novas obras, beneficiando 82.985 famílias.

Definição de termos técnicos para a meta
Programa Urbanização de Favelas: Qualificação urbanística e o reconhecimento formal dos assentamentos precários e/ou informais, garantindo a melhoria da qualidade de vida da população moradora.

A Meta 37 foi executada em 102 % - Meta está Superada

META 37 - Beneficiar 200 mil famílias no Programa de Regularização Fundiária

Relato da Meta 37

Foram 202.818 famílias beneficiadas por ações de regularização fundiária concluídas.

São 15.141 famílias atendidas por ações de regularização fundiária em andamento.

O Programa engloba o diagnóstico fundiário, levantamentos topográficos, projetos de regularização fundiária, cadastramento e coleta de documentação. Para garantir a entrega de 200.000 Unidades Habitacionais no prazo do Programa de Metas, é necessário a elaboração e execução de projetos para além da meta estabelecida, de

forma a se antecipar a eventuais imprevistos. Por esse motivo, a regionalização que aqui se apresenta é superior ao quantitativo da meta.

Até dezembro de 2016, a meta será cumprida - 200 mil famílias serão beneficiadas por processos de regularização fundiária concluídos.

Definição de termos técnicos para a meta
Regularização Fundiária: Reconhecimento formal dos assentamentos precários e/ou informais, garantindo a segurança na posse da população moradora.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de Garantir acesso a moradia adequada.

Criação da SEL, de PARHIS e SAEHIS. (SEL)

Criação de SEL, da coordenadoria de Parcelamento do Solo e licenciamento de HIS (PARHIS) e da Subcomissão de análise integrada de empreendimentos (SAEHIS), visando facilitar e acelerar a aprovação dos empreendimentos de interesse social. Revisão do Código de Obras e edificações, simplificação de procedimentos, adequação da legislação municipal às condições estabelecidas pelo Programa MCMV.

Apoio técnico e financeiro da SEHAB para elaboração e aprovação de projetos. (SEHAB)

Uma equipe da SEHAB e COHAB apoia o processo de licenciamento em SEL. Decreto dispõe sobre as formas de fomento às associações e cooperativas habitacionais de interesse social por intermédio da concessão de subsídio necessário à contratação de equipe técnica e/ou de estudos, projetos e serviços técnicos

Atuação na resolução de reintegrações de posse que envolviam mais de 9 mil famílias em diversas áreas da cidade, cerca de 150 mil metros quadrados que envolviam conflitos (SEHAB)

Atuação na mediação de reintegrações em diversas áreas da cidade, buscando soluções pactuadas entre proprietários e famílias ocupantes, abrangendo mais de 9 mil famílias.

Criação do programa Casa Paulistana (SEHAB)

O novo PDE cria a categoria HIS 1 para famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos e HIS 2 para famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos; em ZEIS 2, 60% do que é produzido deve ser reservado à HIS 1 e 40% para HIS 2. Criação do programa MCMV paulistana possibilitando o aporte de até R\$20 mil por unidade. A mesa de licenciamento garante agilidade no processo de aprovação e o termo de compromisso com a SEHAB garante a priorização do atendimento à demanda da COHAB.

Aquisição de terras para provisão de Habitação de Interesse Social – HIS (SEHAB)

De acordo com as diretrizes do PDE, foram investidos R\$600 milhões em desapropriação para produção de HIS 1, inclusive para viabilização via editais de Chamamento MCMV/FDS que disponibiliza as terras para entidades produzirem por autogestão. Foi publicado decreto que prevê apoio técnico e financeiro da SEHAB às entidades para elaboração e aprovação de projetos.

As terras desapropriadas serão suficientes para a construção de 11.000 unidades habitacionais. Além disso foi criado programa de fomento às associações e cooperativas habitacionais para concessão de subsídio para contratação de equipe técnica e/ou de estudos, projetos e serviços técnicos.

Iniciada a PPP do centro e Aquisição de imóveis do INSS (SEHAB)

Houve parceria com INSS para destinação de imóveis no centro para habitação (dação em pagamento Lei nº 16.121/2016). A PMSP doou terrenos para a construção de HIS via PPP do Centro (empreendimento São Caetano 126 HIS - em obras, na rua de mesmo nome nº 629). Foram desapropriados prédios do centro de SP (na maioria dos casos ocupados), cujos moradores sofriam com precarização e irregularidade. Foram desapropriados os edifícios Mauá, Mooca 416 e Prestes Maia (esse último foi a segunda maior ocupação da América Latina). Foram produzidas unidades habitacionais nos perímetros das operações urbanas Faria Lima e Água Espraiada.

Lei de Regulamentação dos Consórcios Imobiliários (SEHAB)

Em fev/2016 foi sancionada a Lei 16.377/16 que regulamenta a celebração de consórcios imobiliários entre a Prefeitura e proprietários de imóveis que estejam sem edificação e sujeitos à notificação para o parcelamento ou edificação compulsórios (PEUC), especificando que o consórcio será adotado para a produção prioritária de Habitação de Interesse Social. Com a nova lei, São Paulo se torna a primeira cidade do país a estabelecer todas as regras necessárias para a execução de consórcios imobiliários.

Priorização de pessoas com vulnerabilidade social no acesso à moradia (SEHAB)

3% dos imóveis são destinados a Idosos e 3% a pessoas portadoras de deficiência. Famílias chefiadas por mulheres e com pessoas com deficiência são priorizadas.

Garantia de moradia própria para beneficiários do Bolsa Aluguel (SEHAB)

As famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Aluguel ou outros programas de atendimento habitacional provisório estão sendo direcionadas para os empreendimentos habitacionais entregues, em obras ou prestes a iniciar obras.

Reestruturação do Aluguel Social (SEHAB)

Estruturação de uma política de locação social, em especial voltada à recuperação e uso dos edifícios ociosos na região central (PMH). Criação e estruturação da Gerência de Locação Social na COHAB-SP. Recuperação do parque público de locação social existente.

Objetivo 6: Implantar um Programa Territorializado de Prevenção e Proteção às Vítimas da Violência

A Meta 38 foi executada em 25 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 38 - Ampliar o efetivo da Guarda Civil Metropolitana em 2.000 novos integrantes

Relato da Meta 38

Além da formação de 500 agentes em operação, o efetivo da guarda foi ampliado através de concurso público iniciado em outubro de 2013 com autorização de nomeação de 500 agentes no segundo semestre de 2014. Essa ampliação foi acompanhada das diretrizes de formação em Direitos Humanos e mediação de conflitos.

A Meta 39 foi executada em 167 % - Meta está Superada

META 39 - Capacitar 6.000 agentes da Guarda Civil Metropolitana em Direitos Humanos e 2.000 em Mediação de Conflitos

Relato da Meta 39

A capacitação dos agentes da Guarda Civil Metropolitana se deu de forma efetiva. Foram 6.420 agentes capacitados em Direitos Humanos e 4.547 agentes capacitados em mediação de conflitos.

A capacitação em mediação de conflitos faz parte de um Convênio com a ENAM - Escola Nacional de Mediação, do Ministério da Justiça, não onerando o orçamento municipal.

A meta visou aprimorar a capacitação continuada dos Guardas Cíveis Metropolitanos, através do Centro de Formação em Segurança Urbana, mediante curso de reciclagem profissional com foco na formação em Direitos Humanos para o policiamento comunitário. Foi constituído um grupo mobilizador estratégico para planejar sistematicamente todas as ações e formados agentes para que atuem como multiplicadores perante toda a GCM. A partir do trabalho do grupo mobilizador, dos educadores já formados e de organizações parceiras, toda a Guarda Municipal foi capacitada através do Estágio de Qualificação Profissional. Com isso, buscou-se promover uma cultura de valorização profissional, a diminuição dos confrontos entre GCM e a população e a institucionalização da educação em Direitos Humanos no sistema de segurança urbana, para atuação em todo o território do município. Todos os cursos foram disponibilizados mediante parceria da Prefeitura junto às Secretarias Nacionais de Segurança Pública e Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça. Houve também um Acordo de Cooperação junto à Escola Nacional de Mediação - ENAM.

A Meta 40 foi executada em 50 % - Meta está Em andamento

META 40 - Instalar 1 Casa da Mulher Brasileira em São Paulo

Relato da Meta 40

O município de São Paulo aderiu ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em julho de 2013 e ao Programa “Mulher, Viver Sem Violência”, um dos eixos desse programa prevê a implantação da Casa da Mulher Brasileira em São Paulo com recurso do Governo Federal para sua construção e manutenção por dois anos.

A Casa da Mulher Brasileira inovará o atendimento oferecendo serviços às mulheres em situação de violência em um mesmo local. O município de São Paulo ficará responsável pelo Centro de Referência da Mulher, com atendimento psicológico, social, orientação e direcionamento para programas de auxílio e promoção da autonomia, geração de trabalho, emprego e renda, bem como para serviços de proteção e demais serviços da rede de saúde e de assistência social.

A Casa da Mulher Brasileira contará com Delegacia especializada de atendimento à Mulher; Juizado especializado de violência doméstica e familiar contra a Mulher; Promotoria pública especializada da Mulher; Defensoria pública especializada da Mulher; Atendimento psicossocial; Alojamento de passagem; Brinquedoteca; Orientação e direcionamento para programas de auxílio e promoção da autonomia; Geração de trabalho, emprego e renda, bem como integração com os demais serviços da rede de saúde e socioassistencial.

Definição de termos técnicos para a meta

Casa da Mulher Brasileira: Centro de Referência integrante do Programa Mulher, Viver sem Violência do governo federal, que reunirá serviços especializados de assistência à mulher em situação de violência.

A Meta 41 foi executada em 75 % - Meta está Em andamento

META 41 - Instalar 1 Casa Abrigo e 1 Casa de Passagem para ampliar a capacidade de atendimento de proteção às mulheres vítimas de violência

Relato da Meta 41

Colaborando para a melhora do acolhimento às mulheres em situação de violência na cidade de São Paulo a Casa Abrigo Helenira Rezende de Souza Nazareth existente e de endereço sigiloso, foi completamente reformada e modernizada e entregue a população em abril/16.

A Casa Abrigo garante a integridade física e psicológica de mulheres e de seus dependentes, com atendimento multidisciplinar que favorece o resgate da autoestima e a reconstrução da autonomia da mulher. A permanência neste local é temporária, até que a mulher reúna condições para retomar curso de sua vida. O equipamento tem capacidade para atender 5 famílias e com uma nova casa foi possível aumentar o número de famílias atendidas nessa modalidade de serviço. Além da Casa Abrigo, a Casa de Passagem complementará o serviço.

A Casa de Passagem será um serviço inédito na cidade de São Paulo e funcionará 24 horas, terá hospedagem provisória, não-sigilosa, de curta duração (no máximo 15 dias) para o acolhimento de mulheres em situação de violência e seus filhos e filhas. O atendimento não é restrito às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, sendo acolhidas também mulheres em situação de tráfico. É assegurado ainda o atendimento psicossocial.

A Casa de Passagem tem por objetivo garantir a integridade física e emocional das mulheres, bem como realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos necessários.

Ainda, desde abril de 2014 o Programa “Mulher, Viver sem Violência” traz benefícios à cidade de São Paulo por meio da Unidade Móvel de atendimento às mulheres, tanto na questão do enfrentamento à violência como dos diversos direitos. Trata-se de ônibus especialmente adaptado que realiza atendimento multiprofissional nas regiões mais distantes do município e que realizou mais de 450 atendimentos individuais e cerca de 23.000 orientações gerais pelos 280 bairros visitados.

Definição de termos técnicos para a meta

Casa Abrigo: serviço de acolhimento institucional de caráter sigiloso para garantia da defesa e da proteção de mulheres em situação de violência doméstica e sexual, que estejam sob grave ameaça ou risco iminente de morte.

Casa de Passagem: serviço de acolhimento provisório de curta duração (até 15 dias), não sigiloso, para as mulheres em situação de violência doaméstica e seus filhos e filhas, que não corram risco iminente de morte.

A Meta 42 foi executada em 64 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 42 - Reestruturar as Casas de Mediação nas 31 inspetorias regionais da Guarda Civil Metropolitana para promover a cultura de mediação e a solução pacífica de conflitos

Relato da Meta 42

Iniciado processo de transferência das Casas de Mediação para as praças de atendimento das subprefeituras, para melhor acesso da população ao serviço. Estão em funcionamento 20 Casas de Mediação Extrajudicial nas Praças de Atendimento das Subprefeituras.

Foi ainda inaugurado o Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania - CEJUSC, órgão fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e o Tribunal de Justiça de São Paulo, que tem como final

A proposta das Casas de Mediação contribui para que a Guarda Civil Metropolitana fortalecesse sua vocação comunitária e sua relação com a sociedade. As experiências das 31 casas já em funcionamento apresentam bons resultados e sua reestruturação implica em: requalificação dos mediadores em atividades e formação dos novos mediadores pela Escola Nacional de Mediação do Ministério da Justiça (ENAM/MJ); aparelhamento das casas de mediação; implementação de um sistema de monitoramento e avaliação dos serviços prestados. A formação dos líderes comunitários e a campanha ampliaram o alcance e a efetividade da mediação nas comunidades, promovendo uma cultura de resolução extrajudicial de conflitos.

Definição de termos técnicos para a meta

Mediação de Conflitos: é um processo autocompositivo segundo o qual as partes em disputa são auxiliadas por uma terceira parte, neutra ao conflito, sem interesse na causa, para auxiliá-las a chegar a uma composição. Este terceiro, imparcial, facilitará a negociação entre pessoas em conflito,habilitando-as a melhor compreender suas posições e a encontrar soluções que se compatibilizem aos seus interesses e necessidades.

A Meta 43 foi executada em 70 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 43 - Implementar as ações do Plano Juventude Viva como estratégia de prevenção à violência, ao racismo e à exclusão da juventude negra e de periferia

Relato da Meta 43

Lançados, em 21 de agosto de 2015, o Mapa da Juventude, o Guia da Juventude e o Portal da Juventude. Rede Juventude Viva: contratados 26 articuladores territoriais para atuar nos territórios prioritários da rede Juventude Viva; formalizados e concluídos 20 convênios para apoio a projetos de prevenção à violência da juventude negra e de periferia nestes territórios.

Constituição do Comitê Intersecretarial e Comitês Territoriais do Plano na Zona Sul, Brasilândia, São Mateus e Itaim Paulista. Realizadas 50 oficinas de mobilização juntos aos Comitês Territoriais do Plano Juventude Viva nos territórios da Freguesia do Ó, Pirituba, Perus, M’Boi Mirim e Campo Limpo.

Realização de 2 Seminários da Juventude, sendo um no CEU Casablanca (Campo Limpo) e outro em Itaim Paulista. Também foi realizado 01 Concurso de Comunicação Juventude Viva, com 12 trabalhos premiados, em 2015.

Formadas 02 turmas da Agência Jovem de Notícias - núcleos para realização de oficinas formativas de educomunicação, direitos humanos, juventude, participação cidadã e técnicas de jornalismo social e colaborativo.

Convênio com Ministério da Saúde vigente, para atendimento psicossocial a jovens e famílias vítimas de violência do Estado, nos territórios vulneráveis da cidade.

Definição de termos técnicos para a meta

Plano Juventude Viva: é uma iniciativa da Secretaria Geral da Presidência da República e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e reúne ações de onze Ministérios e campanhas de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade dos jovens à situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema. Em São Paulo a municipalização do Plano estará a cargo de treze secretarias e será monitorado pelo Comitê Gestor Juventude Viva criado por Decreto 54.511 de 25/10/2013.

A Meta 44 foi executada em 116 % - Meta está Superada

META 44 - Implementar 2 novos espaços de convivência e 8 novos serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência

Relato da Meta 44

Foram implantados 9 Serviços de Proteção e 2 Espaços de Convivência para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência

As subprefeituras beneficiadas são: Guaianases, Jaçanã, Penha, Parelheiros, São Mateus, Sapopemba, Vila Prudente, Freguesia do Ó, Butantã, Casa Verde e Sé.

Definição de termos técnicos para a meta

Serviço de Proteção à criança e adolescente vítima de violência: (SPVV) serviço referenciado que oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados por meio do atendimento social e psicossocial para atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência doméstica, abuso ou exploração sexual, bem como aos seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da auto-estima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida. Espaços de convivência para crianças e adolescentes: (ECCA) serviço que visa acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, oferecendo um espaço alternativo de sociabilidade entre a rua e o território de origem da família.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de Implantar um Programa Territorializado de Prevenção e Proteção às Vítimas da Violência.

Integrar os sistemas de saúde e assistência social no que refere à notificação de situações de violação e violência. (SMADS)

Publicação de portaria 1300/2015-SMS_G de institucionalização dos Núcleos de Prevenção de Violência em todos os serviços de Saúde do Município. (Definição - O Núcleo de Prevenção de Violência (NPV) corresponde à equipe de referência do Serviço de Saúde responsável pela organização do cuidado e articulação das ações a serem desencadeadas para a superação da violência e promoção da cultura de paz). Elaboração e publicação do Documento da Linha de Cuidado de atenção integral a Saúde da Pessoa em Situação de Violência Foi elaborado um projeto de educação permanente que teve início em agosto de 2016 envolvendo aproximadamente 4 mil profissionais da rede da saúde de todos os pontos de atenção. Ainda na saúde temos o sistema de vigilância de acidentes (SIVA) e violência (SINAN), que formam um banco de dados importante com relação aos casos de violência. Este banco de dados contribuí para a construção de políticas para o setor, além favorece as ações de assistência.

SMADS – Desaparecidos (SMADS)

Serviço pioneiro desenvolvido pela SMADS, que possibilita o reencontro de pessoas desaparecidas na capital paulista com seus familiares. O sistema funciona através do cruzamnto dos cadastro dos Centros de Acolhida da Prefeitura com os dados disponibilizados pelo Ministério Público, Polícia Civil e Secretaria da Saúde sobre pessoas desaparecidas.

Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Jovens e Adultos (CEDESP) (SMADS)

Um serviço que sofreu alteração de tipificação diante da análise da Secretaria foi o Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Jovens e Adultos (CEDESP), que passou a ser um serviço de convivência, com trabalho de fortalecimento de vínculos familiares, sociais e comunitários, em adição à sua característica de formação para o mundo do trabalho. Foram implantados 30 CEDESP. O trabalho de diagnóstico da Secretaria detectou que em muitos Centros para Juventude havia uma demanda por esse tipo de serviço, o que levou à reorientação dos serviços em diversos territórios.

Criação de Unidade Móvel de atendimento à mulher vítima de violência (SMPM)

Trata-se de ônibus especialmente adaptado que realiza atendimento multiprofissional nas regiões mais distantes do município e que já realizou mais de 450 atendimentos individuais e cerca de 23.000 orientações gerais, tendo visitado mais de 280 bairros.

Criação dos Centros de Referência da Mulher (SMPM)

Centros de Referência da Mulher (CRMs) existentes foram completamente reformados e modernizados. O CRM-Casa Eliane de Grammont, na Vila Clementino; CRM - Casa Brasilândia; CRM – “Onoris Ferreira Dias” em São

Miguel Paulista atendendo a uma reivindicação histórica das mulheres da região e o CRM de Capão Redondo, também forte reivindicação das mulheres na região sul da cidade. Esses novos serviços trazem como diferencial a ampliação de seu escopo de atuação atrelando o desenvolvimento de ações de promoção da autonomia econômica e cidadania das mulheres ao atendimento dos casos de violência. A fim de respeitar as especificidades locais e a diversidade das mulheres de cada região, todos os novos serviços da SMPM terão seu atendimento realizado por entidades locais parceiras conveniadas.

Instituição do Programa Guardiã Maria da Penha (SMSU)

Proteção de mulheres em situação de violência, por meio da atuação preventiva e comunitária da Guarda Civil Metropolitana. 340 Mulheres foram beneficiadas. Capacitação: oferta de curso para servidoras/es da GCM de formação de multiplicadores em enfrentamento da desigualdade de gênero e violência doméstica.

Objetivo 7: Promover a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer

A Meta 45 foi executada em 69 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 45 - Ampliar e modernizar 1 Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa e construir 1 Centro Olímpico de Iniciação e Formação

Relato da Meta 45

Desde março de 2014, Centro Esportivo Municipal Joerg Bruder, em Santo Amaro, passou a ser mantido pelo Instituto Península. Uma parceria viabilizou a implantação Foi implantado no Centro Esportivo Municipal Joerg Bruder um Núcleo de Alto Rendimento voltado para iniciação e formação de atletas em parceria com o Instituto Península, que fica responsável pela gestão do espaço por um período inicial de 5 anos.

O Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa de São Paulo (COTP) é um equipamento de referência no Brasil. Voltado ao esporte de alto rendimento, o COTP já existente passou por importantes reformas.

Definição de termos técnicos para a meta

Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa: Equipamento voltado ao esporte de alto rendimento, nos moldes de um clube, com foco em esportes olímpicos, tendo crianças e jovens participando das principais competições municipais, estaduais, nacionais e até internacionais, sem nenhum custo para atletas ou seus pais.

Centro Olímpico de Iniciação e Formação: Equipamento que permite o treinamento de modalidades olímpicas em suas categorias de base/formação com recurso humanos compatíveis e metodologia utilizada pelo Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa.

A Meta 46 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 46 - Criar 1 Parque de Esportes Radicais

Relato da Meta 46

O Centro de Esportes Radicais foi inaugurado em março de 2016 e constitui-se como o primeiro do gênero na cidade de São Paulo e um dos maiores da América Latina, com uma área de 38 mil m² . O espaço, com circuitos e pistas para diferentes modalidades, é voltado para prática de skate, bike BMX, patins inline, patinete e parkour.

Com investimentos de R\$ 13,4 milhões, conta ainda com ciclovias, pista de caminhada, área para shows e playground, em local de fácil acesso, na Marginal Tietê, tornando-se mais um espaço de lazer e diversão para o paulistano.

Definição de termos técnicos para a meta

Parque de Esportes Radicais: Skate, BMX e Patins in line, nas modalidades Street, Park e Vertical, nos níveis de Lazer, Recreação e Alto Rendimento, além de um local para receber eventos relacionados.

A Meta 47 foi executada em 63 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 47 - Promover a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer por 24 horas aos finais de semanas nas 32 subprefeituras

Relato da Meta 47

O programa Revirando a Virada tem como inovação a opção da prática esportiva em horário alternativo, pois os equipamentos contemplados permanecem abertos no período noturno dos sábados até o final da tarde de domingo, com programação ininterrupta. Profissionais de Educação Física acompanham as atividades noturnas e apresentam programação para o período.

O projeto foi implantado em 20 diferentes locais, beneficiando entre 400 a 2000 pessoas por equipamento.

Outras 12 subprefeitura não foram atendidas por falta de público na madrugada.

São oferecidas atividades de esportes, lazer e recreação como por exemplo futebol, vôlei, jogos e atividades lúdicas. A equipe de suporte conta com segurança, limpeza e monitores.

Definição de termos técnicos para a meta

Revirando a Virada: abertura das unidade da Secretaria Municipal de Esportes (centro educacionais, balneários, mini balneário, estádios e parques) para 24h de esportes durante os finais de semana.

A Meta 48 foi executada em 106 % - Meta está Superada

META 48 - Requalificar 50 equipamentos esportivos entre Centros Desportivos da Comunidade (CDC) e Clubes-Escola

Relato da Meta 48

Por requalificação entende-se reforma básica e, quando possível, implantação de novos serviços e/ou equipamentos. Foi composto um grupo intersecretarial para identificar os CDCs que poderiam passar pela requalificação e para definir a integração desse Centros com equipamentos de outras áreas, como educação ou saúde, por exemplo.

52 equipamentos esportivos passaram por reformas estruturais e outros 120 por pequenas reformas. Um dos equipamentos é o antigo Clube de Regatas Tietê, que foi reformado e reaberto para a população durante Evento Virada Esportiva em 20/09/2014.

Definição de termos técnicos para a meta

Clube Desportivo da Comunidade (CDC): unidades esportivas em terrenos municipais, mas de administração indireta. A gestão do espaço é feita por entidades da comunidade local com reconhecida vocação para o trabalho esportivo, legalmente constituídos em forma de associação comunitária ou eleitos pela própria população do bairro. São menores que os equipamentos diretamente administrados pela prefeitura.

Clube Escola: tem o objetivo de oferecer ao municipe em idade escolar a oportunidade de participar das atividades esportivas, recreativas e de lazer, nos Clubes Esportivos Municipais.

Clubes Esportivos Municipais: estruturas públicas que oferecem diversas atividades para a saúde, bem-estar, lazer e recreação da população de todas as regiões de São Paulo.

A Meta 49 foi executada em 22 % - Meta está Em andamento

META 49 - Construir 5 Centros de Iniciação Esportiva - CIE

Relato da Meta 49

4 Unidades dos Centros de Iniciação Esportiva com local definido e fonte de financiamento garantida.

As 4 unidades previstas estarão nas subprefeituras de Freguesia do Ó/Brasilândia, Campo Limpo, Lapa e Vila Prudente.

A competência para licitação e construção de quatro Centros de Iniciação Esportiva (CIE) foi transferida para SIURB/EDIF, que aguarda autorização do Ministério dos Esportes para início do processo. Não foi definido terreno para o quinto equipamento.

Definição de termos técnicos para a meta

CIE: O CIEs são instalações públicas multiesportivas para crianças e jovens inciarem a prática de modalidades olímpicas e paraolímpicas, localizado em áreas de vulnerabilidade social, voltados à iniciação esportiva e ao esporte de alto rendimento, estimulando a detecção de talentos e a formação de atletas.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de Promover a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer.

Clube Esporte Náutico Guarapiranga (SEME)

Uma nova área de lazer antes frequentada por aproximadamente 60 pessoas por mês, foi inaugurada em 19 de novembro de 2016 para atender os moradores do fundão do M’ Boi Mirim, na Zona Sul. Localizado às margens da represa Guarapiranga, no Jardim Horizonte Azul, o Clube Esportivo Náutico Guarapiranga oferece atividades esportivas e de lazer de graça para toda a comunidade.

O Clube foi adquirido pela Prefeitura em julho deste ano, quando foi assinado acordo junto à Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, antiga proprietária. Para a desapropriação, foram investidos quase R\$ 11 milhões.

Com aproximadamente 300 mil metros quadrados de área verde, o novo clube conta com três piscinas, 98 quiosques com churrasqueiras públicas, palco coberto para shows (com capacidade para receber mais de 10 mil pessoas), campo gramado de futebol oficial, campo gramado de futebol society, 3 quadras poliesportivas, quadra de futebol de salão, 3 quadras de tênis, dois campos de bocha, salão de jogos, salões para atividades físicas e uma base da Guarda Civil Metropolitana Ambiental, com viaturas e efetivo 24 horas por dia.

Clube Esportivo Tietê (SEME)

De modo a garantir a ampliação de infraestrutura esportiva, contemplando a diversidade das práticas, a Prefeitura de São Paulo entregou à população o Centro Esportivo Tietê, resgatando o antigo Clube de Regatas Tietê, que se encontrava abandonado.

Academias ao Ar Livre (SEME)

Entre 2013 e 2015, a SMSP instalou mais de 300 Academias da Saúde pela praças e parques da cidade. As subprefeituras mais beneficiadas foram Pirituba, Capela do Socorro e Campo Limpo. Por sua vez, a SEME firmou convênio para instalação de 150 Academias ao Ar Livre em equipamentos esportivos.

Adesão ao Cidades do Esporte (SEME)

Os prefeitos das 12 cidades-sede da Copa do Mundo firmaram a carta compromisso do programa, comprometendo-se com as metas de ampliar o acesso do esporte e atividade física para a população, melhorar o esporte nas escolas e consolidar um sistema público esportivo de longo prazo. Entre as boas práticas da cidade de São Paulo, o "Cidades do Esporte" destaca: Jogos da Cidade de São Paulo; Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa; Circuito Popular de Corridas de Rua; Programa Vem Dançar; Taça Cidade de São Paulo.

Amigo do Esporte (SEME)

A SEME oferece oportunidade de aprendizado profissional a estudantes de Nível Superior. O estágio é supervisionado/orientado por profissionais do quadro da municipalidade, possibilitando a experiência prática, complementando a formação teórico-acadêmica dos estudantes.O estágio tem carga horária de 20 horas semanais, distribuídas de acordo com as necessidades dos projetos/áreas, e é remunerado através do pagamento de bolsa-auxílio com valor atual de R\$ 690,00 mais o Auxílio Transporte.

Além disso, o programa Amigo do Esporte (AME) tem o objetivo de recrutar uma equipe de trabalho formada por pessoas com espírito de grupo, junto aos principais projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes. É uma reunião de voluntários que tenham a intenção de participar, de forma mais ativa, do processo social-esportivo, contribuindo para a cidadania e para a Cultura de Paz no município. Ao mesmo tempo, todos os participantes descobrem uma incrível ferramenta de promoção de saúde, qualidade de vida e consciência comunitária. Existem parcerias com os Clubes Escola, programas da SEME e o maior foco é a Virada Esportiva.

Fortalecer Olimpíadas Estudantis (SEME)

As Olimpíadas Estudantis são disputadas entre toda a rede de Municipal de Ensino público da Cidade de São Paulo, atingindo os educandos, entre 07 e 17 anos de idade.

A coordenação das atividades das Olimpíadas Estudantis e Interceus está sob responsabilidade da Coordenadoria dos CEUs e Educação Integral (COCEU), da Diretoria de Divisão de Esporte, Corpo e Movimento (DIESP), integrantes das Diretorias Regionais de Educação (DRE/DICEU), responsáveis pelo Esporte, formando o Grupo de Trabalho (GT) de acordo com a portaria 2.587, de 24 de março de 2016 - a quem cabe organizar, analisar, avaliar e definir a forma de disputa dos jogos e eventos.

Os Jogos envolvem as 13 Diretorias Regionais de Educação do Município de São Paulo e são compostos por 4 modalidades coletivas (Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol) e 5 modalidades individuais (Atletismo, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Tênis, Tênis de Mesa) disputados por meninas e meninos nas categorias infantil, mirim e pré-mirim. Apenas nas modalidades coletivas são 312 competições acontecendo ao mesmo tempo.

Gestão Compartilhada dos CEUs

Os CEU passaram a ter gestão compartilhada entre SME, SMC e SEME. A mudança propicia uma maior integração entre Educação, Cultura, Esporte e Lazer, permitindo que escolas, centros esportivos e espaços culturais, como bibliotecas e teatros, ganhem uma perspectiva colaborativa e mais abrangente, que também envolva a comunidade.

Virada Esportiva (SEME)

A Virada Esportiva caracteriza-se pela descentralização das atividades esportivas e participação da população. As atividades acontecem por 34 horas e contam com 130 modalidades intercaladas e distribuídas por toda cidade. Entre eventos e locais tradicionais, como a Corrida 24 Horas e as atividades da Arena Anhangabaú, e novas atrações, como a aventura no Extremo Sul e o Simulador de Queda Livre, na Zona Norte, foram mais de 2 mil atividades.

Projeto Viva o Campinho (SEME)

Projeto Viva o Campinho foi lançado com o intuito de incentivar a transformação social em comunidades de São Paulo por meio da reforma de campos de futebol ou centros comunitários de esporte. No total,foram investidos 15 milhões na recuperação de 40 espaços, que contarão com grama sintética, piso nivelado, alambrado e iluminação.

Lei Municipal de Incentivo ao Esporte (SEME)

A Lei Municipal de Incentivo ao Esporte – Lei 15.928 de 19 de dezembro de 2013, permite que pessoas físicas e jurídicas, contribuintes da Cidade de São Paulo dos impostos como o Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) do Município de São Paulo, destinem uma parte do seu imposto devido para fomentar projetos esportivos na cidade aprovados pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação - SEME, recebendo assim incentivos fiscais de até 50% do valor devido exercendo sua cidadania ao escolher projetos que possam acompanhar e patrocinar, elaborados por associação sem fins lucrativos com natureza esportiva ou por atleta em nome próprio, uma nova oportunidade para o proponente.

Novos espaços para a prática do skate (SEME)

Entre parques, praças, CEUs, centros esportivos (CEE) e clubes da comunidade (CDC), a Prefeitura de São Paulo oferece atualmente 162 pistas de skate na cidade. Entre as pistas recentemente inauguradas, destacam-se: Parque Dom Pedro II; Chácara do Jockey; Centro Esportes Radicais; CDC Elísio Siqueira (Brasilândia); Praça Brasil (Itaquera); Praça do Trabalhador (Parelheiros); Centro Esportivo Ermelino Matarazzo; CEU Aricanduva; Anália Franco; Praça Roosevelt. Em uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o projeto "Andando no CEU Zona Leste" desenvolvida pela Organização Skate Solidário oferece aulas de skate em sete CEUs da Zona Leste que dispõem de pista específica para a prática do esporte: Aricanduva, Vila Curuçá, Parque Veredas, Jambeiro,

São Mateus, São Rafael, Rosa da China. O projeto também é realizado no CEU Meninos, na zona sul da capital paulista. A parceria também desenvolve o projeto “Skate Solidário no Paraísoópolis”, realizado no CEU Paraísoópolis, que atende aproximadamente 150 crianças e adolescentes.

Gramado Sintético em CDCs (SEME)

Como forma de promover o futebol amador na cidade de São Paulo, 42 CDCs tiveram seus campos recuperados com grama sintética, piso nivelado, alambrado e iluminação.

Objetivo 8: Promover, ampliar e qualificar ações voltadas à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência

A Meta 50 foi executada em 140 % - Meta está Superada

META 50 - Tornar acessíveis 850 mil m² de passeios públicos

Relato da Meta 50

Foram 1.194.662,74 metros quadrados de passeios públicos tornados acessíveis na cidade. Houve ainda a padronização e readequação de passeios públicos em vias estruturais, em rotas estratégicas e diante de prédios municipais, com adequações em acessibilidade e um conjunto de intervenções: implantação de rampas, colocação de piso tátil, e outras medidas, implementando novo conceito de passeio público, organizando a localização do mobiliário urbano, garantindo livre circulação de pedestre e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A execução do serviço segue os padrões estabelecidos pela Portaria Intersecretarial 04/SMSP/SMPED publicada em 06/2008 que estabelece diretrizes executivas para passeios públicos em concreto moldado "in loco".

Definição de termos técnicos para a meta

Acessibilidade: Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transportes e dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Caminho Seguro: Percurso segregado da via destinado a circulação de pedestres de forma a permitir seu deslocamento com segurança e autonomia, inclusive para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Rotas Turísticas: Caminho seguro no entorno de pontos turísticos.

A Meta 51 foi executada em 71 % - Meta está em andamento com benefícios à população

META 51 - Garantir a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida em 100% da frota de ônibus

Relato da Meta 51

Em 2012, eram 7.580 veículos acessíveis.Em 2016, a frota conta com 12.677 ônibus com acessibilidade, de um total de 14.713 veículos. Ou seja, mais de cinco mil novos ônibus acessíveis.

A frota acessível tem capacidade para transportar diariamente cerca de 4 milhões de usuários, o equivalente à população somada de Manaus e Curitiba.

Além disso, o Serviço de Atendimento Especial – Atende – disponibiliza 388 vans adaptadas que atendem 4.880 pessoas com deficiência, mais 3.587 acompanhantes. Também foram incorporados 45 táxis acessíveis ao Atende.

A cidade conta também com o Bilhete Único para passageiros especiais, que garante deslocamento gratuito no sistema municipal de transporte coletivo às pessoas com deficiência física ou intelectual. No total, são 201.192 beneficiários ativos com Bilhete Único de passageiros especiais – Pessoa com deficiência.

A garantia de 100% de acessibilidade física na frota somente poderá ocorrer após a retomada da renovação dos contratos de concessão, cujo cronograma sofreu adiamento para possibilitar ampla discussão popular, nos conselhos de participação e Câmara Municipal.

A frota está toranando-se acessível conforme necessidade de substituição dos ônibus. Todo novo ônibus adquirido deve ser obrigatoriamente acessível.

Definição de termos técnicos para a meta

Frota Acessível: ônibus com acesso para as pessoas com mobilidade reduzida, em duas modalidades - veículos com piso baixo e rampa de acesso ou com plataforma elevatória (e.g. "elevador" para veículos com degraus de acesso) e com sinalização sonora, tátil e visual para acesso de pessoas com deficiência visual e auditiva.

A Meta 52 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 52 - Garantir a oferta de vagas a todas as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e seu acompanhamento nos moldes do BPC Escola

Relato da Meta 52

O levantamento dos beneficiários do BPC é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

A oferta depende da procura dos pais ou responsáveis pelas crianças beneficiárias do BPC. No Estado de São Paulo, 2.025 crianças e jovens são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Dentre eles, 627 se encontram matriculados em unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino. Garantia das vagas ocorrendo regularmente, o que significa dizer que todos os alunos que procuraram o serviço foram atendidos.

Definição de termos técnicos para a meta

BPC: Benefício da Política de Assistência Social que garante o pagamento de 1 salário mínimo a todas as pessoas com deficiência (em qualquer idade).

BPC na Escola: tem como objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC.

A Meta 53 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 53 - Efetivar o funcionamento da Central de Libras

Relato da Meta 53

Central de Intérprete de Libras - CIL inaugurada em 22 de setembro de 2015. Prestação de serviço na SMPED, in loco (onde o beneficiário precisar) e telepresencial.

Adesão ao Plano Nacional Viver sem Limite e instituído o Plano Municipal de Ações Articuladas para as Pessoas com Deficiência São Paulo mais Inclusiva.

Adesão à Central de Interpretação de Libras - CIL do Governo Federal

A CIL conta com tecnologia de tradução, intérprete e guia-interpretação para atendimentos presenciais e telepresenciais.

O atendimento deverá ser 24 horas e direcionado às pessoas surdas ou com deficiência auditiva e surdocegas, conforme estabelecido pela Lei 14.441/07. A Central atenderá toda a cidade e deverá proporcionar a comunicação dos municípes surdos ou com deficiência auditiva e surdocegos nos serviços municipais a partir de modalidade presencial e virtual.

Definição de termos técnicos para a meta

Tradução /Interpretação da Libras/Português: Serviço de mediação entre surdo ou com deficiência auditiva, usuário da Libras e o atendente do órgão público.

Guia-Interpretação: Fornecimento de Guia-Intérprete para atendimento presencial ao municípe surdocego nos serviços municipais

A Meta 54 foi executada em 110 % - Meta está Superada

META 54 - Revitalizar os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), assegurando a formação de professores e o acompanhamento aos alunos com deficiência matriculados na Rede Municipal de Ensino

Relato da Meta 54

A ação de revitalização prevê a modernização dos equipamentos, atualização do acervo bibliográfico, produção e aquisição de novos materiais, ações de formação continuada dos professores, desenvolvimento de técnicas para o acompanhamento e supervisão do trabalho realizado nas Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão.

Projetos dentro da meta:

Projeto I: Ampliação do quadro de profissionais dos CEFAl de 4 para 8 Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI), totalizando no mínimo, 104 profissionais. Esta ação possibilita o acompanhamento mais próximo às unidades escolares a aos alunos. Foram ampliados os quadros de profissionais nos CEFAlS, e hoje o total é de 119 profissionais, superando a meta inicialmente proposta.

Projeto II: Ampliação da Oferta do Atendimento Educacional Especializado pela criação de 150 novas Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão. Foram criadas 181 novas Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão, superando a meta inicialmente proposta.

Projeto III: Ofertar cursos na área de Educação Especial para, no mínimo, 6000 educadores por ano, num total de 26.000 educadores. Formação oferecida aos professores especialistas e aos das classes regulares e demais profissionais da educação: mais de 36.000 vagas em cursos optativos e em nível de pós-graduação aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, superando a meta inicialmente proposta.

Projeto IV: Ampliação das visitas de acompanhamento aos alunos com deficiência nas Unidades Educacionais, bem como a formação continuada, em serviço, dos educadores, garantindo no mínimo 20.000 atendimentos. Ampliação do número de escolas participantes do Programa Escola Acessível, com recursos de acessibilidade às Unidades Educacionais contempladas fornecidos pelo MEC – ampliação de 1300% em relação a 2012. Foram ainda realizados 28.485 atendimentos, superando a meta inicialmente proposta.

Definição de termos técnicos para a meta

CEFAI: Centros de formação e Acompanhamento a Inclusão - é responsável por desenvolver ações de formação e projetos, produzir materiais, orientar e supervisionar as Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI), além de dispor de acervo bibliográfico e de disponibilizar equipamentos específicos para alunos com necessidades educacionais especiais.

SAAI: Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - atende a alunos com necessidades educacionais que podem ou não se relacionar com deficiências, limitações ou disfunções no processo desenvolvimento, assim como com situação de superdotação ou altas habilidades. Este espaço se constitui como um serviço de apoio pedagógico especializado, desenvolvido por professores especializados. A Unidade Educacional é quem requisita a instalação desta sala e disponibiliza o serviço para os alunos da própria escola ou de outras Unidades da Rede Municipal de Ensino de seu entorno, onde não exista tal atendimento.

A Meta 55 foi executada em 130 % - Meta está Superada

META 55 - Implantação de 10 residências inclusivas para pessoas com deficiência

Relato da Meta 55

14 Residências Inclusivas foram implantadas na seguintes subprefeituras: 4 unidades em Aricanduva, 2 em Santo Amaro, 3 em São Mateus, 2 na Sé, 2 em Vila Prudente e 1 na Mooca.

Além disso, foram implantados 7 novos Núcleos de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência, serviço que promove a inclusão social da pessoa com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária.

O público-alvo do Serviço de Acolhimento Institucional em Residência Inclusiva são jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente aqueles atendidos pelo Benefício de Prestação

Continuada - BPC, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar e/ou que estejam em processo de desinstitucionalização de instituições de longa permanência.

Definição de termos técnicos para a meta

Residência Inclusiva: unidade que oferta Serviço de Acolhimento Institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, conforme estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

A Meta 56 foi executada em 68 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 56 - Implantação de 5 Centros Especializados de Reabilitação (CER)

Relato da Meta 56

Foram entregues dois novos Centros Especializados de Reabilitação (CER) IV - São Miguel Paulista e Ipiranga. Além disso, foram readequados e requalificados 15 Núcleos Integrados de Reabilitação/Núcleos Integrados de Saúde Auditiva (NIR/NISA) transformados em CER (08 CER II, 05 CER III e 02 CER IV).

Nos CER são realizados tratamentos especializados em reabilitação, diagnóstico, avaliação e orientação.

Meta não foi concluída em virtude do cenário de restrição orçamentária. No entanto as duas unidades estão com projetos executivos finalizados e prontas para licitar a execução de serviços e obras para construção.

Definição de termos técnicos para a meta

Centro Especializado de Reabilitação: serviço de atendimento de pacientes, em todas as faixas etárias, que necessitam de tratamento especializado em reabilitação, diagnóstico, avaliação e orientação, dentro de uma estrutura adequada à sua condição física e mental.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de promover, ampliar e qualificar ações voltadas à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

Moradia acessível para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (SEHAB)

Todas as unidades habitacionais foram licenciadas de acordo com as legislações federal, estadual e municipal, que exigem, entre outras medidas, o atendimento às normas de acessibilidade.

Garantia de educação bilíngue para surdos (SMPED)

Desde 2013 a SME desenvolve diversas ações de implementação da Educação Bilíngue no município de São Paulo: ampliação da carga horária do componente curricular “Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS” nas EMEBS; introdução da docência compartilhada – professor regente de LIBRAS e professor bilíngue nas EMEBS, credenciamento de intérprete e guia intérprete de LIBRAS e Instrutor de LIBRAS e formação em deficiência múltipla/surdocegueira para os educadores.

As Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBS e Unidades Polo de Educação Bilíngue para Surdos destinam-se às crianças, adolescentes, jovens e adultos com surdez, com surdez associada a outras deficiências, limitações, condições ou disfunções, e surdocegueira na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Nas EMEBS, o atendimento se dá em turmas com número de educandos reduzido, professores especializados e matriz curricular específica, sendo o trabalho com as áreas de conhecimento realizado em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e o ensino de língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. Estão localizadas nos seguintes territórios: Freguesia do Ó/Brasília, Ipiranga, Jaçanã/Tremembé, Penha, Pirituba/Jaraguá e Santo Amaro.

Nas Unidades Polo, o atendimento ocorre nas classes bilíngues, denominadas Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - SAAI Bilíngue, com professores especializados.

Na Educação Infantil, no Ciclo de Alfabetização e no 4º e 5º ano do Ciclo Interdisciplinar o atendimento é exclusivo na SAAI Bilíngue I, sendo o trabalho com as áreas de conhecimento realizado em LIBRAS como primeira língua e o ensino de língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. No 6º ano do Ciclo Interdisciplinar e no Ciclo Autoral, a SAAI Bilíngue II trabalha com os educandos surdos matriculados nas classes comuns e a disciplina de Língua Portuguesa é ministrada com metodologia de ensino de segunda língua.

Para estes educandos, as Unidades Polo disponibilizam Intérpretes de LIBRAS que realizam a interpretação das duas línguas: Libras/Língua Portuguesa/Libras e Língua Portuguesa/Libras/Língua Portuguesa, de maneira simultânea e consecutiva. Os intérpretes também viabilizam a comunicação entre usuários e não usuários de Libras junto à comunidade educativa.

Além da SAAI Bilíngue I e II, as Unidades Polo têm a SAAI Bilíngue Complementar, que oferece o Atendimento Educacional Especializado - AEE no contraturno.

Estão localizadas nas regiões de Campo Limpo e São Mateus.

As EMEBS e Unidades Polo também contam com o apoio de Instrutores de LIBRAS, responsáveis pelo ensino da língua de sinais aos profissionais da escola, famílias e comunidade e Guias Intérpretes de Libras que fazem a mediação da comunicação nas Unidades Educacionais que têm educandos com surdocegueira matriculados.

Objetivo 9: Promover uma cultura de cidadania e valorização da diversidade, reduzindo as manifestações de discriminação de todas as naturezas

A Meta 57 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 57 - Criar e efetivar a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial

Relato da Meta 57

Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial criada em maio (Lei 15.764/2013).

III Conferência de Promoção da Igualdade Racial

Evento Mês da Consciência Negra realizado em novembro de 2014

Samba reconhecido como patrimônio imaterial

A implementação da Secretaria torna possível a institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial tendo como instrumento o Plano Municipal da Igualdade Racial do município de São Paulo.

A Meta 58 foi executada em 138 % - Meta está Superada

META 58 - Viabilizar a implementação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 que incluem no currículo oficial da rede de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Relato da Meta 58

Total de 33.052 professores capacitados para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas e 5.190 em outras formações desta temática.

Publicados 2 volumes de uma edição especial para o município sobre História Geral da África em parceria com o MEC, para uso na rede municipal de ensino.

Projeto Leituraço: Desenvolvido dentro do Novembro Negro, é promovido um leituraço de literatura africana e afro brasileira junto às crianças da rede municipal de ensino e seus respectivos professores em sala de leitura. Participaram aproximadamente 1 milhão de estudantes e professores em 25 mil salas de aulas.Programa Vem Dançar Novembro Negro - 2013 (Anhangabaú) e 2014 (Clube Juventus): Ação da Secretaria Municipal de Esportes junto à comunidade de mulheres idosas, provenientes dos 49 clubes municipais, para a promoção do lazer através do dançar. Participaram aproximadamente 3 mil pessoas.

Formação sobre a temática étnico racial para os bibliotecários de todas as bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura. Além disso, foi ampliado o acervo de livros relacionados ao tema.

Projeto Temático de Lutas e Artes Marciais: ampliação da oferta de curso de capoeira de 8 para todos os 49 centros esportivos municipais.

Definição de termos técnicos para a meta

Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008: Leis que incluíram no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

A Meta 59 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 59 - Criar e efetivar a Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres

Relato da Meta 59

A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo (SMPM), órgão da Administração Municipal Direta, foi criada em 01 janeiro de 2013 e regulamentada através da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013. Fruto da reforma administrativa proposta pela Prefeitura e do compromisso da gestão com a demanda histórica dos movimentos de mulheres, reafirmada nas Conferências Municipais de Política paras as Mulheres. A SMPMtem como finalidade assessorar, coordenar e articular junto à Administração Pública Municipal a formulação, proposição, acompanhamento e implementação de ações governamentais para promoção da igualdade entre mulheres e homens, visando a ampliação dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais das mulheres para melhoria da qualidade de vida, a implementação de ações de enfrentamento à violência, bem como de ampliação da autonomia e participação na sociedade.

No ano de 2013 foi elaborado o primeiro plano de ação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo (SMPM) priorizando as diretrizes governamentais e apresentando um conjunto de propostas para compor os programas, projetos e atividades do orçamento de 2014. No dia 01/01/2014 a SMPM obteve sua unidade orçamentária própria.

No dia 05/12/2013 foi criado através do Decreto 54.660 o Conexão Mulher - Comitê Intersecretarial de Políticas para as Mulheres - que articula 19 secretarias municipais que tem como objetivo garantir que as políticas de gênero sejam incorporadas nas ações das diversas secretarias.

A Meta 60 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 60 - Reestruturar os 5 Centros de Cidadania da Mulher, redefinindo suas diretrizes de atuação

Relato da Meta 60

Os 05 Centros de Cidadania da Mulher passaram por reformas e foram entregues a população em 2016.

Os Centros de Cidadania da Mulher são espaços voltados para atividades de empoderamento das mulheres, mediante a realização de ações direcionadas à autonomia econômica, participação política, promoção da cidadania e garantia de direitos. Também acolhe, atende e avalia as situações de violência dando encaminhamento aos casos mais complexos aos Centros de Referência da Mulher (CRM).

Além dos 05 CCM, 02 Centros de Referência da Mulher (CRM) foram completamente reformados e modernizados. O CRM - Casa Eliane de Grammont, na Vila Clementino foi entregue à população em agosto/2015, o CRM - Casa Brasília foi entregue à população em março/16.

A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo (SMPM-SP) firmou um convênio através de emenda parlamentar federal para modernização total dos mobiliários, eletrodomésticos e computadores dos 05 Centros de Cidadania da Mulher,além de um segundo convênio para implantação do projeto de Formação de Grupos Produtivos de Economia Solidária visando à promoção da autonomia econômica das mulheres. Na primeira fase do projeto 300 mulheres passaram pela sensibilização e na segunda etapa serão formados 10 grupos produtivos, sendo 2 por CCM totalizando 175 mulheres. Esse projeto tem suporte da Incubadora Municipal de Economia Solidária da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo.

No ano de 2015 a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo (SMPM-) firmou contrato com profissionais de oficinas livres para aplicar oficinas gratuitas para mulheres acima de 18 anos nas seguintes modalidades: CCM Santo Amaro: Expressão Corporal e Defesa Pessoal; CCM Perus: Expressão Corporal; CCM Parelheiros: Afromix; CCM Capela do Socorro: Ginástica Localizada; CCM Itaquera: Defesa Pessoal.

Definição de termos técnicos para a meta

Centros de Cidadania da Mulher (CCM): equipamento público que se constitui como espaço de qualificação e formação da cidadania ativa, no qual as mulheres podem se organizar para defender seus direitos sociais, econômicos e culturais, propor e participar de ações e projetos que estimulem a implementação de políticas de igualdade e potencializar, por meio do controle social, os serviços públicos existentes, de tal modo a atender a suas necessidades e da sua comunidade, com vistas a superação das desigualdades de gênero.

A Meta 61 foi executada em 95 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 61 - Desenvolver ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual

Relato da Meta 61

Lançado o Programa Transcidadania, no Dia Nacional da Visibilidade Trans (29/janeiro/2015), com o objetivo de promover os direitos humanos de 100 travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social a partir de ações integradas de educação, saúde, trabalho e assistência social. Em Janeiro de 2016, após um ano do Programa Transcidadania, foram anunciadas 100 novas bolsas, já implementadas.

Foram ainda inaugurados 4 Centros de Cidadania LGBT, na região do Arouche/República, em Santo Amaro, em São Miguel Paulista e Parada Inglesa, visando reestruturar e expandir a rede de proteção social à população LGBT a partir do trabalho de colaboradores das áreas do direito, psicologia, e serviço social propiciando atendimento adequado à vítimas de violação dos direitos humanos.

Inaugurados 4 unidades móveis de atendimento ao público LGBT circulando nas regiões centro, norte, sul e leste.

Realizada de 4 Paradas do Orgulho LGBT em 2013, 2014, 2015 e 2016.

Realizadas ações de intervenção cultural e ocupação pela cidadania no Largo do Arouche com o desenvolvimento do projeto #WikiPraqa.

Definição de termos técnicos para a meta

Diversidade Sexual: designa as várias formas de expressão da sexualidade humana Homofobia: ódio ou aversão que gera discriminação e/ou violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)

A Meta 62 foi executada em 50 % - Meta está Em andamento

META 62 - Implantar a Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos

Relato da Meta 62

Instituído o Grupo de Trabalho de elaboração de instrumentos normativos e modelo de gestão da Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos, pela Portaria 088/SMDHC/2016.

Novo contrato 156 tem canal de atendimento voltado exclusivamente para o público da Secretaria de Direitos Humanos para denúncia de casos de violação de direitos.

A Ouvidoria faz conexão com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e será o interlocutor do Disque 100 em âmbito local.

Por meio destes serviços, faz o recebimento e registro de violações a direitos humanos, orientações e encaminhamentos, assim como o monitoramento das violações. As informações da Ouvidoria podem subsidiar a base do Centro de Informações em Direitos Humanos, relatórios e estudos para o fortalecimento das políticas públicas no município. O serviço Disque 100 fará o encaminhamento das denúncias lá recebidas. Com base nesta parceria será desenvolvido um sistema informatizado de encaminhamento de denúncias na Ouvidoria municipal, que se dará a partir de módulos temáticos de tipos de violações de direitos, por exemplo, contra crianças e adolescentes, população LGBT, idosos, denúncias de tortura e racismo.

Em busca de local para implantação, junto com o Balcão de Atendimento.

Definição de termos técnicos para a meta

Ouvidoria de Direitos Humanos: canal de atendimento direto à população para recebimento de denúncias sobre violações aos direitos humanos e encaminhamento à rede de garantia de direitos

A Meta 63 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 63 - Implementar a Educação em Direitos Humanos na rede municipal de ensino

Relato da Meta 63

6.265 educadores da rede municipal formados até julho de 2016 por meio de seminários, cursos presenciais e à distância. Foram qualificados 650 servidores municipais no tema de educação em direitos humanos.

Realizado 2º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, incluindo a categoria Grêmios Estudantis em 2014, e realizado o 3º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos em dezembro de 2015.

Implantados 4 Centros de Educação em Direitos Humanos nos CEUs Pêra Marmelo (oeste), São Rafael (leste), Jardim Paulistano (norte) e Casa Blanca (sul).

7º Festival Entretodos de Curta Metragem em Direitos Humanos realizado em 2014 e 8º Festival Entretodos de Curta Metragem em Direitos Humanos realizado em 2015

Caderno de Orientações e 4 cadernos temáticos sobre EDH produzidos e distribuídos para escolas.

Formados 300 servidores da Prefeitura de São Paulo no curso Formação dos Servidores Públicos Municipais em Direitos Humanos e Cidadania.

Definição de termos técnicos para a meta

Educação em Direitos Humanos (EDH): promove a formação para a cidadania e a democracia, através do conhecimento e do exercício de direitos.

A Meta 64 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 64 - Criar a Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça no âmbito do Executivo municipal

Relato da Meta 64

Realizado os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade, criada pela Lei Municipal nº 16.012, de 16 de junho de 2014, e instalada no Edifício Ramos de Azevedo, onde situa-se o Arquivo Histórico de São Paulo. O relatório final das atividades e levantamentos acerca das vítimas da violência do Estado durante o Regime Militar foi publicado no Diário Oficial do Município no dia 15 de dezembro de 2016.

Sancionada a alteração do logradouro do Elevado Costa e Silva - Minhocão - para Presidente João Goulart, no dia 25 de julho de 2016. O programa Ruas de Memória prevê, ainda, alterar o nome de mais de 40 ruas, pontes, praças e viadutos de São Paulo relacionados à ditadura.

Identificação dos restos mortais da vala clandestina de Perus: acordo de cooperação firmado com SEDH/MJ e UNIFESP. Já foram transportadas 433 caixas do cemitério do Araçá para o laboratório (de um total de 1049 caixas), sendo que 282 estão em análise por equipe multidisciplinar, seguindo metodologia de antropologia forense internacional.

Continuidade das ações nas áreas de educação, cultura e mobilização social para marcar e refletir sobre o que foi o golpe por meio da realização de 12 seminários para a formação de alunos e 1.160 professores em parceria com as Diretorias Regionais de Educação. Planejamento e construção conceitual das formações 2015 em curso.

1.000 kits do Direito à Memória e à Verdade contendo publicações de referência no tema adquiridos, dos quais 300 foram entregues para as Diretorias Regionais de Educação e todas as bibliotecas municipais, ônibus-biblioteca, bosques de leitura, pontos de leitura. O restante dos kits foi distribuído mediante participação das escolas em atividades de formação de professores organizadas pela SMDHC junto às 13 Diretorias Regionais de Ensino ao longo de 2015.

Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos da ditadura inaugurado no Parque do Ibirapuera dia 08 de dezembro de 2014, no Festival de Direitos Humanos.

Definição de termos técnicos para a meta

Comissão da Verdade: tem como objetivo examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no município de São Paulo no período de 1964 a 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, à luz da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei Federal 12.528/2011

Sítios de memória: são locais que estiveram de alguma forma relacionados às violações de direitos humanos ocorridas durante o período militar ou locais simbólicos escolhidos para prestar homenagens aos mortos e desaparecidos durante esse período. Nesses lugares serão construídos memoriais para resgatar e registrar esses fatos, entre os quais monumentos, centros de reflexão, placas de identificação, entre outros.

A Meta 65 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 65 - Criar e implantar a Política Municipal para Migrantes e de Combate à Xenofobia

Relato da Meta 65

Inaugurado o primeiro Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes de São Paulo (CRAI), fruto de parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS) e o Ministério da Justiça (MJ), com 150 vagas para acolhimento de imigrantes Até Abril de 2015 haviam sido realizados 1.025 atendimentos entre os serviços de acolhida e de referência.

Realizado mutirão para inscrição de imigrantes e refugiados no Cadastro Único, porta de entrada para programas sócioassistenciais do governo federal, como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, Passe Livre e Carteira do Idoso. Nos dias de cadastramento, durante o Festival de Direitos Humanos em 2014 foram inseridos 374 imigrantes.

Assinatura de Acordos de Cooperação com Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil para promover a bancarização de imigrantes.

Eleição de 20 imigrantes para os Conselhos Participativos, de 13 nacionalidades, em 19 Subprefeituras da cidade, com participação de 1700 eleitores.

Realização da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes. A conferência foi construída por meio de uma comissão composta por 14 organizações da sociedade civil e 14 secretarias municipais. Participaram dela 695 pessoas de 28 nacionalidades difentes, que aprovaram 57 propostas e elegeram 50 delegados para a 1ª Conferência Nacional sobre migrações e refúgio (COMIGRAR)

Oferta de curso de português à população migrante de São Paulo: foram 120 vagas ofertadas via PRONATEC em 2014; 60 vagas ofertadas pela Fundação Paulistana, e turma com 200 vagas em dezembro de 2015, pelo PRONATEC.

Definição de termos técnicos para a meta

Migrante: é toda a pessoa que se transfere de seu lugar habitual de residência para outro lugar, região ou país.

Xenofobia: preconceito que engendra discriminação e/ou violência contra pessoas migrantes principalmente em razão de sua origem territorial diversa.

A Meta 66 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 66 - Fortalecer os Conselhos Tutelares, dotando-os de infraestrutura adequada e oferecendo política permanente de formação

Relato da Meta 66

Criados 8 novos Conselhos Tutelares na cidade (subprefeituras Campo Limpo, Jaraguá, Itaquera, Cidade Líder, Cidade Tiradentes, Perus, Jaçanã, Ipiranga) e em funcionamento desde março de 2016, com a posse dos novos conselheiros eleitos no pleito de fevereiro do mesmo ano.

Entrega de Kits do Governo Federal aos 44 Conselhos Tutelares do Município (incluindo carro, geladeira, bebedouro, impressora e 5 computadores) e formação dos novos conselheiros realizadas.

Efetivada a mudança de sede dos Conselhos Tutelares de Casa Verde e Pedreira para imóveis com melhores condições de funcionamento.

Realizada a contratação de operadora de telefonia móvel que garantirá disponibilidade de telefonia para fins de plantão a todos os Conselhos Tutelares.

Realizada eleição dos 260 Novos Conselheiros Tutelares em fevereiro de 2016, com mandato 4 anos, em 380 pontos de votação distribuídos por toda a cidade. Ação contou com apoio das Secretarias de Governo, Coordenação de Subprefeituras e Educação.

Definição de termos técnicos para a meta

Conselho Tutelar: Conforme previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente, é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Entre suas atribuições estão: atender as crianças e adolescentes visando a aplicação de medidas específicas de proteção, atender e aconselhar pais ou responsáveis, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança e encaminhar ao Ministério Público notícia de fato contra os direitos da criança ou adolescente.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de promover uma cultura de cidadania e valorização da diversidade, reduzindo as manifestações de discriminação de todas as naturezas.

Fórum São Paulo Diverso (SMPIR)

O São Paulo Diverso – Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que objetiva contribuir para um desenvolvimento socioeconômico mais igualitário na cidade de São Paulo por meio da criação de mais oportunidades para a população afrodescendente.

A iniciativa busca fomentar políticas inclusivas e estimular empresas para a criação de ações afirmativas em sua gestão interna e em suas relações com stakeholders externos. O Fórum também pretende promover uma articulação entre empresas, empreendedores afrodescendentes, e representantes do poder público para a ampliação da oferta de empregos e a criação de novos negócios.

Lei 15.939/2013 que criou o sistema de cotas raciais para 20% das vagas de cargos efetivos, empregos públicos e cargos em comissão (SMPIR)

Decreto 54.949 de 21 de março de 2014, posteriormente aperfeiçoado pelo Decreto 57.557 de 21 de dezembro de 2016, regulamentou a lei 15.939/2013 que criou o o sistema de cotas raciais para ingresso de negros no serviço público municipal, reservando 20% das vagas para os cargos efetivos, empregos públicos e os cargos em comissão. No decreto está prevista a criação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável pela compilação de dados, avaliação dos resultados, acompanhamento e proposição de medidas para o efetivo cumprimento da lei.

Além disso, a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com o apoio do Banco Interamericano (BID), firmou uma parceria com Instituto Ethos para contribuir para a realização de pesquisa e da publicação do

“Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas Brasileiras e suas Ações Afirmativas – Perfil 2014. O material contará com recorte específico para as empresas situadas na cidade de São Paulo, tendo em vista que nas 500 maiores empresas brasileiras apenas 5% dos cargos executivos são ocupados por homens negros. A desigualdade é maior entre as mulheres que alcançam somente 0,6%.

Valorização da Cultura Indígena (SMPIR)

Desde 2013, vem sendo realizada a formação continuada dos educadores e coordenadores indígenas guarani do CEII/CECI, envolvendo a equipe pedagógica que atua nos CEII/CECI: coordenadores culturais; coordenadores educacionais; educadores indígenas; educador de informática; auxiliares escolares, com encontros mensais, atingindo 60 integrantes da equipe pedagógica e 300 crianças matriculadas no CEII/CECI.

Houve a contratação de antropólogo indigenista para pesquisa de campo com participação efetiva da comunidade para que seja realizada uma avaliação do impacto do CECI nas três aldeias Guarani da cidade de São Paulo, durante 2015 e 2016. O relatório do estudo foi finalizado no mês de junho de 2016.

Ainda em 2016, teve início a formação inicial dos educadores e coordenadores indígenas guarani dos CEII/CECI com o proposito de promover a formação desde o ensino fundamental ao magistério indígena, uma vez que estes possuem baixa escolaridade. A formação abrangerá 45 coordenadores e educadores indígenas e tem duração até 2019.

Criação do Fórum Permanente de Liberdade de Crença e Cultura de Paz (SMPIR)

Foi criado o Fórum Permanente de Liberdade de Crença e Cultura de Paz, composto por representantes de diferentes religiões para o combate à intolerância religiosa e defesa da livre expressão religiosa no município.

Demarcação de mais de 15 mil hectares da Terra Indígena Tenondé Porã, em Parelheiros, e 532 hectares na região do Jaraguá. (SMPIR)

Com apoio da Prefeitura, o Ministério da Justiça publicou, em 05/05/2016, a Portaria Declaratória de demarcação da Terra Indígena Tenondé Porã, no extremo sul da cidade. A medida reconhece 15.969 hectares de área como integrantes constitucionais da Terra Indígena Tenondé Porã, beneficiando mais de 1.200 pessoas que vivem em seis aldeias das comunidades Guarani Mbya, sendo quatro da região de Parelheiros e duas no município de São Bernardo do Campo, no limite com a capital paulista. Em junho de 2015, foram demarcados 532 hectares na região do Jaraguá.

30% de Mulheres no Sistema de Transporte da Prefeitura de São Paulo e entrega de novos Ônibus Articulados (SMPM)

Decreto 56.702, publicando no Diário Oficial em 9.12.2015 garante a presença de 30% de Mulheres no Sistema de Transporte da Prefeitura de São Paulo, profissão tradicionalmente exercida por homens.

Objetivo 10: Promover a inclusão e a garantia dos direitos da população idosa

A Meta 67 foi executada em 50 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 67 - Implantar 08 novas Unidades de Referência à Saúde do Idoso (URSI)

Relato da Meta 67

URSI São Mateus iniciou as atividades em 09/09/2016; URSI Capela do Socorro iniciou as atividades em 26/09/2016; URSI CSE Geraldo H. de Paula Souza entregue em 05/12/2016.

1 imóvel sendo readequado para implantação da URSI Itaquera

Meta não foi concluída em virtude do cenário de restrição orçamentária.

As Unidades de Referência à Saúde do Idoso vem de encontro à necessidade de respostas efetivas às demandas da população idosa e estão inseridas na atenção à saúde do segmento idoso, da Política Municipal e Nacional do Idoso e nas recomendações de organismos internacionais.

Meta será cumprida parcialmente, havia um plano de locação de imóveis para suprir a demanda, mas com o alto custo da Secretaria não ficou definido para este ano.

Definição de termos técnicos para a meta

Unidade de Referência à Saúde do Idoso: unidade especializada para atender à pessoa idosa na sua área de abrangência. Insere-se no nível secundário da atenção à saúde, oferecendo atendimento por equipe especializada de gerontologia e geriatria e interprofissional, com visão integral em âmbito individual e coletivo; desenvolve ações preventivas e de promoção e proteção à saúde, atividades de treinamento e capacitação de profissionais da atenção básica e pesquisas específicas na área da gerontologia.

A Meta 68 foi executada em 97 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 68 - Implantar 15 Centros Dia destinados à população idosa

Relato da Meta 68

13 unidades implantadas nas subprefeituras de Ipiranga, Lapa, Santana, Sapopemba, Guaianases, Pinheiros, Ermelino Matarazzo, Butantã, Mooca, Casa Verde, Jaçanã e São Miguel.

O atendimento ao usuário tem início com a acolhida e a escuta qualificada de suas demandas. Com essas informações é realizada a construção conjunta de um Plano Individual ou Familiar de Atendimento. Neste Plano, são definidas as atividades que serão desenvolvidas na unidade, bem como as condições de acesso e permanência no Centro-Dia, além dos objetivos e compromissos de todos os envolvidos.

O conselho Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo aprovou o Serviço Centro Dia para Idoso e tal decisão foi publicada no Diário Oficial do Município em 5 de Agosto de 2014.

O atendimento também pode incluir a elaboração de um Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento, orientação e apoio nos autocuidados; apoio ao desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; identificação e fortalecimento de redes comunitárias de apoio; ajudas técnicas de autonomia no serviço, no domicílio, e na comunidade; apoio e orientação aos cuidadores familiares com vistas a favorecer a autonomia da dupla pessoa cuidada e cuidador familiar.

O Centro Dia é um serviço que ainda não tem as orientações técnicas elaboradas pelo MDS, que são necessárias para o seu funcionamento. Assim também não é um serviço tipificado, portanto para sua implantação foi necessária a apresentação e aprovação do COMAS-Conselho Municipal de Assistência Social.

Definição de termos técnicos para a meta

Centro Dia: equipamento social destinado à atenção diurna de pessoas idosas em situação de dependência, em que uma equipe multidisciplinar presta serviço de proteção social especial e de cuidados pessoais, fortalecimento de vínculos, autonomia e inclusão social, por meio de ações de acolhida, escuta, informação e orientação.

A Meta 69 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 69 - Desenvolver campanha de conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa

Relato da Meta 69

Realização dos Jogos Municipais do Idoso em 2014, 2015 e 2016.

Campanhas de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa realizadas em 2013, 2014 e 2015.

Realização de 3 Diálogos em parceria com SMPM, SMPED e SMPIR sobre violência de gênero, étnica e contra a pessoa idosa e com deficiência.

Oferta de cursos em economia solidária no Polo do Idoso (Cambuci), em 2015. Em 2013, foram oferecidos diversos cursos para 140 alunos matriculados.

5 Seminários da Campanha de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa realizados.

Definição de termos técnicos para a meta

Campanha de conscientização da violência contra a pessoa idosa: conjunto de ações que compreende a produção e distribuição periódica de diversos materiais como panfletos, cartazes, spots de rádio e peças de audiovisual.

A Meta 70 foi executada em 120 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 70 - Implantar 5 unidades de Instituições de Longa Permanência do Idoso - ILPI

Relato da Meta 70

6 unidades implantadas nas subprefeituras de Capela do Socorro, Pinheiros, Vila Mariana, Mooca, Parelheiros e São Miguel.

As ILPIs acolhem pessoas idosas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diferentes necessidades e graus de dependência e que não dispõem de condições para permanecer na família ou se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Funciona em unidade inserida na comunidade, com características residenciais e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar e a interação social com pessoas da comunidade. As edificações são organizadas de forma a atender aos requisitos previstos na regulamentação pertinente.

Definição de termos técnicos para a meta

Instituição de Longa Permanência do Idoso - ILPI: Acolhimento para pessoas idosas com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diferentes necessidades e graus de dependência, que não dispõem de condições para permanecer na família, ou para aqueles que se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situações de negligência familiar ou institucional, sofrendo abusos, maus tratos e outras formas de violência, ou com a perda da capacidade de auto cuidado.

A Meta 71 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 71 - Criar a Universidade Aberta da Pessoa Idosa do Município

Relato da Meta 71

Implantação de 5 Universidades Aberta da Pessoa Idosa (UAPI): campus Vila Clementino e Santo Amaro (parceria com Unifesp) e CEUs Aricanduva, Parelheiros e Cantos do Amanhecer, com atendimento de 250 alunos no total.

Contratação de 29 docentes das UAPIs de 2015 realizada, para ministrar curso sobre cidadania, direitos e envelhecimento saudável, com início das aulas em maio de 2015.

Realização de atividades extracurriculares com os alunos das UAPIs, como Sarau Literário.

Implantados polos do idoso em 32 CEUs

Os cursos visam à promoção da saúde da pessoa idosa, oferecendo subsídios teóricos para a análise das bases conceituais que fundamentam o processo de envelhecimento humano individual e populacional e a sua inter-relação com as áreas da saúde, sociologia, artes, educação física e assistência social. Os primeiros cursos tem duração de um ano e são compostos por 19 professores especialistas convidados que ministram aulas teóricas e práticas em áreas do conhecimento como: gerontologia, biologia do envelhecimento, enfermagem, segurança alimentar, fisioterapia, educação física, história, artes (história da arte e artes plásticas), teatro e fotografia.

Definição de termos técnicos para a meta

Universidade Aberta da Pessoa Idosa - UAPI: conjunto de cursos que visam à promoção da saúde e conscientização do processo do envelhecimento entre a população idosa e servidores públicos que trabalham com esta temática

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de promover a inclusão e a garantia dos direitos da população idosa.

Isenção e faixas de desconto do IPTU para aposentados e pensionistas de baixa renda que possuam apenas um imóvel (Lei 15.889/2013) (SF)

No mínimo 3% das unidades habitacionais dos empreendimentos financiados pelo Programa MCMV devem ser direcionadas para o atendimento de pessoas idosas. A lei de isenção e desconto no IPTU para aposentados e pensionistas foi revista para beneficiar idosos que recebam até 5 salários mínimos , possuam apenas um imóvel e nele residam.

Ampliação e promoção à saúde com a comunidade, em articulação com as áreas de esporte, lazer, cultura, educação, assistência social e meio ambiente, integrando programas e linhas de cuidado para idosos e portadores de hipertensão arterial, diabetes, asma, (SMS)

Dentro da ampliação quanto às ações de promoção à saúde, temos as atividades educativas e terapêuticas, em grupo ou individuais, que são desenvolvidas nas unidades de saúde ou na comunidade. Estão incluídas: ações de educação alimentar e nutricional; práticas corporais e atividades físicas; ações educativas em escolas e creches; grupos terapêuticos; rodas de terapia comunitária; acolhimento e orientação de cuidadores de idosos; ações coletivas e individuais de saúde bucal; e ações de saúde e educação permanente voltadas à vigilância e prevenção das violências e acidentes, lesões e mortes no trânsito. Além disso, essas ações constam dos programas intersecretariais, como o Programa Saúde na Escola, SP Carinhosa e outros programas de promoção à saúde. Com relação à atenção à saúde do idoso desenvolvemos as ações de prevenção, identificação de riscos, prevenção de quedas e fraturas, tais como: detecção e tratamento precoce de problemas de saúde; prevenção, identificação e acompanhamento de distúrbios nutricionais da pessoa idosa; identificação e acompanhamento de situações de violência contra idosos; prevenção, identificação e acompanhamento da pessoa idosa em processo de fragilização; levantamento e acompanhamento dos idosos na comunidade; identificação de situações de risco/vulnerabilidade, com avaliação da capacidade funcional; ações de imunização específicas para o grupo; atenção às doenças crônicas mais frequentes, tais como hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), dislipidemias, insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica, obesidade, problemas osteomusculares, problemas do aparelho genitourinário e tabagismo.

Gratuidade para idosos no transporte público (SMT)

Redução da idade para gratuidade no transporte de 65 para 60 anos. No total, são mais de 1.200.000 beneficiários ativos com bilhete único de Passageiros Especiais –IDOSOS.

Objetivo 11: Requalificar e promover a ocupação dos espaços públicos

A Meta 72 foi executada em 49 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 72 - Requalificar a infraestrutura e os espaços públicos do Centro

Relato da Meta 72

Em maio de 2016, a Prefeitura de São Paulo abriu licitação para contratar um projeto para requalificar o Vale do Anhangabaú, no Centro. Foram recebidos 11 projetos de empresas. A licitação foi concluída e homologada.

O contrato com o Consórcio Circuito de Compras São Paulo S.A. foi assinado em dezembro de 2015 com o intuito de requalificar as regiões de comércio popular do Brás, Bom Retiro, Santa Ifigênia e 25 de Março.

A requalificação da área central da cidade é uma das principais metas da atual gestão. Em relação aos calçadões, após avaliação do projeto-piloto, implantado na Rua Sete de Abril, entre as Ruas Bráulio Gomes e Gabus Mendes, escolhida pela irregularidade do piso, desordem das tampas de inspeção, somadas à largura restrita da calçada, criando um cenário hostil para o pedestre onde a via foi transformada em calçadão único, eliminando a divisão entre calçadas e leito carroçável, permitindo a redescoberta das qualidades e belezas da região, o programa de requalificação poderá agora ser estendido para as demais áreas de pedestre.

Na região do Parque Dom Pedro II, em jun/2016, foi reinaugurada a Praça Cívica Ulysses Guimarães. Após passar por requalificação, o local teve suas árvores podadas e ganha iluminação de LED, quadra poliesportiva, equipamentos para ginástica, parquinho de diversões, banheiro, bebedouro e pista de skate. Ainda na região do Parque Dom Pedro II, o terreno entre o Viaduto Diário Popular e Avenida Mercúrio foi cedido para implantação de uma unidade SESC.

No entorno do Mercado Municipal de São Paulo, ou Mercadão, ganhou uma nova iluminação, com 48 pontos de luz voltados a pedestres e mais 112 lâmpadas de vapor de sódio. A medida contribui para a requalificação da área, tornando mais seguras calçadas, estacionamentos e ruas do entorno.

Além disso, a revisão da Operação Urbana Centro permitiu uma avaliação da condição de uso e da infraestrutura dos espaços públicos da área central nos distritos Sé e República, para proposição da transformação urbana sobre a área, com inclusão de diretrizes específicas na revisão do Plano Diretor Estratégico. Por meio dessa Operação Urbana foram revitalizadas a Praça Roosevelt e a Rua do Gasômetro.

Já o projeto Centro Aberto não buscou construir novos espaços, mas, sobretudo transformar as estruturas preexistentes por meio da renovação de suas formas de uso, transformando um lugar de passagem em um lugar de estar, que convide à convivência e ao desfrute de seus potenciais e qualidades históricas. Deste modo, foram implantados os projetos-piloto de requalificação de usos no Largo São Francisco/Ouvidor, Largo Paissandu/São João e Largo São Bento e sua extensão.

Definição de termos técnicos para a meta

Programa de Requalificação do Espaço Público: urbanização e qualificação de espaços públicos que configuram uma centralidade urbana apropriada pelos cidadãos.

A Meta 73 foi executada em 286 % - Meta está Superada

META 73 - Implantar 42 áreas de conexão wi-fi aberta, com qualidade e estabilidade de sinal

Relato da Meta 73

A meta foi superada em abril de 2015, com a entrega de 120 locais com conexão por meio do Programa WiFi Livre SP. Cerca de 6,7 milhões de acessos no último mês. Não há necessidade de cadastro ou autenticação. Velocidade da rede de 512 Kbps por usuário.

Constatou-se que cerca de 75% dos residentes próximos aos locais em que os projetos foram instalados costumam utilizá-los com frequência e, com o WiFi Livre SP, já está havendo um tempo maior de retenção desses moradores nas praças.

Definição de termos técnicos para a meta

Área de conexão wi-fi aberta: área de acesso livre e gratuito à internet por tecnologia wi-fi, principalmente a partir de PCs, Laptops, celulares.

A Meta 74 foi executada em 297 % - Meta está Superada

META 74 - Implantar 18.000 novos pontos de iluminação pública eficiente

Relato da Meta 74

52.143 novos pontos de iluminação implantados em locais onde não existia luz, quase triplicando os 18.000 previstos inicialmente na meta. Outras 400 mil luminárias foram renovadas, substituindo lâmpadas de vapor de mercúrio por vapor de sódio e LED, o que corresponde a cerca de 65% do total de luminárias.

Destaca-se que a modernização trouxe uma economia aproximada de 12% no consumo de energia elétrica. A Prefeitura preparou uma PPP da Iluminação Pública para renovar todo o parque de iluminação, com a reconstrução da estrutura da rede, manutenção, operação e ampliação dos pontos de iluminação, além da criação de um centro de controle operacional.

Criação do programa “LED nos Bairros” que implantou 73.349 luminárias LED na 1ª fase do programa, permitindo uma redução de 50% do consumo média de energia. Aumento de 140% vida útil das lâmpada passando de 5 anos (vapor de sódio) para 12 anos (LED). A 2ª fase da implementação está em andamento, nos distritos Itaim Paulista, Guaianases, Cidade Tiradentes, São Mateus, Perus, e partes de Jaçanã, Jabaquara e Capela do Socorro.

Inicialmente foram priorizados locais com altos índices de criminalidade tomando como referencia o INFOCRIM (mapeamento dos pontos de criminalidade na cidade), o Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos, os territórios prioritários definidos no Juventude Viva e também locais de grande concentração de

pessoas (equipamentos de educação e saúde, saídas e entrada das estações do metrô e trem, pontos de ônibus etc.).

Definição de termos técnicos para a meta

Novo Ponto de Iluminação Pública Eficiente: Criação de ponto de iluminação em ruas, vielas ou praças com lâmpadas de vapor de sódio, com baixo consumo de energia elétrica.

A Meta 75 foi executada em 79 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 75 - Realizar as obras previstas no âmbito da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (OUCAE)

Relato da Meta 75

A Operação Urbana Consorciada Água Espraiada envolve dois eixos de intervenção: 1- Prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho - Contratos de R\$ 2 bilhões 2- Prolongamento da Av. Dr. Chucrri Zaidan - Contratos de R\$ 550 milhões

O eixo de intervenções da Av. Jornalista Roberto Marinho compreende também a canalização do córrego Pinheirinho e córrego Água Espraiada, o viaduto Lino de Moraes, o Parque do Chuvisco e o Parque Linear, e estão todos com obras em andamento. Além disso, 425 unidades habitacionais foram entregues. No eixo de intervenção da Av. Chucrri Zaidan foram construídas a Ponte Laguna e a Ponte Itapaiúna. Em 2015, também foi aprovado o Plano Urbanístico Complementar do Setor Chucrri Zaidan que prevê implantação de equipamentos públicos, praças e áreas verdes.

Ainda, está em andamento o prolongamento da Av. Chucrri Zaidan. Além disso, a Prefeitura de São Paulo entregou a ligação local entre as avenidas Lino de Moraes Leme e Pedro Bueno, que agiliza o acesso à avenida Roberto Marinho. A nova ligação tem 500 metros e interliga as duas avenidas nos dois sentidos. Recebeu recursos de R\$ 2,5 milhões para pavimentação e drenagem da área, localizada às margens do córrego água espraiada.

Considerando os recursos obtidos com a alienação de CEPAC e o alto custo da construção do túnel que interligaria a Av. Jorn. Roberto Marinho e a Rodovia dos Imigrantes, essa intervenção mostrou-se inviável economicamente. Deste modo, o projeto foi alterado e a interligação com a Rodovia dos Imigrantes será pelo prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho, que aguardam processo de desapropriação para serem executadas. O ritmo das obras sofreram interferência de remoções e desapropriações. Parte das habitações de interesse social, vinculada a obra, aguarda licenciamento de projetos pelas construtoras e recursos da terceira fase do MCMV.

Definição de termos técnicos para a meta

Operação Urbana Consorciada: é um instrumento de política urbana previsto na Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade (art. 4º, inc. V, “p”, e art. 32, parágrafo único, da Lei define a operação urbana consorciada como “o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores provados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”).

A Meta 76 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 76 - Criar 32 programas de requalificação do espaço público e melhoria de bairro

Relato da Meta 76

Cada subprefeitura foi beneficiada com um programa de requalificação do espaço público e melhoria de bairro. Mais de 500 obras de requalificação do espaço público foram concluídas nas 32 subprefeituras.

O Programa é composto de urbanização e qualificação de espaços públicos urbanos apropriada pelos cidadãosose envolve obras e outras intervenções, como zeladoria, manutenção de vielas e escadarias, reforma de praças, por exemplo.

A Secretaria Municipal de Coordenação de Subprefeituras contou com o apoio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio de suas coordenadorias, para a articulação do público-alvo para execução da meta. Há necessidade da presença humana permanente desses espaços, a fim de promover uma cultura de cidadania baseada na convivência, na tolerância e na ocupação contínua dos espaços públicos.

Definição de termos técnicos para a meta

Programa de Requalificação do Espaço Público: urbanização e qualificação de espaços públicos que configuram uma centralidade urbana apropriada pelos cidadãos.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de requalificar e promover a ocupação dos espaços públicos.

LED nos Bairros (SES)

O Programa "LED nos Bairros" já implantou 120 mil pontos de iluminação pública com lâmpadas LED, proporcionando aumento da segurança pública, preservação do meio ambiente e mais economia de recursos públicos. A tecnologia LED é mais eficiente e bem mais duradoura, e assim o valor investido é rapidamente pago pela própria economia gerada. Isso fez com que São Paulo tenha se tornado a primeira cidade do país a implantar essa tecnologia na iluminação pública.

O bairro de Heliópolis foi o primeiro a ser beneficiado, com cerca de um milhão de metros quadrados e 195 mil moradores, recebeu 1.277 luminárias LED em suas 224 ruas, uma extensão de 23,8 quilômetros, ao custo

estimado de R\$ 3 milhões, recurso que vai ser poupado com a própria economia gerada pela nova iluminação. Em seguida o Jardim Monte Azul (M’Boi Mirim) foi contemplado, foram instaladas 536 novas luminárias LED. A partir daí, o foco voltou-se para regiões que apresentam índices de alta vulnerabilidade social, como os distritos de Brasilândia, Lajeado, Raposo Tavares, Sapopemba, Jardim Ângela, Pedreira, Jardim Helena, Cidade Tiradentes, Guaianases, parte do Jabaquara, Iguatemi, parte do Grajaú, Perus, São Rafael, Socorro, Jaçanã, Itaim Paulista e Vila Curuça.

A PPP da Iluminação, em andamento aguardando pronunciamento do TCM, prevê a modernização, expansão e manutenção para que toda a rede de iluminação pública da cidade seja composta por lâmapdas de LED, sem custos extras para a cidade.

Programa Ruas Abertas (SMSP)

A Prefeitura de São Paulo ampliou a oferta de opções de lazer por meio de iniciativas como Programa Rua Aberta e Ruas de Lazer, que está em todas as subprefeituras da cidade, com participação da população para escolha das ruas participantes. A Avenida Paulista é o símbolo desse programa por ter sido a primeira via aberta exclusivamente a pedestres e ciclistas aos domingos. O Elevado Presidente João Goulart (Minhocão), tradicionalmente aberto para pedestres e ciclistas aos domingos, teve o acesso estendido também aos sábados. Destacam-se ainda, o novo Parque Chácara do Jockey, o Centro Esportivo Tietê, o Clube de Esportes Náuticos de Guarapiranga, o Centro de Esportes Radicais, a Praça Cívica Ulisses Guimarães, entre outros.

Regulamentação para implantação de Parklets (SMSP)

Em São Paulo, o conceito de parklets surgiu em 2012, e sua primeira implantação ocorreu em 2013, dando início ao processo de regulamentação que culminou em um Decreto municipal nº55.045 em vigor desde abril de 2014. Após dois anos da regulamentação, a cidade já conta com mais de 120 parklets implantados.

Eixo 2: Desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades

Objetivo 12: Promover o crescimento econômico e a geração de postos de trabalho na cidade de São Paulo

A Meta 77 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 77 - Criar e efetivar a Agência São Paulo de Desenvolvimento

Relato da Meta 77

ADESampa - Agência de Desenvolvimento de São Paulo criada pela Lei 15.838/13, com um polo em cada subprefeitura da cidade.

ADESampa organizada em 4 eixos de atuação: Marco Legal da Micro e Pequena Empresa - Minuta proposta, em discussão com demais Secretarias da Prefeitura; Micro Finanças e Finanças Solidárias - MEI móvel e Caixa Crescer na identificação de empreendedores com

No dia 07 de junho de 2016 a ADESAMPA realizou, em parceria com a SDTE, a 1ª Arena de Inovação da Cidade de São Paulo, na Praça das Artes, região central. Por meio de painéis, debates e palestras, o evento teve como objetivo articular pesquisadores, estudantes, universidades e especialistas em startups com o poder público para estimular atividades de ciência, tecnologia e inovação na capital paulista. A 1ª Arena da Inovação contou com mentorias, mesas-redondas e espaços de relacionamento para troca de experiências, além da exposição de projetos e ideias. O evento fez parte da estratégia de desenvolvimento da gestão municipal e busca aprofundar o debate em torno do Programa de Valorização de Iniciativas Tecnológicas (Vai Tec), além de apoiar startups e microempreendedores no desenvolvimento de tecnologias inovadoras que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e da gestão pública na cidade.

A primeira edição do Programa Vai Tec teve 459 projetos inscritos que cumpriram os requisitos formais e passaram para a etapa de entrevistas que resultou na seleção de 67 projetos para receber subsídio. A segunda edição do Vai Tec foi lançada em evento na sede da Prefeitura em Dezembro de 2015, foram 786 projetos inscritos que cumpriram os requisitos formais, dos quais 71 foram selecionados para receber subsídio.

Em Janeiro de 2016, a ADESAMPA lançou o portal Sampa.Digital, que permite o cadastramento de empreendedores, compradores e vendedores, com o objetivo de criar um banco de oportunidades de negócios e conectar quem quer comprar com quem quer vender. Tanto a iniciativa privada quanto o poder público podem anunciar suas necessidades de compra. O site faz a conexão com os possíveis fornecedores.

Em agosto de 2016 foi criado o aplicativo “Guia de Compras SAMPA” para facilitar o conhecimento dos turistas e da própria população sobre os estabelecimentos de comércio e seus respectivos produtos e serviços oferecidos, de modo a propiciar uma organização mais eficiente do roteiro de compras. Inicialmente, o “Guia de Compras SAMPA” contempla 6 localidades: Brás, Bom Retiro, Feira da Madrugada, Mercado Municipal, Santa Ifigênia e Rua 25 de Março.**Definição de termos técnicos para a meta**

Agência SP: dará apoio ao desenvolvimento de projetos e incentivos aos micro e pequenos empreendedores.

Representações da Agência SP: estruturas descentralizadas de apoio aos empreendedores locais com assessoria jurídica, técnica e financeira (agentes de microcrédito), para dar celeridade ao processo de formalização, regularização, abertura de empresas e concessão de crédito.

A Meta 78 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 78 - Criar uma agência de promoção de investimentos para a cidade de São Paulo a partir da expansão da atuação da Companhia São Paulo de Parcerias - SPP

Relato da Meta 78

Criada a SP Negócios como agência de fomento e promoção de negócios para a cidade.

A SP Negócios atua nas áreas de Suporte ao Investidor; Estruturação de Projetos de Parceria Público-Privadas e Concessões; e Melhoria de Ambiente de Negócios.

Projeto de Lei Municipal para alterar o escopo de atuação da Companhia São Paulo de Parcerias , adicionando a função de agência de promoção do investimento na cidade de São Paulo, com capacidade de auxiliar a administração pública na identificação de processos ineficazes, propor a adoção de medidas necessárias para a desburocratização e melhoria do ambiente de negócios no Município, a promover e buscar oportunidades de negócios, atrair novos investimentos para o Município de São Paulo.

Definição de termos técnicos para a meta

Companhia São Paulo de Parcerias - SPP: Sociedade de Economia Mista, autorizada pela Lei nº 14.517, de 16 de outubro de 2010, que tem por objeto viabilizar, garantir a implementação e atuar em outras atividades relacionadas ao Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas.

A Meta 79 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 79 - Criar e efetivar o Programa de Incentivos Fiscais nas Regiões Leste e extremo Sul

Relato da Meta 79

Criado o Programa de Incentivos Fiscais na Zona Leste. Empresas de tecnologia, educação, saúde, hotelaria, entre outros, que se instalem na Zona Leste poderão ter isenção no IPTU, ITBI, ISS da construção civil e redução do ISS ao mínimo legal (2%).

Assinado o Projeto de Lei que Institui o Programa de Incentivos Fiscais para Desenvolvimento do Polo de Ecoturismo de Parelheiros em 07/10/2015.

Sistema on line para o Programa de Incentivos Fiscais à Zona Leste em funcionamento desde fevereiro de 2014.

PL de Incentivos Fiscais à Zona Leste convertido na Lei 15.931/13, regulamentada pelo Decreto n° 57.760/14

Os incentivos são concedidos às empresas que se instalarem na área delimitada em lei Na região do extremo Sul, os incentivos são concedidos levando em conta as potencialidades e vocações econômicas específicas dessa região, privilegiando empreendimento e serviços ligado à concepção de economia sustentável, como o ecoturismo.

Definição de termos técnicos para a meta

Incentivos Fiscais: Redução da carga tributária concedida a certas empresas que atendem a critérios previstos em lei, com o objetivo de incentivar sua instalação em determinado local ou região.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de promover o crescimento econômico e a geração de postos de trabalho na cidade de São Paulo

Incentivo ao deslocamento do entreposto comercial varejista junto aos limites da cidade (SDTE)

A relevância logística, econômica e histórica do CEAGESP para a cidade de São Paulo é uma questão fundamental para ser abordada no desenvolvimento da Macroárea de Estruturação Metropolitana. Atualmente localizada no Setor Arco Pinheiros, o entreposto de alimentos necessita de condições adequadas para melhorar o atendimento de suas funções e o seu desenvolvimento econômico. Uma mudança de localidade ou a criação de novo entreposto mais adequado que potencialize essas condições se faz necessária ao mesmo tempo em que a manutenção dessa atividade comercial no município, com grande oferta de oportunidade de empregos, é desejada. Para tanto, a nova LPUOS incentiva o deslocamento do entreposto junto aos limites da cidade e cria parâmetros e oportunidades de transformação urbana sustentável em sua área original.

Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e a e a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários no Cambuci (SDTE)

Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários, no bairro do Cambuci, região central foi o resultado de uma parceria entre a SMDHC e a SDTE. O espaço visa fomentar o cooperativismo em diversos setores econômicos como costura, artesanato, gastronomia, ecoturismo, empreendimentos culturais e resíduos sólidos, tendo como principal objetivo o avanço da prática de economia solidária em toda cidade. Na primeira fase, em 2014, foram realizadas mais de 80 atividade de mobilização e formação, das quais participaram cerca de 3.370 pessoas, 312 empreendimentos econômicos solidários e 108 instituições de apoio e fomento à economia solidária. A segunda fase, em 2015, mobilizou 1.066 pessoas e 186 empreendimentos na constituição de seis redes de atuação sediados no município. Foi realizada a 1ª e 2ª Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar e reuniu, cada uma, cerca de 80 expositores com artigos de artesanato, vestuário, comidas típicas, serviços de ecoturismo e alimentos da agricultura familiar.

Programa Operação Trabalho: Programa Jovem SUS e Jovem SUAS (SDTE)

Não houve ampliação da faixa etária no Programa Bolsa Trabalho, porém ampliou-se o Programa Operação Trabalho, para jovens de até 24 anos, beneficiando mais de 9,3 mil jovens, com destaque para os programas Jovem SUS e Agente SUAS.

Regularização e reforma da Feira da Madrugada e Licitação do Circuito de Compras (SDTE)

A lei nº 15.776 de 2015 autorizou e regulamentou a comercialização de produtos artísticos, incluindo artes plásticas e peças artesanais produzidas pelos artistas de rua. Além disso, foi realizada a reforma física e a reestruturação administrativa da Feirinha da Madrugada, na região do Pari e disponibilização de 1,2 mil vagas remanescentes prioritariamente para os cerca de 700 ambulantes regularizados que atuam nas vias de abrangência do local.

Além disso foi realizada a licitação do Circuito das Compras que se contitui como um conjunto de instalações e serviços que irá valorizar a região central de São Paulo voltada ao turismo de compras, que compreende quatro principais áreas: Bom Retiro, Brás, Santa Ifigênia e 25 de Março. O projeto vem suprir as necessidades básicas de infraestrutura adequada.

O Consórcio SP foi o vencedor da licitação e a proposta apresentada foi de uma outorga no valor de mais de R\$ 50 milhões. O valor mínimo fixado no edital era de R\$ 20 milhões, portanto, um ágio de mais de 150%, demonstrando o enorme potencial do projeto Circuito das Compras.

O consórcio vencedor fará investimento de cerca de R\$ 300 milhões e terá que cumprir, entre outras exigências, a construção de um Centro Popular de Compras com no mínimo 4 mil boxes, com serviço de informação ao turista, praça de alimentação, áreas para depósito e armazenagem, salas comerciais e um hotel. Está previsto ainda centros de apoio ao turista, com serviço de despacho de compras, guarda volumes e áreas de conveniência.

Também estão inclusos um estacionamento com vagas para ônibus, carros e vans, terminal de embarque no sistema de transporte de turistas e de compras, área de descanso para motoristas e guias e espaço para recebimento de mercadorias despachadas dos centros de apoio, além da implantação do sistema de transporte de turistas e compras interligado ao Circuito de Compras.

Concessão do Pacaembu, Anhembi e Autódromo de Interlagos (SF)

Em relação ao Estádio do Pacaembu, a Prefeitura de São Paulo publicou em 2015, no Diário Oficial da Cidade, o Chamamento Público dirigido aos interessados da iniciativa privada em apresentar estudos para modelagem de projeto de concessão para modernização, restauração, gestão, operação e manutenção.

O Autódromo de Interlagos, além de provas de esportes a motor, test-drives de veículos e eventos esportivos, também pode receber eventos de formatos variados em diferentes espaços, tais como apresentações artísticas, evento de negócios, filmagens/fotografia, escola de pilotagem, aulas de direção defensiva, etc.

Mais conhecido como Sambódromo do Anhembi, o Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo possui 100 mil m² de área para os mais diversos tipos de eventos. O espaço, que foi inicialmente concebido para a abrigar o

Carnaval de São Paulo, se transformou também em palco para grandes shows, eventos esportivos, feira de carros antigos, etc.

Tanto o autódromo quanto o sambódromo são administrados pela SPTuris, que mantém em seu site uma tabela de preços fixa para locação dos espaços, permitindo maior transparência na utilização dos equipamentos municipais por empresas privadas.

Reforma do Autódromo de Interlagos (SIURB)

Todos os anos, antes da etapa brasileira do Grande Prêmio de Fórmula 1, a Prefeitura de São Paulo realiza obras de requalificação no Autódromo de Interlagos. Estão em andamento obras nas áreas operacionais, edifício de apoio, edifício administrativo, novo paddock e novos boxes, que passarão de 23 para 27 e terão novas dimensões, salão de eventos e centro de controle (Race Control), atendendo os padrões internacionais. O Autódromo de Interlagos está recebendo investimento no valor de R\$ 101,87 milhões, provenientes do Governo Federal, através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). De acordo com dados da SPTuris, a realização do Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1 injeta aproximadamente R\$ 260 milhões na economia local. Com a nova reforma, a cidade esperar atrair outras categorias, como a MotoGP, e eventos diversos para Interlagos.

Melhorias no Polo Ecoturístico de Parelheiros (SMSP)

Para atrair visitantes ao polo de ecoturismo, está sendo criada uma rede de 150 quilômetros de rotas de cicloturismo. O investimento foi de mais de R\$ 370 milhões, e os primeiros 12 quilômetros devem ficar prontos no primeiro semestre de 2016. No mesmo período, será concluída a requalificação de outros 90 quilômetros de estradas rurais na região (R\$ 11 milhões de investimento), dos quais 40 quilômetros já foram executados. Criação do Conselho Gestor do Polo Ecoturismo de São Paulo (Congetur). O órgão é responsável por ações de incentivo ao turismo na região de Parelheiros, zona sul, de forma a promover o desenvolvimento local com preservação ambiental. Entre as ações previstas estão a implantação de sinalização, criação de rotas de cicloturismo e de roteiros guiados, projetos para melhorar o acesso e a mobilidade na região, com ônibus urbanos, instalação de sinalização turística e cicloviária, regularização de vias de terra, implantação de 100 quilômetros de rotas de cicloturismo e de uma ciclovia, regularização de 100 quilômetros de vias de terra, readequação viária do centro de Parelheiros e recuperação de 100 mil metros quadrados de calçadas.

O Congetur é formado por 36 pessoas, com representantes das subprefeituras de Parelheiros e Capela do Socorro, das secretarias de Governo, Coordenação das Subprefeituras, Verde e Meio Ambiente, da Spturis, da Guarda Civil Metropolitana, da Polícia Militar, da Sabesp, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia e da Fundação Nacional do Índio.

O conselho ainda tem representantes dos setores de eventos e locação de espaços, de audiovisual, de hospedagem e operadoras de turismo, do setor gastronômico, de estudantes de Turismo, de organizações não governamentais, de manifestações culturais, dos setores agrícola e de pesca, de comunidades religiosas, de artesãos e das aldeias indígenas, da Associação de Monitores Ambientais e Guias Turísticos, da América Latina Logística e do Conselho Participativo das subprefeituras.

Objetivo 13: Promover a cidade de São Paulo como centro de tecnologia e Inovação

A Meta 80 foi executada em 42 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 80 - Criar 1 Parque Tecnológico Municipal na Zona Leste e apoiar e criação do Parque Tecnológico Estadual do Jaguaré

Relato da Meta 80

Concluídos o estudo de viabilidade econômica e o projeto arquitetônico para a criação do Parque Tecnológico Municipal na Zona Leste. Aguardando transferência de verba federal para sua realização.

Parque Tecnológico Estadual do Jaguaré implantado com o apoio da Prefeitura de São Paulo.

O Parque Tecnológico do Estado de São Paulo é voltado aos setores de tecnologia da informação e comunicação, saúde, nanotecnologia, novos fármacos e acessibilidade, usabilidade e comunicabilidade para pessoas com deficiências, entre outros.

Elaboração de proposta da Incubadora Tecnológica Virtual do Parque Tecnológico, mediante assinatura do Protocolo de Intenções entre a SDTE, a ADESAMPA e a UFABC, visando o aprofundamento da relação institucional e a realização de atividades de natureza técnico-científica, tecnológica e cultural que contribuirá com as ações estruturantes rumo ao Parque Tecnológico.

Em 2015, foi elaborada proposta junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, através do Programa de Apoio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia para a contratação do Projeto Executivo do Parque Tecnológico, que sediará atividades administrativas, incubadora de empresas, equipamentos laboratoriais, auditórios, entre outros.

Realização de seminário com o objetivo de ajustar a vocação do Parque Tecnológico da Zona Leste e integrar as ações de todos os entes relacionados ao Projeto previsto para setembro de 2016.

A Meta 81 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 81 - Implantar o Programa VAI TEC para o incentivo de desenvolvedores de tecnologias inovadoras, abertas e colaborativas

Relato da Meta 81

O VAI TEC foi criado pela Lei 15.838/13. Decreto nº 55.462/2014 de Regulamentação do VAI TEC instituído no âmbito da Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPA.

O Programa VAI TEC tem por objetivos: estimular a criação, o acesso, a formação e a participação do pequeno empreendedor e criador no desenvolvimento tecnológico da Cidade; promover a pesquisa, a difusão de tecnologias e a inovação; promover a estruturação e desenvolvimento de cadeiras produtivas formadas por micro, pequenas e médias empresas.Em sua primeira edição, foram pelo menos 67 projetos contemplados no valor de até R\$ 25 mil. Foram subsidiados projetos de produtos, processos, aplicativos, jogos, técnicas ou metodologias inovadoras, com propostas para dar respostas aos desafios da Cidade.

5 projetos da 1ª Edição participaram da última edição da Campus Party, em apresentação para o público. 15 projetos subsidiados pela 1ª Edição do Vai Tec participaram da 1ª Arena de Inovação, onde apresentaram suas propostas para o público. 24 proponentes ou membros de projetos aprovados na 1ª edição participaram de cursos de economia criativa ministrados pela ADESAMPA.

Na segunda edição do programa VAI TEC foram realizados estudos visando desenvolver mecanismos para aumentar a competitividade de projetos propostos pelo público preferencial do VAI TEC, a saber, jovens de regiões periféricas, beneficiando 71 projetos.

O Edital trouxe algumas alterações nos critérios e pontos extras, de modo a possibilitar maior participação de jovens dos distritos/subprefeituras localizadas na periferia da cidade. Dos projetos aprovados pelo 2º Edital, 62% foram propostos por pessoas de baixa renda, contra 18% no 1º Edital. Dos projetos aprovados pelo 2º Edital, 66% foram propostos por residentes em regiões vulneráveis da cidade, contra 33% no 1º Edital.

Definição de termos técnicos para a meta

VAI TEC: Programa de bolsas e premiação de projetos com foco na apropriação crítica de tecnologias de informação e cultura digital.

A Meta 82 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 82 - Apoiar a implantação da UNIFESP e do IFSP nas Zonas Leste e Norte, respectivamente

Relato da Meta 82

A partir de uma articulação interfederativa, que contou com a participação efetiva da comunidade e dos movimentos sociais, a Prefeitura criou as condições para que a Cidade de São Paulo ganhasse duas novas unidades do Instituto Federal de Educação de São Paulo – IFSP, o Campus de Pirituba e a unidade de São Miguel. Garantiu ainda o terreno e as condições para implantação do campus da Unifesp na Zona Leste, em Itaquera (concessão administrativa de área municipal em Itaquera - publicação da Lei nº 15.736/2013).

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de promover a cidade de São Paulo como centro de tecnologia e Inovação.

Redes e Ruas (SES)

Para estimular a ocupação em espaços públicos o programa Redes e Ruas promove ações de cultura e inclusão digital nos espaços. Com investimentos de R\$ 3,7 milhões, foram mais de 140 projetos inscritos e 59 selecionados, cujas ações ocorrem em telecentros, praças do programa Wi-Fi Livre SP e Pontos de Cultura de São Paulo. Com isso tivemos um primeiro levantamento dos atores que desenvolvem a cultura digital da cidade de São Paulo. Atualmente são oferecidas oficinas sobre arte, tecnologia, educação, literatura, cultura e cidadania nos espaços. A segunda fase desse programa prevê a seleção de 47 projetos com prêmios fomento de R\$ 50 a 70 mil, que deverão ser divididos nas seguintes categorias: Robótica Livre, Midialivrismo, Intervenção Digital e Formação em Rede para que as atividades continuem e envolvam mais público.

FabLab Livre SP (SES)

A maior inovação da Prefeitura para promover a inclusão digital são os FabLab - Laboratórios de Fabricação Digital, que oferecem ao cidadão a possibilidade de desenvolver ideias e propiciam ao pequeno empreendedor e estudantes espaço para pôr em prática suas criações. Estes laboratórios oferecem à população acesso e conhecimento e operação de equipamentos avançados como impressoras 3D, fresadoras e cortadoras a laser, além de softwares de modelagem e desenho.

Os FabLab são a maior rede pública de fabricação digital do mundo. A primeira unidade foi entregue em 2015, no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes. Outras 11 entraram em operação em 2016, em locais como Chácara do Jockey Club, Galeria Olido, Centro de Convivência de Heliópolis, Centro Cultural da Penha e Centro Cultural da Juventude. Atualmente são oferecidos 27 cursos para a população.

Reformulação dos Telecentros (SES)

Os antigos 159 Telecentros, que atendem cerca de 140 mil pessoas por mês, foram reformulados. Novos contratos foram celebrados para o gerenciamento e de manutenção de computadores, mais econômicos, trazendo aos cofres públicos economia de aproximadamente R\$ 85 milhões em dois anos. A infraestrutura dos telecentros dentro dos CEUs passou a servir para viabilizar a Universidade Aberta do Brasil (UAB/UniCEU) e fortaleceu a inclusão social por meio do Programa Operação Trabalho (POT), que passou a contar com 160 beneficiários trabalhando dentro dos telecentros. Além disso, a coordenação dos 25 telecentros veio a integrar o comitê gestor do Pronatec na cidade para ofertar cursos profissionalizantes aos cidadãos.

Termo de Cooperação com países iberoamericanos (SMRIF)

A Prefeitura firmou em 2013 um termo de cooperação com a Organização dos Estados Iberoamericanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI). Trata-se de um acordo, com vigência de quatro anos, que visa criar uma estrutura de cooperação entre as duas entidades para a formulação de programas que objetivem, entre outras coisas, a melhoria da educação pública municipal, o incentivo à produção cultural, o apoio à internacionalização da produção científica e tecnológica e a superação das desigualdades socioeconômicas de populações minoritárias.

Objetivo 14: Proteger os recursos naturais da cidade, conservando as áreas de mananciais, ampliando o sistema de áreas verdes, preservando os recursos hídricos e monitorando as áreas de risco

A Meta 83 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 83 - Criar um sistema de contrapartida para fins de implantação de áreas verdes e financiamento de terrenos para parques

Relato da Meta 83

O Grupo Técnico de Trabalho criado através da Portaria nº 075/SVMA/2014 elaborou relatório Técnico identificando através do Plano Diretor Estratégico - PDE, Lei nº 16.050 de 31 de Julho de 2014 e também legislação complementar, os mecanismos e instrumento.

Para a composição do Sistema foi realizada avaliação dos incentivos existentes na legislação municipal para se chegar a um diagnóstico. Na composição do Sistema foram apontados instrumentos urbanísticos, instrumentos de gestão ambiental, incentivos fiscais, doações e também fundos municipais.

O Sistema de Áreas Verdes do Município (SISMAVE) é constituído pelo conjunto de espaços significativos ajardinados e arborizados, de propriedade pública ou privada, necessários à manutenção da qualidade ambiental urbana tendo por objetivo a preservação, proteção, recuperação e ampliação desses espaços. Nesse sentido, o desenvolvimento de um sistema de contrapartidas que apoia a consolidação deste mosaico, com a ampliação da oferta de áreas verdes públicas à população, proporcionou a melhoria do bem estar social e ambiental na cidade.

Definição de termos técnicos para a meta

Sistema de contrapartida: Marco legal que estabelece critérios para que grandes empreendedores privados contribuam para a ampliação de áreas verdes no município de São Paulo.

A Meta 84 foi executada em 63 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 84 - Concluir as fases II e III do Programa de Mananciais beneficiando 70 mil famílias

Relato da Meta 84

Consiste na execução de obras de infraestrutura para recuperação social e ambiental das bacias do Guarapiranga e Billings, ampliando redes de saneamento, mobilidade e drenagem urbana.

Foram beneficiadas 18.977 famílias por obras totalmente concluídas e 33.698 famílias beneficiadas por obras em andamento.

As obras referentes a Fase 2 foram concluídas;

Em 2012, foi feita uma licitação para obras em 8 lotes, localizados na região de mananciais, totalizando R\$ 2,8 bilhões. Naquele momento, existiam apenas projetos básicos. Para garantir a execução dessas obras, em 2013, a Prefeitura de São Paulo assinou um termo de compromisso com o Governo Federal para repasse de R\$1 bilhão para obras de infraestrutura. Contudo, as empresas não conseguiram aprovar os projetos executivos na Caixa Econômica Federal a fim de viabilizar o repasse de recursos. Por isso, só foi possível finalizar as obras da fase II de mananciais e iniciar obras da fase III de mananciais.

As intervenções abrangeram os seguintes serviços: abertura de vias para permitir implantação de infraestrutura urbana e facilitar acessos, inclusive de ônibus, ambulâncias e de limpeza pública, coleta de lixo e resíduos; sistema de drenagem, incluindo a canalização de córregos; consolidações geotécnicas em áreas de risco (encostas), através da execução de taludes, coberturas vegetais para estabilização e remoção dos imóveis em situações de risco; execução de redes de abastecimento de água e redes coletoras de esgoto, inclusive as ligações domiciliares; criação de áreas públicas de lazer, parques lineares e implantação de Equipamentos Públicos.

Os projetos de cada intervenção são previamente discutidos com a população do assentamento precário, inclusive em reuniões periódicas com os Conselhos Gestores. O trabalho social atuou no acompanhamento das obras, no reassentamento das famílias s realocadas

Englobou a implantação de infraestrutura urbana nos assentamentos precários, possibilitando o acesso dos moradores aos serviços urbanos, a consolidação geotécnica e/ ou remoções em áreas de risco.

Definição de termos técnicos para a meta

Programa de Mananciais: Qualificação urbanística e o reconhecimento formal dos assentamentos precários e/ou informais, garantindo a melhoria da qualidade de vida da população moradora em áreas de mananciais.

A Meta 85 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 85 - Criar e efetivar um programa de incentivos fiscais para prédios verdes

Relato da Meta 85

Projeto de lei do IPTU Verde, que prevê redução do imposto para prédios sustentáveis, assinado.

Foram realizados estudos sobre modelos de incentivos fiscais no Brasil e no exterior, bem como consultas aos mais importantes atores para identificação das tecnologias e soluções de construções sustentáveis já disponíveis e sua evolução no tempo.

Esta meta não possui custo de implantação.

Definição de termos técnicos para a meta

Incentivos Fiscais: Redução da carga tributária concedida a certas empresas e municípes que atendem a critérios previstos em lei, com o objetivo de incentivar o uso de tecnologias verdes.

A Meta 86 foi executada em 50 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 86 - Readequar e requalificar com ações prioritárias 34 Parques e Unidades de Conservação Municipais

Relato da Meta 86

Novos Parques Implantados: Guabirobeira Mombaca (2013), Jardim da Conquista (2013), Feitico da Vila / Moenda Velha (2015), Nebulosas (2013); Ribeirão Oratório (2013), Sapopemba (2013), Chácara Jockey (2016).

A meta não foi integralmente atingida, pois o fim das reformas envolve recursos além da esfera municipal, com isso optou-se por reformar parques que careciam mais e angariar novas áreas verdes para o município sem gastar recursos ou a baixo custo, foi o caso do Parque Municipal Chácara do Jockey, equipamento que foi adquirido por meio da cobrança de dívida IPTU.

Definição de termos técnicos para a meta

Readequar e requalificar: Adequar e requalificar parques implantados em aspectos prioritários, como obras de drenagem, contenção de córrego, encostas e taludes em erosão, acessibilidade e edificações de apoio (sanitários e guaritas). Instalação de bebedouros em parques já implantados para atendimento da solicitação do Ministério Público. Instalação e readequação de playgrounds e equipamentos de idosos para o uso da população.

A Meta 87 foi executada em 206 % - Meta está Concluída

META 87 - Implantar 32 polos de Educação ambiental, capacitando e sensibilizando 120.000 cidadãos

Relato da Meta 87

353.024 cidadãos capacitados e sensibilizados, através de ações desenvolvidas em diversos pontos da cidade.

As subprefeituras beneficiadas foram: Pinheiros, Pirituba, Tuvucuvi, Aricanduva, Mooca, Pirituba/Jaraguá, Vila Maria/Vila Guilherme, Butantã, Itaquera, M'Boi Mirim, Santana e Sé.

O fomento e a difusão das práticas de educação ambiental contribuiu, para que integrantes de diferentes segmentos da população, de forma criativa, critica e autônoma, construam conhecimentos sobre a situação e

perspectivas socioambientais e para que se capacitem a incorporar hábitos e estilos de vida sustentáveis. Para dar andamento a essas práticas, criam-se os pólos de difusão em educação ambiental e cultura de paz nos territórios de cada Subprefeitura, para descentralizar as ações de capacitação (cursos e outras atividades de longa duração) e sensibilização (atividades diversas de curta duração) na educação ambiental não formal.

Definição de termos técnicos para a meta

Polos de difusão de educação ambiental e cultura de paz: espaços abertos localizados em equipamentos públicos como parques e CEUs que receberão atividades promovidas pela SVMA e outros órgãos interessados, além de servir como espaço de articulação para o desenvolvimento local.

A Meta 88 foi executada em 37 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 88 - Plantar 900 mil mudas de árvores em passeios públicos, canteiros centrais e no Sistema de Áreas Verdes

Relato da Meta 88

Desde 2013, foram plantadas 363.319 mudas por toda a Cidade de São Paulo. A Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente executou uma Campanha Permanente de Doação de Mudas e Incentivo à Arborização da Cidade de São Paulo, na qual o munícipe pode retirar mudas nos viveiros e parques participantes da campanha para arborizar as suas calçadas ou as suas propriedades dentro da Capital Paulista.

Hoje a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente conta três viveiros ativos:

- Viveiro Manequinho Lopes, localizado junto ao Parque Ibirapuera: produção de herbáceas e arbustivas;
- Viveiro Arthur Etzel, localizado no Parque do Carmo: produção de herbáceas e arbustivas; - Viveiro Harry Blossfeld, localizado no Parque Cemucam: produção de exemplares arbóreos

A meta não foi integralmente atingida, entende-se que sua elaboração superestimou o planejamento arbóreo da cidade. Houve também diminuição do plantio de mudas atreladas aos Termos de Compensação Ambiental (TCA) desde 2014, por conta da desaceleração na construção civil.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de proteger os recursos naturais da cidade, conservando as áreas de mananciais, ampliando o sistema de áreas verdes, preservando os recursos hídricos e monitorando as áreas de risco.

PL do IPTU Verde (SF)

A Prefeitura desenvolveu diversas iniciativas voltadas ao Meio Ambiente. A chamada Pauta Verde baseada nas diretrizes para políticas ambientais e medidas previstas e estabelecidas pelo Plano Diretor, pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, pelo Código de Obras, pelo Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, unificou ações de várias Secretarias voltadas para o desenvolvimento sustentável da cidade. Além do IPTU Verde. O Projeto de lei que estabeleceu o IPTU Verde (PL 568/15) e preve descontos no valor do IPTU, a partir de certificações ambientais: Nível 1 (até 4%), Nível 2 (de 4% a 8%) e Nível 3 (de 8% a 12%). O benefício deve ser aplicado tanto às novas construções como às edificações já existentes, mediante comprovação de construção ou reformas ambientais.

Decreto de incentivo a carros híbridos (SF)

Em 2015 o Prefeito edita o Decreto nº 56.349, de 21 de agosto de 2015, regulamentando Lei nº 15.997, de 27 de maio de 2014, que estabelece a política municipal de incentivo ao uso de carros elétricos ou movidos a hidrogênio). A lei prevê devolução de parte do IPVA (cota parte municipal) para carros híbridos, elétricos e à hidrogênio, bem como a sua exclusão do rodízio na cidade de São Paulo.

Quota Ambiental na nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SMDU)

A criação da Quota Ambiental na nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, estabeleceu medidas para todos os lotes privados acima de 500 m2 e induziu, com critérios que priorizam as questões ambientais para edificações novas, a mitigação compartilhada na áreas de drenagem e melhoria do micro climas nos bairros urbanos. Regulamentada pelo Decreto 57.569/2016.

Recriação da Zona Rural (SMDU)

A revisão da Lei de Zoneamento em 2016 organizou as zonas conforme três tipos de territórios que se diferem, por um lado, pela perspectiva predominante de transformação, inclusive qualitativa, e por outro, pela perspectiva de preservação: Territórios de transformação, de qualificação e de preservação. A revisão do zoneamento aumentou em 53% as zonas especiais de proteção ambientais (ZEPAM) existentes na cidade. A revisão da Lei de Zoneamento em 2016 criou 3 ZEPAM - Zona Especial de Proteção Ambiental ao entorno da Serra da Cantareira formando a Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Cantareira que foi delimitada por município considerando-se o uso da terra no entorno (10 e 2 km) da unidade de conservação e a legislação

territorial e ambiental incidentes. A área total da Zona de Amortecimento é 35.704 hectares, abrangendo 6 municípios.

Promoção do uso de energias renováveis e substituição gradual dos combustíveis fósseis por outros com menor potencial de emissão de gases de efeito estufa e da poluição atmosférica em geral. (SMT)

Destacam-se iniciativas como a substituição progressiva de parte da frota ônibus por veículos movidos à combustíveis menos poluentes, incentivo fiscal no IPVA para uso de meios de transporte não poluentes como carros elétricos e híbridos, além de ações que priorizam as bicicletas como meio de transporte.

Atualmente, no sistema municipal de transporte coletivo por pneus operam 60 ônibus movidos à etanol, outros 395 veículos são abastecidos por biodiesel e 201 trólebus são elétricos. Outras alternativas energéticas ao óleo diesel foram estudadas, como veículos elétricos híbridos, bateria, supercapacitor, e biogás.

Mapear e registrar a vegetação significativa do município de São Paulo, revendo o mapeamento existente (SVMA)

A Secretaria do Verde e Meio Ambiente realizou mapeamento da vegetação da cidade lançando um novo mapa disponível online em escala 1:10.000, o que representa um maior detalhamento das áreas já mapeadas. O trabalho levantou a existência de 4.496 polígonos – o menor deles com apenas 85 metros quadrados – que somados têm uma área de 45.906,64 hectares. Esse georeferenciamento garante o monitoramento das áreas verdes do município.

Plano Intensivo de Manejo Arbóreo - PIMA (SVMA)

Em Ago/2015 foi lançado o Plano Intensivo de Manejo Arbóreo – PIMA, otimizando ações como podas, remoções e plantio de árvores para reduzir o risco de quedas de espécies nas vias da cidade durante o período de chuvas. As ações são mais concentradas em regiões consideradas críticas, onde ocorrem mais quedas: Pinheiros, Sé, Santo Amaro, Vila Mariana, Butantã, Lapa, Mooca, Vila Prudente e Ipiranga. Com base no novo Sistema de Gerenciamento das Árvores Urbanas (SisGau), que tem 650 mil exemplares mapeados, as equipes municipais atuam para aprimorar as vistorias técnicas nas árvores nestas regiões e também para intensificar as ações das equipes de trabalho na solução dos eventuais problemas verificados nas espécies.

Revisão do Manual de Plantio (SVMA)

Foi elaborada a terceira edição do Manual de Arborização Urbana, um importante instrumento de difusão, orientação e sensibilização para a importância e o papel das árvores em nossa cidade. Neste, são abordados os aspectos da arborização urbana, os seus benefícios, as suas conveniências e as necessidades, descrevendo parâmetros de planejamento urbano para os diversos tipos de áreas que possam receber plantio de árvores.

Pela primeira vez se apresenta também técnicas de manejo e transporte para árvores adultas, visando o prolongamento do tempo de vida destas.

Revogação da taxa da Inspeção veicular (SVMA)

A Secretaria Municipal de Finanças diagnosticou que o estabelecimento da taxa da inspeção veicular provocou bruta diminuição da arrecadação de IPVA e também do número de novos veículos licenciados em São Paulo nos quatro anos seguintes à implantação da inspeção, enquanto a média de veículos que circulam na cidade ainda era a mesma. O contrato com a empresa Controlar (condenada por improbidade administrativa em segunda instância) acabou em 31/01/2014 e a nova Lei Nº 15.688, de 11 de abril de 2013 reordenou os critérios para a inspeção veicular, suspendendo a taxa de pagamento pela inspeção, oferecendo inclusive reembolso das taxas dos veículos aprovados nas inspeções de 2013 por meio de solicitação via portal da Prefeitura.

Valorização dos Conselhos de parques (SVMA)

Criação dos Conselhos Gestores dos parques municipais (Lei 15.910 de novembro de 2013) para participar do planejamento, gestão, avaliação e controle da execução das atividades do parque e da política de meio ambiente e sustentabilidade em sua área de abrangência. Os Conselhos são tripartites com participação do poder executivo, frequentadores e movimentos, instituições ou entidades sociais.

Objetivo 15: Ampliar a coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos com a inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis

A Meta 89 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 89 - Ampliar a coleta seletiva municipal para os 21 distritos que ainda não são atendidos

Relato da Meta 89

A coleta porta-a-porta foi expandida para todos os 96 distritos da cidade, sendo que destes, 46 estão com o serviço universalizado. Essa é a melhor marca de coleta seletiva que a cidade já teve.

Além da coleta realizada pelas empresas concessionárias, as cooperativas de reciclagem da capital receberam investimentos de R\$ 42 milhões do BNDES para compra de máquinas, reforma de galpões e capacitação de gestores, aumentando o fôlego e capacidade de reciclagem da cidade.

Além disso, a Prefeitura de São Paulo disponibilizou pela cidade Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) para a população depositar materiais recicláveis. Esses equipamentos incentivaram a separação do material para reciclagem e a entrega voluntária. Os PEV's s

Complementar a abrangência da coleta seletiva nos distritos que já contam com circuitos e efetivar a coleta seletiva para os que ainda não são atendidos por nenhuma modalidade com implantação de pontos de entrega voluntária. A ampliação da coleta seletiva não possui custo de implantação e manutenção, apenas gerenciamento da contrapartida exigida para a concessão do serviço.

* Meta viabilizada por meio do contrato de concessão dos serviços de coleta de resíduos sólidos.

Definição de termos técnicos para a meta

Modalidades de coleta seletiva: coleta pode ser feita pelos caminhões disponibilizados pelas concessionárias, pelos caminhões alugados pela Prefeitura e cedido às cooperativas ou misto (distrito atendido por 2 modalidades).

Circuito: trajeto pelo qual é feita a coleta seletiva.

Ponto de Entrega Voluntária: local onde o munícipe pode fazer o descarte dos resíduos recicláveis.

A Meta 90 foi executada em 67 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 90 - Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 4 novas centrais de triagem automatizadas

Relato da Meta 90

Em junho de 2014, a Secretaria de Serviços de São Paulo inaugurou sua Central Mecanizada de Triagem (CMT) na Ponte Pequena, a primeira do gênero na América Latina. Com capacidade para processar anualmente 80 mil toneladas de material reciclável, a Central resultou em uma importante contribuição para elevar a coleta seletiva da cidade a um novo patamar de eficiência. Com investimento de cerca de R\$ 15 milhões em equipamentos, a Central utiliza tecnologias alemã, francesa e espanhola. Ela funciona integrada à Estação de Transbordo Ponte Pequena, formando um complexo de 19 mil metros quadrados, totalmente dedicado à gestão de resíduos na cidade.

Um mês depois, em julho de 2014, a Secretaria de Serviços construiu e passou a gerenciar a Central Mecanizada de Triagem Carolina Maria de Jesus, localizada na Avenida Miguel Yunes, nº 345, Vila Sabará. A CMT – Carolina Maria de Jesus, com tecnologia europeia, em uma área construída de 4.820,97 m², permitiu a separação de até 250 toneladas de materiais por dia, através de sistema de esteiras, controle computadorizado e agentes ambientais. Contempla a separação dos principais componentes recicláveis sendo eles: papel, papelão, embalagens de cartão para alimentos líquidos, materiais ferrosos e não-ferrosos e plásticos, inclusive pela cor, triados de acordo com suas características físicas. Ao término do processo, os materiais encontram-se enfardados e prontos para transporte, comercialização e remessa às indústrias de reciclagem.

Outra 2 centrais mecanizadas de triagem estão projetadas em fase de desapropriação de terreno para implantação.

As centrais de triagem automatizadas contam com dispositivos para triagem automatizada, com maior capacidade de processamento de material. Trata-se de conjunto de processos de separação automática por meio de equipamentos providos de sensores ópticos, separador magnético, separador balístico e sistemas de aspiração, entre outros, que promovem a classificação e seleção automática dos materiais, de acordo com suas características físicas. A triagem automática permite separar as frações de Politereftalato de Etileno (PET); Plástico filme; Polietileno de Alta Densidade (PEAD); Plásticos mistos; Metais ferrosos e não-ferrosos; Embalagens acartonadas para produtos líquidos e semilíquidos (tetrapak).

Em 2016, devido a alta capacidade de processamento de resíduos das duas centrais de triagem inauguradas, as outras duas centrais previstas tornaram-se centrais complementares.

Definição de termos técnicos para a meta

Central de Triagem: é o equipamento que promove a triagem do material coletado pelos caminhões a serviço da PMSP, no âmbito do Programa de Coleta Seletiva.

A Meta 91 foi executada em 47 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 91 - Implantar 84 novos Ecopontos

Relato da Meta 91

De 2013 a 2016, a Prefeitura de São Paulo implantou 36 ecopontos, totalizando 93 unidades em operação no município. A quantitativos de resíduos recebidos nos Ecopontos aumentou de 406.617 m³ em 2012 para 541.054 m³ em 2015.

Ecopontos são locais de entrega voluntária de volumes de entulho , grandes objetos (móveis, poda de árvores, etc) e resíduos recicláveis. Todos os Ecopontos funcionam de segunda à sábado das 6h às 22h e aos domingos e feriados das 6h às 22h e aos domingos e feriados das 6h às 18h. A concepção do ecoponto é oferecer ao munícipe uma opção para a entrega voluntária de resíduos, sobretudo os provenientes de pequenas reformas e materiais inservíveis, como sofás, colchões, eletrodomésticos. O equipamento é entregue devidamente cercado e com portão de acesso e totem de identificação, equipado com baias para o recebimento de resíduos volumosos, caçambas para resíduos da construção civil e containers para o acondicionamento de material reciclável, em uma área impermeabilizada, com iluminação e vigilância (horário de operação:.

Definição de termos técnicos para a meta

Ecoponto: Equipamento com aproximadamente 800 m², com acesso para veículos e caminhões, localizado próximo a áreas com histórico de descarte irregular de resíduos para a recepção voluntária de pequenos volumes de resíduos da construção civil e demolição (até 1m³), resíduos volumosos (móveis inservíveis, colchões, restos de poda) e materiais recicláveis, cuja operação é realizada pelas empresas contratadas para a realização dos serviços de limpeza indivisíveis (varrição, lavagem de vias, remoção de objetos volumosos e outros).

A Meta 92 foi executada em 22 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 92 - Promover a compostagem dos resíduos sólidos orgânicos provenientes das 900 Feiras Livres Municipais e dos serviços de poda da cidade

Relato da Meta 92

A primeira central de compostagem do programa Feiras e Jardins Sustentáveis entrou em funcionamento em setembro de 2016. O pátio piloto foi criado para evitar que resíduos orgânicos (frutas, legumes e verduras) coletados nas feiras livres de São Paulo sejam descartados em aterros sanitários. O material será reciclado e transformado em adubo ecológico. Localizado em uma área de três mil metros quadrados na Subprefeitura da Lapa, o pátio piloto vem recebendo cerca de 50 toneladas semanais de resíduos orgânicos, coletados em 26 feiras da região.

Esse material foi separado e depositado em leiras (canteiros preparados para o recebimento desses resíduos). Em seguida, os resíduos são cobertos por camadas de palha de grama, propiciando o surgimento de bactérias e fungos que degradam a matéria orgânica de forma controlada, sem exalar mau cheiro ou atrair insetos. Os resíduos de poda triturada garantem que o ar continue circulando, o que é fundamental para o êxito do processo. O adubo será utilizado em ações de jardinagem nas praças. Para estimular a participação da comunidade, existem ações de conscientização ambiental e visitas a escolas. Estudos mostram que, com todas as centrais de compostagem implantadas, é possível reduzir em até 20% o volume do que é destinado hoje para os aterros.

O volume de resíduos sólidos orgânicos gerados pelas feiras livres da cidade atinge cerca de 62 mil toneladas/ano (Fonte: Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos - SISCOR, 2012). A coleta seletiva dos resíduos orgânicos das feiras livres em junção com os resíduos de poda permitem a promoção de um composto de alta qualidade para uso na agricultura urbana e periurbana de São Paulo, em perfeito atendimento ao Art.º 36, V, da Lei 12.305/10.

* Meta viabilizada por meio de melhora nas diretrizes de execução do contrato de concessão dos serviços de varrição e coleta de resíduos sólidos.

Definição de termos técnicos para a meta

Resíduos sólidos orgânicos: compoendo mais de 50% do lixo produzido no município, estão nessa categoria restos de frutas, verduras e legumes, folhas, sementes etc., os quais se tornam grande problema quando depositados nos aterros sanitários (gases de efeito estufa, vetores, mau cheiro e chorume tóxico). Compostagem: processo de biodecomposição controlada de resíduos orgânicos, com o objetivo de obter um composto (húmus) rico em nutrientes para uso agrícola.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de ampliar a coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos com a inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis.

Centro Para Tratamento de Resíduos da Saúde (SES)

Importante avanço na gestão de resíduos foi a implantação do Centro Para Tratamento de Resíduos da Saúde, no distrito de Itaquera, em terreno com 25,8 mil metros quadrados. Com capacidade de tratamento de 50 toneladas/dia de resíduos do serviço de saúde, foram investidos pela concessionária EcoUrbis R\$ 39,7 milhões como contrapartida do contrato de concessão, sem custos adicionais para a Prefeitura. Esses resíduos foram neutralizados e deixaram de oferecer risco a população.

Programa Composta São Paulo (SES)

Pioneiro na cidade, o programa Composta São Paulo transformou restos de alimentos em adubo, reduzindo a quantidade de resíduos enviados aos aterros sanitários. Em um teste-piloto foram selecionados 2.006 domicílios para receberem as composteiras, viabilizando grande quantidade de compostagem.

Sacolas Pláticas descartáveis (SES)

Para atender à lei que proíbe disponibilizar sacolas plásticas descartáveis nos estabelecimentos comerciais da cidade, foram adotados dois modelos bioplásticos reutilizáveis — um na cor verde para a coleta seletiva de lixo seco, outro na cor cinza para a coleta convencional de resíduos orgânicos.

Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (SES)

O Plano foi oficializado em 2014 e orientou o planejamento da coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no município, permitindo o desenvolvimento de ações que possibilitem o aumento da reciclagem e a redução dos resíduos atualmente dispostos em aterros sanitários.

O Plano estipula redução, nos próximos 20 anos, de 98,2% para 20% o volume de lixo despejado nos aterros sanitários pela maior capital do país e maior cidade da América Latina. Até 2033, 30% dos paulistanos devem tratar em casa os resíduos orgânicos domiciliares, que correspondem a 51% das 20,1 mil toneladas de resíduos coletadas por dia na cidade.

O plano inclui as principais metas da Prefeitura para o setor, entre elas o aumento da coleta pública seletiva de secos de 1,8% para 10%, por meio da extensão do serviço para os 96 distritos do município, e a construção de centrais mecanizadas de triagem. A ampliação da coleta seletiva também valoriza as cooperativas de reciclagem e a inclusão social dos catadores.

A participação popular é uma das principais diferenças entre o atual Plano de Gestão e o que foi elaborado em 2012. O Plano 2014 é resultado de um extenso processo participativo realizado em 2013 e que culminou na realização da 4ª Conferência Municipal do Meio Ambiente.

Controle de Transporte de Resíduos – CTR Eletrônico (SES)

A legislação proíbe a deposição de entulho em vias e logradouros públicos e permite que cada imóvel gerador encaminhe o máximo de 50 kg de entulho por dia para ser recolhido pela Prefeitura através da coleta domiciliar convencional, desde que os resíduos estejam devidamente acondicionados. Outra opção é encaminhar o entulho para os Ecopontos, que são unidades para o descarte gratuito diário de até 1m³ (um metro cúbico), aproximadamente 18 sacos, de entulhos, madeiras, podas de árvores e grandes objetos.

A Resolução 58/2015 regulamentou o cadastro dos operadores do Sistema de Limpeza Urbana do Município e o Controle de Transporte de Resíduos – CTR Eletrônico. A obtenção da autorização de operação é expedida mediante definição de uma rede de unidades de destinação, envolvendo áreas de transbordo, triagem, reciclagem e aterros de resíduos da construção civil. Também foi instituído o Controle de Transporte de Resíduos – CTR Eletrônico, de porte obrigatório para todos os operadores de transporte de resíduos da construção civil, seja por meio de caminhão basculante ou caçambas estacionárias, isso garante a fiscalização do descarte legal de resíduos

Objetivo 16: Melhorar a mobilidade urbana universal, dando prioridade aos meios públicos de transporte

A Meta 93 foi executada em 57 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 93 - Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 150 km de novos corredores de ônibus

Relato da Meta 93

Foram construídos ou requalificados 42,3 km de corredores de ônibus. São eles: Corredor Berrini (trecho 1), Inajar De Souza/Rio Branco, MBoi Mirim (requalificação), Binário Santo Amaro, Ponte Baixa (Complexo Viário), Avenida Líder e o prolongamento dos corredores Nove de Julho e Cidade Jardim. Obras em andamento para implantação dos corredores Leste Itaquera, Av. Chucri Zaidan. Também foi concluída a ampliação do Terminal Urbano de Itaquera, e estão em andamento obras para o novo Terminal de Itaquera.

Além desses corredores concluídos ou em obras, foram contratados os corredores Aricanduva, Capão Redondo/Campo Limpo, Radial Leste II, Santo Amaro-OUCFL, Perimetral Bandeirantes, Acesso ao Term. Jd. Ângela, Carlos Caldeira Filho e MBoi Mirim/Cachoeirinha.

O Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu licitações para construção de corredores de ônibus, apontando sobrepreço em editais e risco de pagamento indevido, atrasando o processo. A prefeitura realizou todos os

esclarecimentos necessários, obtendo a liberação de alguns contratos, e aguarda retorno por parte do TCU em relação ao corredor Radial Leste (trecho 1). Ressalta-se ainda que as licitações de SIURB tem em média desconto de 20% no preço de tabela.

Outro fato que influenciou atrasos na construção de corredores foi a demora na liberação de recursos do governo federal, diante do ajuste fiscal e da queda de arrecadação da União.

Além disso, o alto custo de desapropriações envolvidas dificultam e encarecem as obras. As 5 mil desapropriações previstas inicialmente para implantação de todos os corredores, terminais e acesso aos terminais, obrigaram a revisão dos projetos.

A meta inclui a implantação de vias segredadas em pavimento rígido com largura de 3,5 metros e 7 metros nas paradas para ultrapassagem, pré-embarque em todas as paradas ao longo do corredor e nos terminais e ainda tecnologia para informação ao usuário. Corredores projetados:

- Corredor Aricanduva - Extensão: 14 km
- Corredor Leste Radial - Extensão: 25,5 km
- Corredor Leste Itaquera - Extensão: 14,1 km
- Corredor Berrini - Extensão: 3,3 km
- Corredor Vila Natal - Extensão: 6,3 km
- Corredor Sabará - Extensão: 7,6 km
- Corredor Miguel Yunes - Extensão: 4,23 km
- Corredor Capão Redondo / Campo Limpo / Vila Sônia - Extensão: 12 km
- Corredor Perimetral Itaim Paulista / São Mateus (Ragheb Chohfi) - Extensão: 24,1 km
- Corredor Belmira Marin - Trecho 2 - Extensão: 3,8 km
- Corredor Canal Cocaia - Extensão: 10 km
- Corredor Inajar de Souza - Requalificação - Extensão: 14,6 km
- Corredor M`Boi Mirim / Santo Amaro - Requalificação - Extensão: 16 km

Terminais de Ônibus projetados:

- Terminal Itaquera (em obras)
- Terminal Novo Jd. Ângela
- Terminal Perus
- Terminal Novo Parelhereiros

Corredores do Plano Viário Sul :

- Corredor M`Boi Mirim / Cachoeirinha - Extensão 5,5 km
- Corredor Guarapiranga / Guavirutuba - Extensão: 5,7 km
- Corredor Agamenon - Baronesa - Extensão: 7,5 km

- Corredor Av. Carlos Caldera Filho - Extensão: 3,3 km
- Corredor Belmira Marin - Trecho 1 - Extensão: 3,1 km

A Meta 94 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 94 - Implantar as novas modalidades temporais de Bilhete Único (Diária, Semanal e Mensal)

Relato da Meta 94

Novas modalidades temporais do Bilhete Único (diária, semanal e mensal) foram implantadas. Mais de 2,2 milhões de cartões cadastrados até fevereiro de 2016.

Destaca-se ainda, o Passe Livre para alunos da Rede Municipal de Ensino, estudantes das Universidades Públicas com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo e beneficiários do Prouni, Fies, Bolsa Universidade ou Cotas Sociais.

A implantação das novas modalidades consistiu na emissão de cartões (bilhetes) com validade no período e à atualização tecnológica de todo o sistema de bilhetagem.

Definição de termos técnicos para a meta

Bilhete Único Mensal: bilhete de validade mensal, com o qual o valor pago dá direito ao deslocamento por toda a cidade, sem limitação de viagens no período.

Bilhete Único Semanal: como o mensal, porém para o período de uma semana.

Bilhete Único Diário: analogamente, com validade para um dia.

A Meta 95 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 95 - Implantar horário de funcionamento 24h no transporte público municipal

Relato da Meta 95

O funcionamento 24 horas no transporte público municipal foi implantado em fevereiro de 2015, com 50 linhas estruturais e 101 linhas locais funcionando da meia-noite às 04:00 horas da madrugada. As linhas estruturais têm intervalo de 15 minutos e as linha

Viagens Programadas: 2.671 viagens/dia Frota Programada: 482 ônibus/dia Km Programada: 3.524 km/dia Média de Passageiros Transportados: Útil: 26.038 / Sábado: 42.733 / Domingo: 42.002 - média referente ao mês de abril de 2016.

O planejamento previu que os ônibus noturnos percorressem o mesmo trajeto das linhas do Metrô e também os bairrossegundo modelos de referência internacional e facilitando a orientação do usuário pela cidade.

Definição de termos técnicos para a meta

Linha noturna: linha de ônibus com programação de partidas no período noturno. Linha diuturna: linha de ônibus com operação ininterrupta (24h).

A Meta 96 foi executada em 282 % - Meta está Superada

META 96 - Implantar 150 km de faixas exclusivas de ônibus

Relato da Meta 96

A Secretaria Municipal de Transportes implantou 423,3 km de faixas exclusivas à direita no viário destinadas ao transporte coletivo. Somados aos 90 km já existentes, a cidade passou a contar com 513,3 km de trajetos específicos para os ônibus. Até dezembro 2012, a cidade possuía somente 90 km de faixas exclusivas. Seguindo a política de valorização do transporte público, a Administração vem implementando uma grande malha em todas as regiões. Num primeiro momento, a meta de implementação era de 150 km. Diante dos resultados expressivos em benefício dos usuários de transporte público municipal o programa foi ampliada e tornou-se permanente.

Quem optou pelo transporte público na cidade teve um ganho individual médio de 38 minutos/dia e uma redução de até quatro horas por semana em suas viagens.

As faixas exclusivas também contribuem para organizar o fluxo do trânsito na cidade, já que delimitam os espaços para os respectivos veículos.

As diretrizes do Plano Diretor Estratégico estabeleceram a prioridade do transporte público. A meta previu a instalação de mais 150 km de faixas à direita em eixos de transporte cuja frequência dos ônibus estejam acima de 40 ônibus por sentido no horário pico.

Definição de termos técnicos para a meta

Faixa exclusiva de ônibus à direita: Faixa de trânsito reservada ao tráfego exclusivo de ônibus em tempo integral ou em horários pré-determinados.

A Meta 97 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 97 - Implantar uma rede de 400 km de vias cicláveis

Relato da Meta 97

A cidade de São Paulo possui 477,7 km de vias com tratamento cicloviário permanente, sendo 447,4 km de Ciclovias/Ciclofaixas e 30,3 km de Ciclorrotas. Para usufruir da integração modal o ciclista conta com 6247 vagas em Bicicletários públicos, e 121 Parac

A Rede Estrutural Cicloviária foi composta por diferentes tipos de infraestrutura, todas devidamente sinalizadas com placas e pinturas de solo (sinalização vertical e horizontal), entre elas estão as ciclovias, ciclofaixas, ciclorrotas, calçadas compartilhla

A meta incluiu a instalação de estacionamentos para bicicletas e a implantação de um sistema de compartilhamento que pode ser gerenciado pelo Bilhete Único.

Definição de termos técnicos para a meta

Rota de Bicicleta ou Ciclorrota: Ruas já utilizadas por ciclistas que circulam nos bordos da via junto com o tráfego geral e que recebem sinalização vertical e horizontal específica (placas e pintura de solo) alertando os motoristas sobre a presença e a prioridade a ser dada ao tráfego ciclístico, além da adoção da velocidade veicular em 30 km/h..

Ciclovía: Pista para uso exclusivo para circulação de bicicletas, segregada fisicamente do restante da via, dotada de sinalização vertical e horizontal específica (placas e pintura de solo). Pode estar situada na calçada, no canteiro central de uma via ou na própria pista onde circula o tráfego geral.

Ciclofaixa: Faixa para uso exclusivo para circulação de bicicletas sem segregação física em relação ao restante da via e caracterizada por sinalização vertical e horizontal específica (placas e pintura de solo). Normalmente situa-se nos bordos da pista por onde circula o tráfego geral, mas pode também situar-se na calçada e no canteiro central.

Calçada Compartilhada: Calçadas onde é autorizada a circulação montada de bicicletas e que recebem sinalização vertical (placas) regulamentando esta situação.

A Meta 98 foi executada em 101 % - Meta está Superada

META 98 - Modernizar a rede semafórica

Relato da Meta 98

Até maio de 2016, foram realizadas 4.840 reformas de cruzamentos e, a instalação de 1.171 NoBreaks, 391 GPRS e 744 Controladores Semafóricos.

O Projeto DNA Semafórico implementou diversas facilidades no sistema:

- realizada integração do processo de falha semafórica
- desenvolvido sistema de obtenção de indicadores BI-SMEE
- desenvolvido Indicador de Qualidade Semafórico
- concluída a integração dos sistemas SMEE com as empresas contratadas (gestão de falhas, banco do DNA e sistema de comunicação com a central)

Definição de termos técnicos para a meta

Automação Semafórica: programação semafórica dos cruzamentos conectada ao sistema de controle centralizado operando em tempo real.

A Meta 99 foi executada em 61 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 99 - Projetar, licitar, licenciar e garantir a fonte de financiamento para a execução do Plano Viário Sul

Relato da Meta 99

Entre abril e novembro de 2014, foram inaugurados dois pontilhões na Avenida M' Boi Mirim sobre o rio Embu Mirim, na zona sul da cidade. A obra integra o programa de urbanização e reestruturação do sistema viário da

região sul de São Paulo. Com a sua entrega, o trânsito que fluía nos dois sentidos por uma só faixa para cada direção, passou a usar seis faixas de rolamento, três para cada sentido. A reforma do viário atende a uma das principais e mais antigas demandas da população local, de mais de 330 mil pessoas. Juntas, as pontes receberam um investimento de R\$ 24,9 milhões.

O Plano Viário Sul foi concluído e prevê implantação de 27 km de novos corredores, e investimento de R\$ 1,35 bilhões.

Os novos trechos das Av. Belmira Marin, Estrada Agamenon/Baronesa, Estrada Guarapiranga/Guavirituba estão em processo de licitação e licenciamento. Já Av. Carlos Caldeira Filho e Estrada M'Boi Mirim/Cachoeirinha estão com obras contratadas e projeto básico pronto.

Os projetos foram revisados de modo a diminuir o número de desapropriações tornando-os economicamente viáveis. Essas desapropriações envolvem a construção de novas unidades habitacionais. Para isso, prevê recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa Minha Vida, e da Prefeitura de São Paulo. **Definição de termos técnicos para a meta**

Plano Viário Sul: Plano de obras viárias localizadas na região do extremo sul da cidade de São Paulo.

A Meta 100 foi executada em 73 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 100 - Concluir obras do complexo Nova Radial

Relato da Meta 100

Estão concluídos o Viaduto Itaquera, canalização do Córrego Laranja-Azeda, interligações entre Av. Itaquera, Av. José Pinheiros Borges e Av. Miguel Inácio Curi, passagem em desnível na Radial Leste, rotatória e alargamento de pista no cruzamento da Av. Miguel Inácio Curi e Av. Engenheiro Adervan Machado, duas alças de acesso entre a Av. Jacu-Pêssego e Nova Radial, e passarela sobre trilhos, próximo à estação Artur Alvim.

Concluído o primeiro trecho de canalização do Córrego Verde, junto ao Rio Jacu. Demais trechos passam por readequação de projeto.

O Parque Linear Rio Verde possui uma área implantada que já atende a população.**Definição de termos técnicos para a meta**

A Meta 101 foi executada em 45 % - Meta está Em andamento

META 101 - Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir a ponte Raimundo Pereira de Magalhães

Relato da Meta 101

Projeto básico concluído, audiências públicas realizadas. A licitação já foi concluída e o contrato assinado. Previsto recurso do FUNTURB no valor de R\$ 10 milhões. Também prevê recursos da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

No momento, a prefeitura está respondendo questionamentos para licenciamento ambiental da obra.

Definição de termos técnicos para a meta

A Meta 102 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 102 - Ampliar o Programa de Proteção à Vida atendendo as 32 subprefeituras com ações de segurança e de educação

Relato da Meta 102

O Programa de Proteção à Vida (PPV) foi implantado nas 32 subprefeituras e compreende um conjunto de medidas criadas para melhorar a segurança viária a partir de novos conceitos sobre mobilidade urbana. A proposta conscientizou e motivou todos no trânsito na prática de atitudes de respeito e urbanidade no compartilhamento do espaço viário, especialmente com relação aos mais vulneráveis como pedestres e ciclistas.

As reduções das velocidades máximas permitidas no perímetro urbano da capital paulista teve por objetivo melhorar as condições de segurança de todos os usuários, ao mesmo tempo em que reduziu o número de feridos e mortos em acidentes de trânsito.

Reduzir em 10% / ano o número de acidentes de trânsito com pedestres, ampliando o programa de proteção ao pedestre para toda a cidade, enfatizando corredores de ônibus periféricos, subcentros comerciais e polos geradores de pedestres (regiões com alto índice de atropelamentos) com a implementação de ações de educação, engenharia e fiscalização.

Meta já foi repactuada com a secretaria para "Ampliar o Programa de Proteção à Vida atendendo as 32 subprefeituras com ações de segurança e/ou de educação"

Definição de termos técnicos para a meta

Programa de Proteção ao Pedestre: programa cujo objetivo é criar a cultura de respeito ao pedestre, resgatando os valores de proteção ao pedestre, de maneira a ampliar a segurança destes e reduzir os índices de acidentalidade por atropelamentos

A Meta 103 foi executada em 28 % - Meta está Em andamento

META 103 - Construir a Alça do Aricanduva

Relato da Meta 103

A alça tem por objetivo permitir o acesso à Marginal Tietê evitando a entrada no bairro da Penha. Projeto básico da obra concluído.

O Decreto de Utilidade Pública (DUP) foi emitido, os dois imóveis em desapropriação aguardam parecer do perito para definição do valor das áreas na arbitragem judicial.O tramite para desapropriação atrasou o início das obras.

Definição de termos técnicos para a meta

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de melhorar a mobilidade urbana universal, dando prioridade aos meios públicos de transporte.

Plano de melhoramentos da Av. Santo Amaro, entre Av. Pres. J.Kubitschek e Av.dos Bandeirantes (OUFCL) (SIURB)

O plano de melhoramentos públicos na Avenida Santo Amaro, desde a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek até a Avenida dos Bandeirantes passa a integrar o programa de investimentos da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, abrangendo a pavimentação de vias e espaços públicos, corredor de ônibus, drenagem urbana, enterramento de redes, iluminação, sinalização, semáforos, mobiliário urbano, comunicação visual, paisagismo e ajardinamento. Está em andamento o projeto executivo, e foi dado início para serviços preliminares.

Obras emergenciais de viário (SIURB)

A recuperação da Ponte do Piqueri após colisão de caminhão basculante foi concluída; a recuperação da Ponte Governador Orestes Quércia (Estaiadinha) depois de incêndios em moradias instaladas sob a estrutura da ponte foi concluída; pontilhão da rua Santa Cruz junto à avenida Ricardo Jafet foi restaurado; a reconstrução da Ponte da Vila Any, divisa Guarulhos/Itaim Paulista está em obras. O pontilhão da Avenida Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, também conhecido como pontilhão do Parque Novo Mundo foi recuperado; A ponte do Tamanduateí, também conhecida como ponte Lindóia,foi reconstruída e a recuperação do Viaduto Santo Amaro está em andamento.

Olho Vivo - SPTrans (SMT)

O Olho Vivo é o canal de comunicação do Centro de Controle Operacional que informa onde está o ônibus, qual o horário da próxima partida, a velocidade média e o tempo de percurso de veículo. A partir dos dados do Olho Vivo é que os aplicativos de informação sobre linhas de ônibus (como o Cadê o Ônibus? e Moovit) são desenvolvidos. Além disso, a SPTrans possui diversos canais de comunicação com o público. A Assessoria de Relacionamento com o Usuário recebe sugestões e reclamações. Entre 2012 e 2015, o total de reclamações registradas teve queda de 28%, passando de 141.204 para 48.393 com atendimentos realizados. <http://olhovivo.sptrans.com.br/>

Gratuidades no transporte público (SMT)

As gratuidades no transporte foram ampliadas com o Passe Livre para estudantes. Ao ano, esses benefícios representam mais de 520 milhões de passagens subsidiadas, incluindo estudantes com meia tarifa, estudantes com Passe Livre, pessoas com deficiência, idosos. Apenas para o Passe Livre, são quase 637 mil estudantes atendidos pelo benefício.

Reajustes da tarifa de ônibus abaixo da inflação (SMT)

Enquanto a tarifa foi reajustada em 16,7% entre 2011 e 2015, a inflação foi de 27% . Do mesmo modo, o custo com transporte cai para trabalhador que ganha salário mínimo nacional, uma vez que, no mesmo período, o salário mínimo nacional cresceu 44,58%.

Estacionamentos CET (SMT)

São duas as opções de estacionamento: o fixo e o rotativo (Zona Azul). A CET oferece três estacionamentos fixos. Todos tem preços menores do que os praticados pelo mercado. São eles: M'Boi Mirim (ao lado do terminal de ônibus Jd. Ângela); Pinheiros (ao lado do terminal de ônibus e estação de Metrô); e Praça Roosevelt (no centro - próximo a teatros, bares e restaurantes).

Regulamentação do Transporte de Carga (SMT)

Desde agosto de 2015, com a criação da Divisão de Transporte de Cargas (DSV-3, o setor de transporte de cargas passou a ter um canal de comunicação direta com o poder público municipal.

A administração municipal promoveu a revisão da regulamentação do transporte de carga, o abastecimento noturno, disciplinando a circulação de 190 mil caminhões que circulam diariamente pela cidade. A regulamentação prevê ainda, a uniformização dos horários de trânsito de caminhões nas Marginais, Zonas de Máxima Restrição de Circulação e demais Vias Estruturais Restritas; revisão da legislação para cargas superdimensionadas;

Pesquisa Origem/Destino de Cargas;

Desenvolvimento de Sistema de Business Intelligence;

Além disso, o Plano de Mobilidade estabelece incentivos à implatação de terminais e miniterminais de carga.

Revisão da regulamentação da atividade de motofrete (SMT)

O Centro de Estudos e Desenvolvimento de Educação para a Mobilidade tem desenvolvido cursos com esta finalidade. Também foi criada a Câmara Temática de Motofrete, junto ao Conselho Municipal de Transporte e Trânsito.

Apoio à expansão da rede metroviária (SMT)

Apesar de não serem objeto de governabilidade específica do Município de São Paulo, a abertura de novas linhas tem importante influência no desempenho da rede municipal interligada de transporte público, sobretudo no carregamento das linhas de ônibus. A Prefeitura tem trabalhado de forma articulada com o Governo do Estado de SP com o objetivo de ampliar a rede Metroviária da cidade. A PMSP realizou um repasse de R\$ 74, 9 milhões e segue negociando com a Secretaria de Transporte do Estado. Destaca-se ainda a parceria firmada entre o governo do estado de São Paulo e a prefeitura da capital paulista para a execução das obras de adequações viárias para implantar as linhas 15-Prata e 17-Ouro do Metrô.

Modernização da Frota (SMT)

A frota do Sistema de Transporte Coletivo sobre Pneus é composta por ônibus biarticulados, articulados, padrão, básico e miniônibus. Além disso, possui a frota de ônibus mais moderna do Brasil, com idade média desses veículos de 5 anos. A cidade também tem investido em tecnologias embarcadas, exigindo-se que os novos ônibus estejam equipados com ar-condicionado, pontos para recarga de celular, GPS, câmera de bordo e Wi-Fi. Além disso, os veículos novos são admitidos mediante apresentação de certificação ISO 9001 e ISO 14001.

Regulamentação da Exploração Econômica do Uso Intensivo do Viário Urbano (SMT)

Em maio de 2016 o decreto de Regulamentação Nº 56.981 de 2016 da Exploração Econômica do Uso Intensivo do Viário Urbano foi publicado, prevendo três novas atividades: o transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública (exemplo: Easy, Calify, Uber, 99), a carona solidária (exemplo: Bla Bla Car) e o de compartilhamento de automóveis sem condutor (exemplo: Zaz Car). O decreto estabelece que as empresas que prestam serviço por meio de plataformas tecnológicas terão de se credenciar como Operadoras de Tecnologia de Transporte Credenciadas (OTTCS), tendo que utilizar créditos, em quilômetros, para operarem.

Zona Azul Digital (SMT)

A Zona Azul é o estacionamento rotativo, nas ruas, surgido em meados da década de 1970. Em 2016, teve início o processo de implantação do sistema digital que funciona por meio de aplicativo. Esse sistema permite ao motorista consultar as vagas disponíveis onde deseja estacionar. O pagamento pode ser feito com cartão de crédito em tempo real ou antecipadamente em pontos fixos credenciados.

Plano de Mobilidade (SMT)

O Plano de Mobilidade de São Paulo – PlanMob/SP 2015 é o instrumento de planejamento e gestão do Sistema Municipal de Mobilidade Urbana, ou seja, dos meios e da infraestrutura de transporte de bens e pessoas no município, para os próximos 15 anos.

O plano foi elaborado pela Prefeitura do Município de São Paulo com participação da população. Foram 48 atividades presenciais com a população, entre encontros, reuniões, plenárias temáticas, e audiência pública, que envolverão 1.770 participantes, e contou ainda com 7.530 contribuições pela internet.

Revisão dos critérios de Polos Geradores de Tráfego (SMT)

A análise de Polos Geradores de Tráfego é uma atividade de rotina realizada por SMT/CET, com o objetivo de diminuir o impacto que empreendimentos de grande porte causam sobre o tráfego das vias que lhes dão acesso. A nova legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS apresenta estratégia para controle de circulação viária, polos geradores de tráfego e estacionamentos, e atribui à Comissão de Análise Integrada de Edificações e Parcelamento do Solo – CAIEPS a emissão do parecer relativo aos casos de empreendimentos classificados como polos geradores de tráfego, mantida a competência da Comissão Técnica de Legislação Urbanística – CTLU para os casos de usos. Além disso, o novo Código de Obras e Edificações da cidade também dispõe sobre os Polos Geradores de Tráfego.

Projeto de Lei Alinhamento Viário do Eixo Rio Verde-Jacu Pêssego (SMDU - SMT)

O projeto de Alinhamento Viário da Jacu Pêssego está em tramitação no Legislativo para apreciação. O projeto consolida a atualização do plano de melhoramentos previsto para a região, abrangendo alinhamentos estabelecidos no Plano Rodoviário do Município – PRM, o plano de vias marginais da Av. Nova Trabalhadores e intervenções complementares do Programa de Corredores Urbanos coordenado pela SPTrans, que modificam a área de cobertura das intervenções previstas pela Lei nº 16.020, de julho de 2016, e viabilizam a ampliação da malha viária mais hierarquizada e articulada para a operação do tráfego, para a oferta de alternativas de deslocamento nas viagens pendulares entre residência e emprego, e para o favorecimento das viagens intrarregionais, condição para expansão da atividade econômica local.

Centro Integrado de Mobilidade Urbana (CIMU) (SMT)

O CIMU – Centro Integrado de Mobilidade Urbana. O CIMU visa integrar as áreas de trânsito e transportes do Município de São Paulo através da automação de processos e disponibilização de informações em padrão aberto e no intervalo de tempo necessário para os diversos atores do sistema, o que proporcionará significativas melhorias operacionais e de gestão e, por conseguinte, para a dinamização da mobilidade urbana no Município de São Paulo. O estagio atual do projeto é o de implantação de pontes de comunicação. Já foi elaborada a normatização que obriga as empresas abrirem seus dados, facilitando a implantação de sistema de informações.

Objetivo 17: Reduzir a ocorrência de enchentes e alagamentos

A Meta 104 foi executada em 122 % - Meta está Superada

META 104 - Intervir em 79 pontos de alagamentos por meio do Programa de Redução de Alagamentos - PRA

Relato da Meta 104

O Programa de Redução de Alagamentos está com 52 obras concluídas pela SIURB. São R\$ 103,5 milhões em investimentos, e mais de 2,5 milhões de pessoas beneficiadas. Outras 32 intervenções foram concluídas por SMSP.

Casos como da Rua Reverendo Izaac da Silveira, em Ermelino Matarazzo, e da Rua Afuá, Itaim Paulista, ou o Largo São Rafael, na Mooca e Rua Santa Cruz, no Ipiranga, são exemplos de pontos históricos de alagamentos que foram eliminados com as obras PRA. Nes

O Programa compreende a execução de serviços para redução dos pontos de alagamento e margens de córrego com situação crítica quanto à interdição de tráfego e erosão ou solapamento. Os locais de execução dos serviços foram definidos e priorizados em estudos realizados pela SIURB, SMSP, Subprefeituras e CET. O programa está organizado em lotes regionais que reúnem intervenções em ruas / logradouros por subprefeitura: Lote I - Sul (Capela do Socorro, Ipiranga, Jabaquara, Santo Amaro); Lote II - Oeste/Centro/ Sudeste (Móoca, Lapa, Sé, Pinheiros); Lote III - Norte/ Noroeste (Casa Verde, Freguesia do Ó, Jaçanã/Tremembé, Vila Maria/Vila Guilherme, Pirituba, Santana); Lote IV - Leste (Ermelino Matarazzo, Itaquera, Itaim Paulista, São Miguel); Lote IV - Leste (Ermelino Matarazzo, Itaquera, Itaim Paulista, São Miguel).

Definição de termos técnicos para a meta

Programa de Redução de Alagamentos – PRA: prevê minimizar alagamentos em vários pontos da cidade, em função de insuficiências do sistema existente de drenagem ou de margens de córregos com solapamentos. As obras e serviços previstos no PRA são pontuais e de rápida implantação, servindo como complemento aos macro-programas de drenagem da cidade.

A Meta 105 foi executada em 60 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 105 - Realizar intervenções de controle de cheias em bacias dos córregos: Ponte Baixa, Zavuvus, Sumaré/Água Preta, Aricanduva, Cordeiro, Praça da Bandeira, Av. Anhaia Mello, Freitas/Capão Redondo, Paraguai/Éguas, Riacho do Ipiranga, Tremembé, Ribeirã...

Relato da Meta 105

As obras de drenagem dos córregos Ponte Baixa, Cordeiro (1ª fase), Sumaré/Água Preta foram concluídas. Os dois piscinões construídos no Córrego Cordeiro minimizaram o problema de enchentes. Eles foram fechados e

duas novas praças foram implantadas sobre os reservatórios. Na região do Córrego Ponte Baixa, o alargamento do canal de 4 para 16 metros em 3 quilômetros também já colaborou para a diminuição das enchentes na avenida Guido Caloi, nas travessias das ruas Frederico Grotte, José Barros Magaldi, Amitaba e Daniel Klein. No final de novembro foi entregue a ampliação de galerias e túneis de escoamento de água da chuva nos córregos Água Preta e Sumaré. Mesmo durante a fase de construção, a obra ajudou a região a não registrar casos de enchentes ou alagamentos desde dezembro de 2015, principalmente, durante as fortes chuvas de verão no início de 2016.

Outras três obras de macrodrenagem estão em início: Córrego Zavuvus (Zona Sul), Córrego Aricanduva (Zona Leste) e Tremembé (Zona Norte). E em breve, estarão em curso as obras os córregos Ipiranga, Paraguai/Éguas, Freitas, Capão Redondo e Cordeiro-2ª fase (Zona Sul), Paciência e Perus (Zona Norte), já contratados. Até o final desta gestão, 13 empreendimentos de macrodrenagem estarão concluídos ou contratados, totalizando mais de R\$ 3 bilhões. Isso representará um aumento na capacidade de reservação de 52%, passando de 4,8 milhões de m³ para 7,3 milhões de m³.

Em relação ao reservatório da Anhaia Mello, em mar/2013, Governo do Estado e Prefeitura fizeram acordo para construção. A prefeitura fez sua parte cedendo o terreno e o Estado arcaria com a obra, com a condição de que sobre o piscinão fosse construído um campo de futebol, pois se trata de área de um clube escola. No entanto, o Governo estadual cancelou PPP responsável por um pacote de sete piscinões, que incluía a obra na Anhaia Mello. A empresa vencedora foi considerada inedônea pelo TCE. Tratativas não foram retomadas. No Anhangabaú, a licitação para a elaboração do projeto executivo será feita em breve. O alto custo de desapropriações, e pendências do Governo Federal na liberação de recursos do PAC, atrasaram obras de reservatórios e canalizações.

1. PONTE BAIXA (Subprefeitura do M'Boi Mirim) - Canalização de 3.080m do Córrego e implantação de 1 reservatório.
2. ZAVUVUS (Subprefeituras de Santo Amaro e Cidade Ademar) - Canalização de 3.520m do Córrego Zavuvus com implantação de 2 reservatórios e um parque linear de 200.000m².
3. SUMARÉ E ÁGUA PRETA (Subprefeitura Lapa) - Canalização de 8.800m do Córrego.
4. ARICANDUVA (Subprefeitura Aricanduva e São Mateus) - Implantação de 2 reservatórios e um parque linear de 360.000m² na área do Córrego.
5. PRAÇA DA BANDEIRA (Subprefeitura Sé) - Implantação do reservatório do Anhangabaú.
6. ANHAIA MELLO (Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba) - Implantação de 2 reservatórios
7. Ribeirão Perus (Subprefeitura Perus) - Canalização de 110m do Córrego com implantação de 5 reservatórios e um parque linear de 1.100.000 m².
8. Riacho do Ipiranga (Subprefeitura Ipiranga) - Canalização de 2.200 m do Córrego com implantação de um reservatório.
9. Paciência (Subprefeitura Jaçana/Tremembé) - Canalização de 2.400m com implantação de um reservatório no Córrego Paciência.
10. Tremembé (Subprefeitura Jaçana/Tremembé) - Canalização de 2.500 m com implantação de 6 reservatórios no Córrego.
11. Morro do S - Freitas/Capão Redondo (Subprefeitura Campo Limpo) -

12. Cordeiro (Subprefeitura Cidade Ademar e Santo Amaro) - Canalização de 2.200m do Córrego Alcatrazes e 270m de canalização do Córrego Cordeiro com implantação de 6 reservatórios, 4 caixas de equalização de vazão e 2 caixas de interligação de galerias.

13. Paraguai/Éguas (Subprefeitura Santo Amaro e Vila Mariana) - Implantação de um reservatório.

14. Ribeirão Água Vermelha, Ribeirão Lajeado, Córrego Itaim, Córrego Tijuco Preto e afluentes (Subprefeitura Itaim Paulista) - Elaboração de projeto básico e viabilização do início da intervenção

Os custos relacionados às obras acima incluem gastos com as desapropriações necessárias à execução da obra.

Em relação ao reservatório da Anhaia Mello, em mar/2013, Governo do Estado e Prefeitura fizeram acordo para construção. A prefeitura fez sua parte cedendo o terreno e o Estado arcaria com a obra, com a condição de que sobre o piscinão fosse construído um campo de futebol, pois se trata de área de um clube escola. No entanto, o Governo estadual cancelou PPP responsável por um pacote de sete piscinões, que incluía a obra na Anhaia Mello. A empresa vencedora foi considerada inidônea pelo TCE. Tratativas não foram retomadas. NoAnhangabaú, a licitação para a elaboração do projeto executivo será feita em breve. O alto custo de desapropriações, e pendências do Governo Federal na liberação de recursos do PAC, atrasaram obras de reservatórios e canalizações.

Definição de termos técnicos para a meta

Intervenções de macrodrenagem: obras de apoio à drenagem associadas à bacia ou à sub-bacia hidrográfica

A Meta 106 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 106 - Desenvolver o programa de drenagem e manejo das águas pluviais, com a criação de uma instância municipal de regulação, articulação e monitoramento da drenagem urbana

Relato da Meta 106

Os “Cadernos de Drenagem” estão concluídos e compreendem 6 bacias hidrográficas: Mandaqui, Cabuçu de Baixo, Morro do S, Aricanduva, Jaguaré e Água Espraiada. Os Cadernos de Drenagem contam com diagnósticos hídricos das bacias (manchas de enchente, ocupação, hidrografia, etc.) e propostas de intervenção para o controle das cheias. Os cadernos receberam contribuições de SIURB, SMDU, SVMA, SMSP e SEHAB.

A Portaria 1.291, de 2 de Setembro de 2015, constituiu uma instância municipal de drenagem urbana com a finalidade de consolidar um programa para articular as ações dos órgãos municipais voltadas ao planejamento e gestão do uso dos recursos hídricos; apoiar a revisão do plano de investimentos em saneamento, em especial no âmbito do contrato de prestação de serviços de água e esgoto; compatibilizar os planos e ações municipais com a atuação dos demais entes federativos quando houver impacto na gestão e na preservação dos recursos hídricos no Município; e propor aprimoramentos normativos e institucionais para a melhor gestão futura dos recursos hídricos no Município.

Para o cumprimento deve-se garantir cronograma de elaboração das demais 5 micro bacias: Cabuçu de Baixo, Morro do S, Aricanduva, Jaguaré e Água Espraiada. Elaboração por equipe interna, não envolve recursos.

Definição de termos técnicos para a meta

Bacia hidrográfica: é uma área de captação natural da água de precipitação que faz convergir o escoamento para um único ponto de saída.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de reduzir a ocorrência de enchentes e alagamentos.

Obras emergenciais de drenagem (SIURB)

Foi realizada uma série de intervenções emergenciais, não previstas no Programa de Metas. Um trecho do córrego Diniz, afluente do Córrego Pirajussara na Zona Sul, solapou e provocou a interdição da Rua Francisco de Holanda. O local passou por limpeza e remoção do entulho, contenção da margem e recomposição da rua. Destacam-se ainda, a reconstrução de galerias de águas pluviais nas ruas República do Líbano, Póvoa do Varzim, Wills Roberto Banks, Siqueira Campos, Durval Pinto Ferreira, Estrada da Riviera. Em jan/2016, outro solapamento provocou a interdição da Rua Alfredo Ávila, que passa por contenção da margem do córrego Tremembé e recomposição da via.

Programa Chuvas de Verão (limpeza de bocas de lobo, córregos e piscinões, cata bagulho, corte de grama) (SMSP)

Trabalho integrado entre SMSP/CET/CGE, mapeou os locais de alagamentos recorrentes no período de chuvas de verão nos últimos cinco anos, e elaborou um plano de ação preventiva que envolve novos métodos de limpeza por meio de caminhões especiais de hidrojato, com maior capacidade de sucção, monitoramento por câmera, em atividade diuturna, aumentando a capacidade média de atendimento e solução. Além disso, intensificou-se o trabalho de limpeza de piscinões, córregos, galerias e bocas de lobo, corte de grama e a Operação Cata Bagulho. Como exemplo, a limpeza de galerias passou de 343 mil metros em 2012 para 449 mil metros em 2015; o volume retirado dos piscinões passou de 125 mil m³ em 2012 para 291 mil m³ em 2015; a limpeza de córregos (manual e mecanizada) passou de 5 milhões de metros em 2012 para 5,1 milhões de metros.

Eixo 3: Gestão descentralizada, participativa e transparente

Objetivo 18: Aproximar a Prefeitura do cidadão, descentralizando e modernizando a gestão, aumentando a qualidade dos espaços e serviços e reduzindo o tempo de espera no atendimento e na resposta às demandas

A Meta 107 foi executada em 15 % - Meta está Em andamento

META 107 - Criar 32 Centros de Atendimento ao Cidadão - CAC

Relato da Meta 107

A contratação de empresa para realização do projeto de implantação dos novos Centros de Atendimento ao Cidadão - CAC - está em fase de licitação e prevê infraestrutura física, logística, mobiliário e acessibilidade. Além disso, foi implementado um projeto-piloto do Sistema de Gerenciamento de Atendimento na Subprefeitura da Penha, com objetivo principal de gerenciar filas e fluxos de atendimento, e que deverá passar por aperfeiçoamentos para implantação nos demais CACs.

O novo conceito dos CAC visa disponibilizar, em um mesmo espaço, em cada uma das 32 subprefeituras, uma série de serviços prestados pela administração municipal ao cidadão. Assim, o munícipe não precisará se deslocar às secretarias para ser atendido. Um dos principais objetivos dos CAC é um atendimento com facilidade, comodidade e agilidade.

Atualmente esse projeto esta sendo tratado através do processo nº 2014-0.237.640-1 o qual se encontra em ATOS. Existe ainda o processo 2014-0.284.420-0 referente a aquisição de TV; processo 2014-0.284.219-7 referente a aquisição de 40 impressoras térmicas e processo 2014-0.284.421-9 referente a aquisição de 824 microcomputadores, processos esses que se encontram em ATSI aguardando nova pesquisa de preços para liberação de verba. O Sistema de Gerenciamento de Atendimento (SGA), instalado na praça de atendimento da Penha, é um projeto-piloto que passa por ajustes para implantação nas demais praças.

Adequação do espaço físico, modernização do atendimento e ampliação dos serviços oferecidos.

Definição de termos técnicos para a meta

Centros de Atendimento ao Cidadão – CAC: é a modernização de toda a infraestrutura das atuais Praças de Atendimento que irá incluir adequação do espaço físico, otimização e ampliação dos serviços atendidos, integração dos sistemas de atendimento oferecidos.

A Meta 108 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 108 - Ampliar e modernizar os serviços oferecidos por meio do 156

Relato da Meta 108

Realizada a nova contratação de serviço para a operação da Central Telefônica da Prefeitura, com ampliação e modernização do serviço telefônico 156, com consultoria para redesenho de processos e com a implantação de um novo sistema de gestão do relacionamento com o cidadão. Além da expansão do portfólio de serviços oferecidos por meio da central, algumas inovações já começaram desde o início da gestão, como a confirmação do agendamento de consultas na Rede Hora Certa, disponível desde março de 2013.

Também fazem parte da Solução de Atendimento SP 156 novas funcionalidades, tais como um portal de atendimento online, um moderno aplicativo móvel de solicitação de serviços e o Guia de Serviços da Prefeitura de São Paulo, com informações de mais de 700 serviços ofertados.

Definição de termos técnicos para a meta

156: É a Central telefônica da Prefeitura de São Paulo que fornece informações sobre os serviços públicos municipais.

A Meta 109 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 109 - Criar a Subprefeitura de Sapopemba

Relato da Meta 109

Subprefeitura de Sapopemba criada (Lei 15.764/2013), tornando-se a 32ª subprefeitura da cidade.

Inaugurada em 24/01/15 e alocada na Av. Sapopemba, 9064 - Jardim Grimaldi.

A Subprefeitura de Sapopemba deverá responder as atribuições e responsabilidades definidas pela lei nº 13.399 de 01/08/2002 de criação das Subprefeituras. Sua criação aumentará a capilaridade do Estado, aproximando-o da população.

Definição de termos técnicos para a meta

Subprefeitura: Criadas em pela lei 13.399, são unidades do poder público municipal responsáveis pela maioria dos equipamentos públicos, como clubes da comunidade (antigos CDMs) e clubes da cidade. Têm o papel de receber pedidos e reclamações da população, solucionar os problemas apontados; preocupam-se com a educação, saúde e cultura de cada região, tentando sempre promover atividades para a população. Além disso, elas cuidam da manutenção do sistema viário, da rede de drenagem, limpeza urbana, vigilância sanitária e epidemiológica, entre outros papéis que transformam, a cada dia, essas regiões da cidade em locais mais humanizados e cheios de vida.

A Meta 110 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 110 - Integrar os sistemas de informação dos diversos órgãos municipais (Guarda Civil Metropolitana, Companhia de Engenharia de Tráfego, SAMU, Defesa Civil) e implantar a Central de Operações da Defesa Civil para a gestão de riscos e respostas a desastres

Relato da Meta 110

Central de Operações da Defesa Civil já implantado. O Centro de Controle Operacional Integrado (CCOI) já agrega fisicamente diversos órgãos municipais, monitorando 24 horas por dia as ocorrências da cidade de São Paulo, tanto por meio de informações registradas pela equipe da SMSP quanto daquelas repassadas por outros órgãos, como o Corpo de Bombeiros, Companhia de Engenharia e Tráfego (CET), São Paulo Transportes (SPTRANS), Guarda Civil Metropolitana (GCM), Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), Defesa Civil, entre outros. Entre as situações emergenciais abordadas estão alagamentos, desabamentos, incêndios, solapamentos, quedas de árvores, buracos em vias, entre outras críticas. Transferência total do Disque 199 para o CCOI, inclusive com operações conjuntas com o SGOC (Sistema de Gerenciamento Ocorrências).

A PRODAM adquiriu plataforma de uma empresa especializada que permite customizações para integração dos sistemas de informação. Já foi implantado o levantamento dos procedimentos operacionais para alagamentos e quedas de árvore, assim como o acionamento dos órgãos, por e-mail ou SMS. Em desenvolvimento modular, a etapa atual está em desenvolvimento para levantamento do processo de atendimento e despacho das subprefeituras, e dos procedimentos operacionais para enchentes e escorregamentos.

A implantação da Central de Operações da Defesa Civil permite aos órgãos envolvidos o aperfeiçoamento dos processos, com agilização no atendimento à população nas situações de emergência e no planejamento estratégico.

Definição de termos técnicos para a meta

Central de operações: Centro onde se coordena as ações de prevenção e resposta a desastres e calamidades.

A Meta 111 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 111 - Implantar um Sistema de Informação Geográfica, com dados abertos e livre consulta pelo público

Relato da Meta 111

Portal GeoSampa intranet no ar, contendo 180 camadas temáticas com informações cadastrais, fiscais e cartográficas, além de imagens de satélite, fotos aéreas e mapas históricos disponíveis para consulta e download. Cerca de 13 mil acessos mensais ao GeoSampa (intranet). GeoSampa Cidadão (internet) disponível para consulta de dados geoespaciais da Cidade de São Paulo. O GeoSampa Cidadão incorpora as ferramentas e conteúdo já disponível na internet – Mapa Digital da Cidade e acrescenta o acesso aos dados temáticos (localização de equipamentos, serviços, dados ambientais) e o acesso aos dados geoespaciais em formato aberto.

Construída a base corporativa de dados geoespaciais via a organização dos dados cartográficos (Mapa Digital da Cidade), cadastrais (setor, quadra, lote, logradouro) e temáticos, comuns às secretarias e subprefeituras. Complementação da base de logradouros existente agregando dados de vias não oficiais (ruas em favelas, por exemplo) e informações obtidas a partir do sistema de GPS implantado nos ônibus municipais. Concluída a integração das bases de dados e sistemas existentes via ferramenta ETL, capaz de converter dados espaciais em diferentes formatos, plataformas ou bancos à estrutura do GeoSampa. Desta forma, o GeoSampa passa a mostrar as informações tal qual sua fonte original, evitando duplicidades e garantindo a constante atualização.

Definição de termos técnicos para a meta

Sistema de Informação Geográfica (SIG): Conjunto de pessoas, organizações, dados, equipamentos e programas de coleta, processamento, análise e disseminação da informação geográfica.

Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE): Conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.

A Meta 112 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 112 - Criar 400 Núcleos de Defesa Civil

Relato da Meta 112

Foram criados os 400 Núcleos de Defesa Civil previstos, além de 50 Núcleos de Prevenção de Incêndios implantados.

Para a criação de 400 novos NUDECs, foi realizado o mapeamento das áreas pelo IPT, cadastramento de pessoas da comunidade e treinamento. O mapeamento foi priorizado para as áreas de risco 4 - perigo eminente (morro/encosta).

Definição de termos técnicos para a meta
Núcleos de Defesa Civil: grupos locais cuja finalidade é desenvolver um processo de orientação permanente junto à população

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de aproximar a Prefeitura do cidadão, descentralizando e modernizando a gestão, aumentando a qualidade dos espaços e serviços e reduzindo o tempo de espera no atendimento e na resposta às demandas.

Aumento do desconto médio da contratação de obras de infraestrutura (SIURB)

O desconto médio obtido na contratação de obras aumentou mais de 10 vezes em comparação com a gestão anterior, passando de 1,8% para 21,1%. Esse resultado representa uma economia de R\$ 1 bilhão.

Redução tempo médio da publicação do edital até a contratação de obras (SIURB)

Em comparação com a gestão anterior, o tempo do processo licitatório foi reduzido à metade, passando de 263 dias para 148 dias.

Adoção do Sistema Eletrônico de Informações - SEI para a tramitação interna de processos (SMG)

Com a publicação do Decreto 55.838, de 15 de janeiro de 2015, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi oficializada, tornando sua utilização obrigatória para todas as secretarias e demais órgãos da administração pública municipal direta e indireta. Calcula-se que já foram economizados cerca de 300 mil reais em gastos com papel e mais de 1,8 milhões de folhas de papel, números que tendem a subir com a migração de novos tipos de processos em sua tramitação digital.

Criação da Coordenadoria de Relações do Trabalho (SMG)

Em setembro de 2013 foi criada a Assessoria de Relações de Trabalho – ART pelo decreto nº 54.317/13, posteriormente transformada em Coordenadoria de Relações do Trabalho pelo decreto 55.410/2014, responsável por manter processos de negociação permanente entre a Administração Pública Municipal e as entidades representativas dos servidores municipais.

Obrigatoriedade do Pregão Eletrônico pelo decreto 54.102/2013 (SMG)

Instituição da obrigatoriedade do uso do Pregão Eletrônico, pelo decreto 54.102/2013

Reformulação da EMASP (SMG)

Reformulação realizada pelo decreto 55.410/2014 alterou o nome, a organização interna e suas atribuições, além de vinculação técnica à Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia - FUNDATEC.

Prefeitura no Bairro (SMSP)

A ação integrada “Prefeitura no Bairro” , levou serviços voltados aos cidadãos, intervenções de zeladoria e políticas públicas para os bairros mais distantes e carentes de São Paulo, somando esforços com o governo local. Com envolvimento de todas as secretarias municipais, foram intensificados serviços como limpeza de córregos, bocas de lobo, operações Cata Bagulho e Tapa Buraco, além de podas de árvores e manutenções de praças e parques, entre outros.

Criação do Procon Municipal (SNJ)

O órgão fiscalizador desta competência é o Procon. Para contribuir com a fiscalização dos direitos dos consumidores da cidade de São Paulo, a prefeitura criou o Procon Paulistano que possui como finalidades a promoção e a implementação de ações voltadas à educação, proteção e defesa do consumidor, bem como a orientação e harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo. Desta forma as denúncias a cerca desde assunto podem ser encaminhadas e solucionadas com as especificidades necessárias pelo Procon Municipal.

Objetivo 19: Promover a participação, a transparência e o controle social na administração pública municipal

A Meta 113 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 113 - Criar o Conselho da Cidade, o Conselho Municipal de Transportes e mais 6 novos Conselhos Temáticos

Relato da Meta 113

Criados os Conselho da Cidade, Conselho Municipal de Transportes, Comitê PopRua, Conselho Municipal do Esporte, Lazer e Recreação, Conselho Municipal de Política para as Mulheres, o Conselho Municipal de Igualdade Racial, Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e Conselho Municipal Interreligioso.

Instituição do Comitê Intersecretarial de Participação Social, pelo Decreto nº 55.352, de 23 de julho de 2014, que organiza a Política e o Sistema Municipal de Participação Social.

Assinado decreto nº 55.352 em 23 de julho de 2014, que institui o Comitê Intersecretarial de Participação Social Criados a Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo e o Comitê Intersetorial da População em Situação de Rua.

Definição de termos técnicos para a meta
Conselhos: órgão colegiado envolvendo membros da sociedade civil e do governo para apoio à gestão de políticas públicas.

A Meta 114 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 114 - Criar Conselhos Participativos nas 32 Subprefeituras

Relato da Meta 114

Criação dos conselhos participativos por meio da Lei n. 15.764/13 e regulamentados pelos Decretos nº 54.156/13, 54.360/13 e 54.457/13.

Trata-se de um organismo de caráter eminentemente público e autônomo da sociedade civil e cujo papel da Prefeitura é dar condições para seu funcionamento.

Eleição de 1.113 conselheiros - dez/2013 (posse em 25/jan/14).

Eleição de 20 conselheiros representantes de imigrantes realizada em mar/2014 (posse em 28/04/14). Decretos nº 54645/13 e 54855/14.

Definição de termos técnicos para a meta
Conselhos Participativos das Subprefeituras: são espaços institucionalizados de tomada de decisão e de controle social no que se refere às ações empreendidas pelos governos locais, seja no processo de elaboração, no processo de implantação, execução, seja no processo de avaliação e monitoramento.

A Meta 115 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 115 - Realizar 44 Conferências Municipais Temáticas

Relato da Meta 115

Foram realizadas as 44 conferências municipais temáticas previstas.

Instituído ainda Comitê Intersecretarial de Participação Social, pelo Decreto nº 55.352, de 23 de julho de 2014, que organiza a Política e o Sistema Municipal de Participação Social.

Foram 11 conferências municipais realizadas em 2013, 6 em 2014, 23 em 2015 e 4 conferências em 2016, à saber:

11 conferências realizadas em 2013: Cidade; Cultura; Meio Ambiente; Assistência Social; Saúde; Educação; Promoção da Igualdade Racial; Atenção às Drogas; Saúde, Assistência Social; e Imigrantes.

6 conferências realizadas em 2014: Conferência de Proteção e Defesa Civil; Conferência de Economia Solidária; Conferência de Saúde do Trabalhador; Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; I Semana Municipal de Ciência, Tecnologia, I

23 conferências realizadas em 2015: Criança e Adolescente; Pessoa com Deficiência; Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional; Idosos; Assistência Social; Juventude dos Povos de Matriz Tradicionais Africanas; Juventude dos Povos Indígenas; Juventude dos Imigrantes; Juventude; Ruídos, Vibrações e Perturbações Sonoras; Étnico Racial e Povos Tradicionais; Mulheres Imigrantes; Mulheres Trabalhadoras e Relações do Trabalho; Lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais; Mulheres em Situação de Prostituição/Prostitutas; Mulheres Idosas; Mulheres com Deficiência; Mulheres - Juventude; Políticas para as Mulheres; II Semana Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento; Fórum de Desenvolvimento Social e Inclusivo - São Paulo Diverso; e Políticas Públicas sobre Drogas.

4 conferências realizadas em 2016: LGBTs, Regional de Direitos Humanos, Desenvolvimento Rural Sustentável e VII Conferência da Cidade.

Cada conferência pressupõe no mínimo o seguinte conjunto de ações: elaboração de edital de convocação e regulamento, realizações de pré-conferências regionais, mobilização da sociedade civil e do governo, definição de infra-estrutura, elaboração de relatoria, publicização do relatório final e eleição de delegados, que devem ter recursos garantidos para participação nas conferências estaduais e na federal (se for o caso).

Definição de termos técnicos para a meta
Conferências municipais: espaços de participação direta da sociedade civil para apresentação de proposições para formulação e acompanhamento de políticas públicas (controle social). Em geral são uma etapa prévia à realização de conferências nas esferas estadual e federal

A Meta 116 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 116 - Implantar o Gabinete Digital, como instrumento de transparência e participação social

Relato da Meta 116

Gabinete Aberto, série de diálogo virtual entre a população, secretários municipais, Primeira-dama, Vice-Prefeita e com o Prefeito, realizadas e transmitidas pelo site saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br.

O objetivo é fomentar a participação, a transparência e o controle social da administração municipal.

Processo formativo: 15 encontros realizados nas subprefeituras para a formação de 575 conselheiros participativos sobre o Governo Aberto; 2 Reuniões abertas chamadas Diálogos em Rede, com a participação de movimentos sociais; Ciclo Formativo de Governo Aberto; 3 encontros com servidores sobre Governo Aberto; Edital de Agente Formador na Cultura de Governo Aberto.

Instituído o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto e a São Paulo Aberta pelo decreto 5.4794/2014. Instituído Grupo de Trabalho temático para discutir a regulamentação do PL 226/2014, que trata de Dados em Formato Aberto.

Ambiente virtual: Plataforma São Paulo Aberta (www.saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br) e Café Hacker sobre o Gabinete Digital realizado durante o Arena Net Mundial em Abril de 2014.

Portal na internet com as seguintes funcionalidades básicas: Agenda Colaborativa, Perguntas e Respostas da Prefeitura, Fórum de Discussão Pública via internet e interface com as redes sociais. Outras funcionalidades podem ser desenvolvidas de acordo com as necessidades detectadas.

Definição de termos técnicos para a meta
Gabinete Digital: Portal na internet que permite a participação do cidadão e interação direta com a equipe da Prefeitura.

A Meta 117 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 117 - Fortalecer os Órgãos Colegiados Municipais, dotando-os de infraestrutura e gestão adequadas para a realização das atribuições previstas em lei.

Relato da Meta 117

Realizadas as ações formativas destinadas à capacitação de 120 Conselheiros em Direitos Humanos e Participação Social com coordenação pedagógica do Instituto Paulo Freire.

Entrega à Câmara do Projeto de Lei de criação da Política Municipal de Participação Social, em 29 de julho de 2016.

Instituição do Comitê Intersecretarial de Participação Social, pelo Decreto nº 55.352, de 23 de julho de 2014, que organiza a Política e o Sistema Municipal de Participação Social.

Realizado Encontro da Rede Municipal de Direitos Humanos, para discussão do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, voltado às entidades que trabalham com setor público e aberto a demais participantes interessados, no CCSP, no dia 15 de julho de 2016.

Diagnóstico inicial sobre a configuração dos órgãos colegiados municipais realizado no âmbito do GT de participação social.

Criado Conselho de Juventude, com eleição realizada em agosto de 2015 e realização de eleições descentralizadas do Conselho Municipal de Criança e Adolescente, em 380 pontos de votação, 2016.

Definição de termos técnicos para a meta
Órgãos Colegiados Municipais: compreendem os conselhos,comitês e comissões, que congregam cidadãos e Poder Público em representação a segmentos populacionais para construção de políticas públicas. São responsáveis por acompanhar políticas públicas pertinentes a sua temática, bem como promover a participação social, podendo ainda fazer propositura de planos de ação e a gestão de fundos.

A Meta 118 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 118 - Implementar o Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo

Relato da Meta 118

Portal do ObservaSampa criado com indicadores sobre a cidade e o Programa de Metas.

Acesse: observasampa.prefeitura.sp.gov.br

Definição de termos técnicos para a meta
Portal web com um sistema de indicadores da prefeitura e da cidade acompanhado de análises setoriais relevantes para a elaboração e avaliação de políticas públicas

A Meta 119 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 119 - Implementar o Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento

Relato da Meta 119

Para ampliar os mecanismos efetivos de controle da sociedade sobre a administração pública é necessário assegurar aos cidadãos as condições de participação no debate público sobre a cidade e na priorização e decisão acerca do planejamento e dos orçamentos públicos. O Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento visa garantir a participação popular na elaboração e acompanhamento do Programa de Metas, do Plano Plurianual (PPA), das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), por meio da participação presencial em Audiências Públicas, Plenárias, Seminários etc., pela criação do Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP) e por meio de um Portal Eletrônico.

O Ciclo Participativo de Orçamento e Planejamento (CPPO) foi concluído a partir de 99 audiências públicas, que contemplaram todas as subprefeituras e somaram mais 11 mil participantes.

Ainda, foi criado o Conselho Participativo de Orçamento e Planejamento (CPOP), com representantes da sociedade civil, do Executivo e do Legislativo municipais.

Em 2014 foram realizadas 32 audiências públicas para discutir o orçamento de 2015, com mais de 2.300 participações e 675 contribuições colhidas.

Definição de termos técnicos para a meta

Programa de Metas: documento descrevendo as prioridades dos 4 anos da gestão do governo municipal, explicitando as ações estratégicas, os indicadores e as metas quantitativas para cada um dos setores da Prefeitura. Deve ser apresentado em até 90 dias após a posse do Prefeito eleito.

Plano Plurianual - PPA: é o principal instrumento de planejamento público e determina a orientação estratégica e as prioridades do governo traduzidas em programas e ações. O Projeto de Lei deve ser enviado ao Legislativo até o dia 30 de Setembro do primeiro ano do mandato, deve ser votado pelo Legislativo até o fim do ano e vale para os 4 anos seguintes.

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO: é o instrumento que conecta o PPA com o Orçamento Anual, estabelecendo as Diretrizes e orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Na LDO são fixadas as prioridades e metas para o ano seguinte, bem como previsões de alterações na legislação tributária e de metas e riscos fiscais. O Projeto de Lei deve ser enviado ao Legislativo até o dia 15 de Abril e deve ser votado até o dia 30 de Junho de cada ano.

Lei Orçamentária Anual - LOA: é a proposta orçamentária anual de todos os órgãos da administração, prevendo a Receita e fixando a Despesa para o ano seguinte. O Projeto de Lei deve ser enviado ao Legislativo até o dia 30 de Setembro e deve ser votado até o final de cada ano.

Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos - CPOP: será criado um Conselho para acompanhar a execução dos instrumentos de planejamento e orçamento, com representantes territoriais das Subprefeituras, representantes temáticos dos diversos setores da Prefeitura e representantes do Poder Público.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de promover a participação, a transparência e o controle social na administração pública municipal.

Criada a Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM)

Criada em maio de 2013 (Lei 15.764/2013), a Controladoria Geral do Município (CGM) atua para prevenir e combater a corrupção na gestão municipal, garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos. A CGM é dividida em quatro áreas de atuação: Corregedoria Geral do Município, Ouvidoria Geral do Município, Coordenadoria de Auditoria Interna e Coordenadoria de Promoção da Integridade Pública.

Botão de Acesso à Informação no site institucional de cada secretaria municipal (CGM)

Foi criado o Botão de Acesso à Informação no site institucional de cada secretaria, disponibilizando informações em formato aberto sobre contratos, execução orçamentária, metas do Programa de Metas, informações classificadas e desclassificadas, solicitações do e-Sic, auditorias, compras públicas e perguntas frequentes. Além disso, no site da SF é publicada diariamente uma tabela de execução orçamentária de todos os órgãos da Prefeitura.

Conselho Municipal de Política Cultural - Projeto de Lei nº 01 -00248/2015 do Executivo (SMC)

O Conselho Municipal de Cultra existe desde 1975 e atualmente está em processo de reformulação pelo projeto de lei enviado à Câmara Municipal. Após sua última reestruturação em 2009 o Conselho não chegou a se estruturar, pois a sua composição pressupunha critérios que inviabilizaram a participação de boa parcela dos envolvidos no debate sobre as políticas públicas de cultura na cidade, sobretudo por restringir a participação a personalidades jurídicas – isto é, organizações culturais detentoras de CNPJ. Com a aprovação da lei, o conselho passará a denominar-se Conselho Municipal de Política Cultural, sendo órgão de caráter consultivo, deliberativo e propositivo em questões referentes à política cultural municipal.

Garantia de 50% participação mínima de mulheres em conselhos de participação social e controle social (SMPM)

Com a edição do Decreto 56.021/2015 ficou assegurada a participação mínima de 50% de mulheres em conselhos de participação social e controle social.

Reorganização do Conselho Municipal de Saúde pela revogação do decreto nº 52.914/2012 (SMS)

Com o Decreto 53.990 de 2013, foi estabelecida nova regulamentação à Lei nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, dispondo sobre as competências, a composição, a organização e a forma de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, bem como sobre a Conferência Municipal de Saúde

Participação Social na gestão da Saúde (SMS)

Implantação da rede de Ouvidorias com mais de 900 pontos; realização de duas Conferências Municipais de Saúde (1.600 delegados eleitos em cada); bem como mais de 50 reuniões regionais com conselheiros gestores e profissionais da Saúde.

Objetivo 20: Revisar o marco regulatório do desenvolvimento urbano de forma participativa

A Meta 120 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 120 - Revisar o Plano Diretor Estratégico

Relato da Meta 120

Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e Política de Desenvolvimento Urbano aprovados em 31 de Julho de 2014 pela promulgação da Lei 16.050. Após aprovação do Plano Diretor Estratégico foi iniciado processo de implementação, como a aplicação dos instrumentos indutores da função social da cidade.Para ampliar o acesso aos conteúdos do novo Plano Diretos Estratégico, os arquivos da lei foram disponibilizados em formato aberto.

Lançado o Concurso Público Nacional de Obras Audiovisuais de Curta Metragem sobre o Plano Diretor. Foram premiadas 5 obras audiovisuais, sendo que o primeiro colocado desenvolve uma série com 12 capítulos abordando temas específicos da lei.

Elaborado livro ilustrado do Plano Diretor Estratégico, e cartilha com as estratégias ilustradas.

Os projetos de lei foram construídos de forma participativa, mediante audiências públicas e outros instrumentos pertinentes ao processo de participação cidadã. O processo de revisão e aprovação do Plano Diretor Estratégico não envolve custo de implantação e manutenção.

Definição de termos técnicos para a meta

Marco Regulatório: é o conjunto de instrumentos de planejamento e gestão urbana que serve para definir as diretrizes das políticas públicas e controlar o desenvolvimento da cidade.

Plano Diretor Estratégico: é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município. Deve ordenar o cumprimento das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas, integrar ao processo de planejamento municipal e orientar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

A Meta 121 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 121 - Revisar a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

Relato da Meta 121

Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Nº 16402 sancionada e publicada em 22 de Março de 2016.

Para elaboração da lei foi realizado processo participativo por meio de 32 oficinas regionais, além de consulta pública na internet, que resultaram na participação de 8 mil pessoas e 3 mil propostas. Também foram realizadas três audiências publicas para discutir a minuta do Projeto de Lei.

A proposta foi debatida no Conselho Municipal de Política Urbana ao longo de todo o processo.

Definição de termos técnicos para a meta

Marco Regulatório: é o conjunto de instrumentos de planejamento e gestão urbana que serve para definir as diretrizes das políticas públicas e

controlar o desenvolvimento da cidade.

Lei de parcelamento, uso e ocupação do solo: também conhecida como lei de zoneamento, trata das regras de quanto, como e onde podem ser construídas determinadas atividades no território municipal. É um instrumento que estabelece parâmetros objetivos para o cumprimento da função social da propriedade com base no que for estabelecido no Plano Diretor.

A Meta 122 foi executada em 100 % - Meta está Em andamento com benefícios à população

META 122 - Revisar os Planos Regionais Estratégicos

Relato da Meta 122

Os novos Planos Regionais das Subprefeituras (PRs). O objetivo é garantir a cidadania, reduzir desigualdades socioterritoriais e melhorar a qualidade de vida da população, com melhores condições de circulação, acessibilidade, permanência e uso dos espaços da Cidade. O decreto nº 57.537 que instituiu o PRs, foi publicado no Diário Oficial de 17 de dezembro de 2016. As propostas contidas no PRs foram definidas a partir da análise de dados e indicadores sociais, economicos, territoriais e ambientais, além de planos e ações setoriais. Participaram da construção das propostas muncípes, membros de conselhos participativos, representantes das subprefeituras e das secretarias municipais.

O processo de revisão dos Planos Regionais das Subprefeituras seguiu os parâmetros de participação democrática estabelecidos pelo PDE, com encontros presenciais e participações pela internet, além de ter contado com o apoio inédito do programa de Residência da FAU-USP, que selecionou 32 jovens arquitetos do país todo para contribuírem com o trabalho. Entre agosto de 2015 e novembro de 2016, mais de 550 técnicos de secretarias, órgãos e subprefeituras, se reuniram em 49 encontros para fazer o diagnóstico e traçar objetivos para territórios estratégicos da cidade, denominados Perímetros de Ação. Também em 2016, entre Março e Junho, moradores das 32 subprefeituras da cidade puderam conhecer as propostas da Prefeitura e debater os desafios da revisão dos PRs durante os encontros preparatórios para a 7ª Conferência Municipal para a Cidade de São Paulo, com a participação de aproximadamente 10 mil pessoas.

Definição de termos técnicos para a meta

Marco Regulatório: é o conjunto de instrumentos de planejamento e gestão urbana que serve para definir as diretrizes das políticas públicas e controlar o desenvolvimento da cidade.

Plano Regional Estratégico: Instrumento de planejamento urbano baseado no Plano Diretor Estratégico com abrangência no território de cada subprefeitura do Município de São Paulo.

A Meta 123 foi executada em 100 % - Meta está Concluída

META 123 - Aprovar a Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, a revisão da Operação Urbana Água Branca e iniciar os estudos do projeto Arco Tietê

Relato da Meta 123

A revisão da Operação Urbana Água Branca foi aprovada em novembro de 2013, adequando-se tanto à legislação federal (Estatuto da Cidade) quanto à legislação municipal (Plano Diretor Estratégico de 2014). Esta operação traz um plano urbanístico contendo melhorias no sistema de circulação e mobilidade, de áreas verdes e adensamento populacional.

A Prefeitura apresentou três projetos de lei que visam o reequilíbrio urbano da capital paulista. As propostas tratam da criação da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, da revisão da operação Urbana Água Espraiada e do alinhamento viário e o Plano de Intervenção Urbana do Arco Tietê. As leis encaminhadas à Câmara Municipal, compõem as diretrizes da criação da Macroárea de Estruturação Metropolitana, prevista no novo Plano Diretor Estratégico (PDE). Estão em desenvolvimento os estudos de viabilidade e consequente chamamento para a modernização do Anhembi, projeto âncora da Centralidade da Metrópole no âmbito do Arco Tietê. Foi concluído o projeto de alinhamento viário do Apoio Norte e Sul bem como suas conexões com a região.

Definição de termos técnicos para a meta

Operação Urbana: instrumentos da política urbana que visam a promover melhorias em regiões pré - determinadas da cidade através de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada. Cada área objeto de Operação Urbana tem uma lei específica estabelecendo as metas a serem cumpridas, bem como os mecanismos de incentivos e benefícios.

Além das metas já apresentadas, entendemos fundamental destacar as principais ações além das metas que foram realizadas nos últimos quatro anos e que contribuem para realização do objetivo de revisar o marco regulatório do desenvolvimento urbano de forma participativa.

Decreto de Regulamentação dos Projetos de Intervenção Urbana (PIU) (SMDU)

A regulamentação dos Projetos de Intervenção Urbana (PIU), por meio do Decreto Nº56.901 de Março de 2016, permite a agilização e a democratização de ações de revitalização de áreas que já possuem infraestrutura e que estão degradadas e subutilizadas, desenvolvidas a partir do diagnóstico de cada área e de rodadas de discussão com a população, que definirão características das intervenções. O primeiro projeto a ser implementado de acordo com as novas regras será uma intervenção no entorno da Avenida Rio Branco, no Centro, objetivando promover o repovoamento, unindo forças com a Parceria Público-Privada de habitação, que construirá no total mais de 14 mil moradias populares.

Regulamentação do Plano Diretor Estratégico e da Lei de Zoneamento (SMDU)

Pela primeira vez a cidade de São Paulo teve seus três eixos de legislação para a organização espacial da cidade totalmente revisados, o Plano Diretor Estratégico (PDE - Lei nº 16.050/2014) reconhecido e premiado pela ONU, a Lei de Zoneamento e uso do solo (Lei nº 16.402/16), e o Código de Obras (PL 466/2015 - em tramitação na Câmara Municipal). Além disso, foi criada a Secretaria Especial de Licenciamento que regulamente e agiliza com transparência todo o processo de licenciamento para obras e serviços públicos e privados. A cidade agora possui Planos Regionais nas Subprefeituras (Decreto nº 57.537/2016) e sistemas de monitoramento integrados como o Geosampa, portal com dados abertos diponibilizados a população. Foram realizadas Conferências Municipais (Decreto 56.703/2015) garantindo o planejamento da cidade para as próximas décadas com o apoio do Conselho Municipal de Política Urbana (Decreto nº 55.750/2014 – institui Conselho Municipal de Política Urbana). Também foi criado o sistema (Decreto nº 57.490/2016 sistema on line de monitoramento do Plano Diretor) e a comissão intersecretarial (Portaria 458/2016) para monitoramento permanente da execução do Plano Diretor garantindo a função social dos imóveis (Decreto nº 55.638/2014 - Função Social da Propriedade), espaços humanizados para livre circulação, lazer, esportes, moradia digna e demais direitos da população com o desenvolvimento socioeconomico de cada região da cidade. Além disso, o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) foi reformulado, garantindo recursos para novas áreas destinadas a habitação de interesse social no centro (Decreto nº 57.547/2016). Esta regulamentação garante a aplicabilidade da legislação e sua efetivação para os próximos anos.

Revisão da Operação Consorciada Urbana Faria Lima (SMDU)

A Operação Urbana Consorciada Faria Lima compreende 650 hectares e tem por objetivos principais reorganizar os fluxos de tráfego particular e coletivo ao implantar o prolongamento da Avenida Faria Lima, interligando-a às Avenidas Pedroso de Moraes e Hélio Pellegrino até alcançar a avenida República do Líbano. Também são objetivos importantes da Operação promover a reurbanização do Largo da Batata e a urbanização das favelas em seu perímetro, ou entorno imediato. Em jul/2015 foi aprovada a Lei nº 16.242 que inclui a requalificação urbanística da Avenida Santo Amaro ao programa de investimentos da Operação Urbana, permitindo que os recursos financeiros obtidos nos próximos leilões de CEPAC sejam revertidos em alargamentos viários, obras de acessibilidade, novas calçadas, arborização, iluminação e outros melhoramentos públicos.

Projeto de Lei para atendimento a Licença Ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (SMDU)

Como parte do atendimento ao licenciamento ambiental da Operação Urbana, e preparando o território em desenvolvimento – cujas densidades habitacionais e de locais de emprego são crescentes -, foi apresentado o Plano Churci Zaidan, que propõe incremento na oferta de espaços públicos, seja de espaços verdes ou de novas vias, permitindo maior mobilidade e qualidade do adensamento populacional e na implantação dos novos empreendimentos nessa região da cidade. Em associação a esse Plano, e em consonância com o Programa de Investimentos da Operação Urbana, novos estudos econômicos e consultas aos órgãos reguladores foram elaborados para permitir a comercialização de novos títulos de CEPAC, garantindo o avanço das obras. O projeto está tramitando no Legislativo.

SIMPROC

SENHA É COISA SÉRIA

Tudo que for registrado com sua senha é de sua responsabilidade, podendo inclusive fazer com que você responda a procedimentos administrativos.
Cuidado ao digitar a senha, verifique se não há ninguém olhando para o seu teclado.

A SENHA É:
PESSOAL
INTRANSFERÍVEL
NÃO DIVULGUE
NÃO ESQUEÇA
NUNCA EMPRESTE

EVITE TRANSTORNOS
QUALIDADE NO CONTROLE DE PROCESSOS
www.prefeitura.sp.gov.br/processos

